

*O Município de Sant'Anna: um
pouco de histórico sobre o Ceará:
1608 a 1738*



O Município de Sant'Anna: um pouco de histórico sobre o Ceará: 1608 a 1738

Ligeiros traços históricos e topográficos do município de Sant'Anna, publicado no “Município de Sant’Anna”, jornal que circulou por muito tempo naquela cidade.

O Município de Sant'Anna: um pouco de histórico sobre o
Ceará: 1608 a 1738

Editor: Pap. e Typ. Correio da Semana

Ano: 1926

Descrição física: 198p.

Notas: Ligeiros traços históricos e topográficos de Sant'Anna
do Acaraú, colhidos do Município de Sant'Anna, jornal que
circulou por muito tempo naquela cidade.

Assuntos: Santana do Acaraú (CE)

Sumário

PRIMEIRA PARTE	05
- Corria o ano de 1655.....	08
- Ao Leitor.....	10
- Acaraú, rio das garças, na língua indígena.....	10
CAPÍTULO I - O Depósito.....	11
CAPÍTULO II - O Manuscrito.....	22
CAPÍTULO III - A Intervenção.....	34
CAPÍTULO IV - Quem era o Cel. Sebastião?.....	37
CAPÍTULO V - Visita Inesperada.....	39
CAPÍTULO VI - O Processo e a Prisão.....	41
CAPÍTULO VII - Um Pouco do Passado.....	44
CAPÍTULO VIII - Como as Coisas se Encaminhavam.....	46
CAPÍTULO IX - A Denúncia.....	48
- Volvamos ao Ano de 1732.....	48
CAPÍTULO X - Como se deu a prisão do Coronel.....	50
- Sua influência na história.....	50
- Corria o ano de 1737.....	50
CAPÍTULO XI - Conferência Noturna.....	52
CAPÍTULO XII - Como a Verdade Reage Contra o Embuste... ..	54
- O caluniador desmascarado.....	58
SEGUNDA PARTE	61
CAPÍTULO I - A Visão Corria o Ano de 1738.....	61
CAPÍTULO II - A Licença.....	64
- Havia decorrido um ano	65
CAPÍTULO III - A Capela.....	67
CAPÍTULO IV - A Primeira Missa.....	70
CAPÍTULO V - A Doação.....	73
CAPÍTULO VI - A Partida.....	76
CAPÍTULO VII - Efeitos da mina.....	79
- Corria o Ano de 1757.....	79
CAPÍTULO VII - Em Que Deu a Mina.....	82
- Corria o Ano de 1761.....	82
- Corria o Ano de 1767.....	85
CAPÍTULO VIII - Última Visita; Novas Personagens; Seca e Morte do Capitão Claudio de Sá Amaral.....	87

- Corria o Ano de 1776.....	87
- Corria o Ano de 1786.....	90
CAPÍTULO X - Novos Sucessos.....	93
- Corria o Ano de 1801.....	93
TERCEIRA PARTE	96
CAPÍTULO I - A Reedificação da Capela.....	96
- Outra Seca.....	96
- Era o Dia 14 de Outubro de 1812.....	96
CAPÍTULO II - Últimas Contas em Sobral.....	100
- Corria o Ano de 1843.....	101
CAPÍTULO III - A Freguesia e a Sua Existência.....	103
CAPÍTULO IV - A Matriz de Hoje.....	107
CAPÍTULO V - Sant'ana do Acaraú.....	108
CAPÍTULO VI - Estado Político. Morte do Administrador.....	113
CAPÍTULO VII - Último Administrador. Lutas Eleitorais.....	117
CAPÍTULO VIII - A Paz e o Progresso.....	121
QUARTA PARTE	125
- O Município.....	125
- Corria o Ano de 1867.....	130
QUINTA PARTE	154
CAPÍTULO I - A Cidade.....	154
CAPÍTULO II - A Seca.....	156
- Surgira o Ano de 1877.....	157
CAPÍTULO III - Últimas eleições.....	166
CAPÍTULO IV - O Território e Condições do Município.....	176
- A Religião.....	177
- O Território e Condições do Município.....	179
CAPÍTULO V - O Território e Condições do Município.....	183

PRIMEIRA PARTE

No meado do século XVI, quando a Capitania de Pernambuco, fundada por Duarte Coelho, em 1530, se fazia notar entre os principais pontos das colônias do Norte do Brasil, uma pequena parte do território do Ceará, notadamente a que se estendia pelo seu litoral, já era conhecida, concorrendo para isso as relações que entre si mantinham aquela Capitania e a do Maranhão, fundada na mesma época.

Antes de prosseguir, duas palavras ao respeitável público: - Começando assim a história do Município, declara o autor que não entra no seu plano desenvolver a história da Província. Se antes de entrar no seu propósito remonta-se a data anteriores e relembra nome de ilustres cavalheiros, que figuram na história pátria, teve em vistas a de que hora se ocupa dessas circunstâncias, como precedentes afins de que, conhecidos os fatos, não desapareçam aquelas no contínuo perpassar dos tempos, e não passe a memória destes sem a homenagem que lhes é devida.

Sendo, pois, este o seu pensamento, desde já pede mil desculpas ao leitor por essa espécie de digressão antecipada, e pelos erros que cometer, rogando ao crítico que o coadjuve, uma vez que o seu fim é descrever com verdade os acontecimentos mais notáveis do Município, acompanhando - os de uma descrição topográfica mais ou menos fiel. Dadas estas razões continuemos.

Fechado o círculo de ferro do século XVI, fértil em depredações contra os nacionais do Brasil, apareceu na gerência da Capitania de Pernambuco, como seu Governador- Diogo de Menezes. Tinham cessado de alguma sorte as lutas intestinais na sua administração; e no intuito de aumentar os seus domínios, lembrou-se esse Governador do honrado cidadão- Martim Soares Moreno, que no posto de Tenente, exercia o comando interino da Fortaleza do Rio Grande do Norte, e o nomeou, em 1608, Capitão-mor do Ceará.

Nomeado, tratou Moreno de investir-se no seu cargo; e nesse pensamento partiu para o Ceará,



Martim Soares Moreno

a cujas plagas chegou no ano de 1609, com dois soldados e um capelão.

Desconhecidos lhes eram os costumes dos índios; e diversas hordas de bárbaros habitavam aquelas imediações: Moreno, pois, levou algum tempo estudando as inclinações destes e a natureza do sítio, em que devia estabelecer-se; e em breve mostrou que os seus esforços foram coroados de feliz resultado, porque em 1611, dois anos depois, lançou os primeiros fundamentos da Colônia Cearense, no lugar ainda hoje conheci do por Vila Velha. Este acontecimento fixa a data mais importante do território cearense; daí procedeu o desenvolvimento da Província.

O seu Capitão-mor, perfeito patriota, era incansável na defesa e vigilância da Colônia nascente; Em 1613, no desígnio de evitar o acometimento dos franceses, que invadiram o Maranhão, esteve com forças expedicionárias na enseada do Jeriquaquara. Muito teria ganho a nova Colônia, se porventura, tão cedo, não tivesse perdido a intervenção do seu Capitão-mor. Estacionando Moreno no Jeriquaquara, ali recebeu ordens, e partiu para o Maranhão, afim de examinar o estado de defesa daquela ilha, (São Luís), e concluída a sua missão, na volta, viu-se obrigado a arribar às Antilhas, de onde seguiu para Madri. Ficou, pois, substituindo-o no comando do Fortim do Ceará, que ele havia denominado – de Nossa Senhora da Conceição do Amparo- Manoel de Brito Freire, depois substituído por Estevão de Campos. Eram já decorridos 13 anos da ausência de Moreno, quando este em 1626, regressou ao Ceará. Acontecimentos extraordinários se haviam dado durante a sua ausência. Em 1621, a Holanda, no intuito de promover o enfraquecimento da Espanha, criou uma Capitania mercantil e de caráter belicoso, que, fazendo o comércio por diferentes Países, ultimamente invadiu com suas forças quase todo o Norte do Brasil, até mesmo o Ceará, sem nenhuma importância naquele tempo. Este fato, de que se originou o episódio mais importante da história pátria, motivou serias medidas, por parte do conselho ultramarino: Como um meio de evitar a pirataria holandesa, aquele governo resolveu criar, em 1626, um Estado do Maranhão, separado do resto do Brasil, anexando-lhe o Ceará, e nomeou para seu Governador Geral à Francisco Coelho de Carvalho, que nesse mesmo ano, coincidindo coma chegada de Moreno, tomou posse no Fortim do Amparo. Moreno era um distinto cavalheiro; e a nuvem do desgosto que lhe perturbou a alma, não pode ofuscar-lhe os

sentimentos do seu patriotismo. Continuou, pois no seu posto de comandante do Fortim; e ajudado de Jaçanã, irmão de Camarão, repeliu nesse mesmo ano as duas tentativas de piratas holandeses. Aderia, entretanto, por suas antigas relações ao Governo de Pernambuco, e, em 1631, indo para lá em socorro de Mathias de Albuquerque, deixou em seu lugar, Domingos de Veiga Cabral, e desde então, não voltou mais ao Ceará. Partindo Moreno, Veiga Cabral teve de empenhar-se logo na luta tremenda, que lhes ofereceram os holandeses, dispostos a conquistar o Ceará. A resistência foi tenaz; e na altura do gênio nacional! Mas, sendo desiguais as forças, venceram os invasores, que se apoderaram do Fortim do Amparo em 1637, tiveram o litoral do Ceará sob seu domínio até o ano de 1644. Foi nesta época que os indígenas que sofriam dos holandeses, animados pela revolta que se operava no Maranhão, surpreenderam e degolaram a guarnição do Amparo e dos fortes do Jeriquaquara e Camocim, desprendendo-se por este modo do governo holandês, cuja duração foi apenas de 07 anos, sempre de contínuas guerrilhas!

Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte gemiam a esse tempo sob o extermínio da guerra holandesa, que durou até 1654, 24 anos a contar de 1630; e foi no período dessa guerra que as famílias, fugindo às vexações, de que eram vítimas, tendo antes procurado os sertões, vieram algumas delas, estabelecer-se ao Sul do Ceará, e outras no litoral, recebendo, por esse fato, o Vale do Acaraú os seus primeiros povoadores, procedentes dessas três regiões. Os rios até esse ano- 1654, eram os únicos caminhos, que davam entrada ao interior do país. Martins Soares Moreno, pois, foi o fundador do Ceará, e, portanto, o Município de Santana, jamais lhe poderá esquecer o nome. Se valiosos foram os seus serviços prestados na defesa do seu território, que por algum tempo amparou contra as tentativas holandesas, não menos importantes foram os que prestou na luta travada com estas em Pernambuco. Amante da Colônia que fundara e além disto conhecedor de grande parte do solo Cearense, não se poupava para engrandecê-la, e muito concorreram para o aumento da sua povoação as informações criteriosas, que a seu respeito manifestava nas grandes reuniões, a que assistia, entre os notáveis daquela Capitania.

Em 1646, porém, quando o Ceará já se havia libertado do jugo holandês, publicando-se em Pernambuco um a ordem positiva vindo de Portugal, em que se determinava a sua retirada da capitania, durante a trégua assentada com a Holanda, desgostoso, Moreno abraçou os seus antigos camaradas de luta- João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Camarão e Jaçanã, e, poucos dias depois dessa ordem, partiu para Lisboa, onde dormiu o sono fatal do esquecimento, em que, na maioria dos casos, repousam as almas nobres e desinteressadas.

Corria o ano de 1655

O Brasil livra-se do poder holandês; e o Ceará, desanexado do Estado do Maranhão, voltou a fazer parte, como dantes, da Capitania de Pernambuco. Restituído pois, ao seu primitivo estado de colonização, o Ceará já bastante rico de gados, foi elevado à categoria de Capitania, subalterna à de Pernambuco, a 16 de Setembro de 1668. As condições de seu engrandecimento já se faziam notar; e então por carta régia de 13 de Fevereiro de 1699, se ordenou a criação de uma vila junto à fortaleza, que, nesse tempo, era o centro capital da florescente colônia.

Grande foi o contentamento que produziu a publicação daquela ordem; os seus efeitos não se fizeram esperar. No ano seguinte, a 25 de Janeiro de 1700, se procedeu a eleição da sua primeira Câmara, sendo escolhido para sede, o sítio Aquiraz, donde a 24 de Março do mesmo ano, foi transferida para a povoação de Fortaleza. Começou então o governo civil. Com a Câmara foram eleitos 02 Juizes Ordinário, que logo assumiram o exercício das respectivas funções.

O acontecimento auspicioso da inauguração da vila foi logo perturbado com a transferência de sua sede. E, daí, nasceu a intriga, sérias discórdias depois atropelaram os interesses reais da nova capitania. Existiam a esse respeito 02 partidos, e o do Aquiraz, sempre pertinaz no seu intento, conseguiu por fim, passados 13 anos, a volta da sede da vila para seu seio, a 27 de Junho de 1713. A discórdia no poder público foi sempre fatal aos interesses do povo. Nesse mesmo ano enquanto lutavam os homens do governo pela questão da sede, abandonados gemiam os moradores do Acaraú sob a pressão dos índios Areriús, que se haviam levantado. Nada de socorro. A fuga tornou-se

indispensável; e foi nela que encontraram os meios de salvação, sendo aliás bem recebidos na Ibiapaba pelos Tabajaras, que, ainda fieis, se deixavam dirigir pelo padre jesuíta Ascenso Gago.

Continuava a pendência; e outros interesses palpitantes da Capitania ficaram de lado. Nesse mesmo ano- 1713-, e, segundo a crônica do Conselheiro Araripe, até 1716, apenas existia na Capitania uma só Freguesia. Permaneciam, pois, as coisas neste estado, quando para obstá-las, o governo ultramarino, por solicitação do Governador Geral de Pernambuco- Manoel Rolim de Moura- por provisão de 11 de Março de 1725 elevou à vila a povoação de Fortaleza. A 13 de Abril do ano seguinte (1726), teve lugar a sua instalação; e ficou servindo de sede do governo civil da Capitania; terminando-se assim, aquela questão, que tão maus efeitos produziu.

Por esse tempo quando havia apenas a Freguesia do Aquiraz, e, talvez, a de Fortaleza, desmembrada daquela, já existia um antigo curato no Acaraú. O seu território compreendia todo o litoral desde o Mundaú até a Parnaíba; daí se estendia até a Ibiapaba, abrangendo, em forma de círculo a serra dos Cocôs e as ribeiras do Aracati-açu e Mundaú. Para esse ponto devem convergir as atenções do leitor: Esse curato foi devido a intervenção de Frei Christovão de Lisboa, quando, em 1626, exercia o cargo de Custódio do Maranhão; e a sua história aludida: por mais dois minutos da sua benevolência.

Unida esta à capitania de Pernambuco desde 1655, ficou o Ceará dependente dela pelo Alvará de 17 de Janeiro de 1779. O seu primeiro Governador foi o chefe de esquadra Bernardo Manoel de Vasconcellos, sendo Rolim o último, em 1822. Crescida e já bastante populosa, a sua vila foi elevada à categoria de cidade em 1823. Eram já decorridos 322 anos da descoberta do Brasil quando uma nova aurora o bafejando em hora propícia, veio estabelecer uma nova ordem de coisas, mudar a face da governança.

Constituindo-se o Brasil independente, criada a Constituição política do Império, e jurada a 25 de março de 1824, passou a Capitania à Província, e seu primeiro Presidente foi o Tenente Coronel Pedro José da Costa Barros.

Ao Leitor

A exposição feita, benévolo leitor, que começou em 1611, e como se vê ainda deste número, terminou em 1824, de certo vos terá fatigado a paciência tomando-vos, por fim, vacilante acerca da aplicação que possa ela ter em relação ao objeto da sua proposição. De fato; quem conhece o Município, e sabe que ele apenas conta 20 anos de existência, a datar da criação de sua vila, em 1826, à primeira vista não poderá compreender como ele, tão recente, se possa prender à fatos tão remotos, que quase se perdem na noite dos tempos. Pois bem; para obviar estas e outras dúvidas, de certo já levantadas, é que o autor, dedicando-vos esta página, apressa-se, antes de entrar no seu intuito, em declarar que mais antiga, do que se supõe, é a história do seu Município. Os acontecimentos, que lhe diz em respeito, datam de 1626, 15 anos depois da fundação da colônia Cearense no sítio Aquiraz, em 1611; e nestas condições, tratando da sua história, apesar do título a ela dado, entendeu que não devia simplesmente limitar-se aos fatos ocorridos da criação do Município à esta parte. A história de um a localidade, como a de um país, deve descer à sua origem, e daí subir por detalhes até as condições, em que atualmente se achar. Pensando assim, não duvidou o que ora vos dirige estas linhas, fazer aquela ligeira exposição, que, aliás, vos oferece como uma introdução da história a que se propõe. Justifiquem, pois, estas palavras o que até aqui se tem publicado, e permita o complacente leitor que o autor, calouro nesta matéria, e além disto, destituído de conhecimentos literários, tenha alguma liberdade do seu estilo, perdoando-se lhe o seu desaire em atenção ao fim a que se dedica.

Acaraú, rio das garças, na língua indígena.

CAPÍTULO I

O Depósito

Corria o ano de 1729. Era Capitão-mor do Ceará- João Baptista Furtado, e Ouvidor - Antonio de Loureiro Medeiros.- Só duas vilas existiam, só duas Câmara funcionavam na Capitania, - a do Aquiraz e a de Fortaleza.

Magnânimos esforços, cruentas peijas precederam a este acontecimento. O programa era vencer, apoderar-se do país; mas a perversidade, com o intuito na ganância, empalideceu os feitos que podiam enobrecer os seus autores.

A princípio o Ceará, bravo como um leão ao sujeitar-se ao poder estrangeiro, lutou com heroísmo. Depois, porém, arrasada a sua muralha constituída nos largos e possantes peitos de seus filhos, uns estrangulados e outros reduzidos à escravidão, vencido, humilde, como um cordeiro, entregou-se aos braços do vencedor. Livre, portanto, dessas cenas sangrentas, que por muitos anos o enlutara, o Ceará começou a florescer; e os seus pontos principais, bem conhecidos, já eram mais ou menos povoados na época, a que nos referimos. E foi então que se ostentou com todos os seus encantos aos olhos do observador, que em êxtase, admirava a magnificência do solo e a fertilidade de sua vegetação. Seculares e gigantescas árvores, que constituíam uma mata espessa e cerrada, cobriam o seu território, apenas interceptado aqui e ali por tabuleiros e várzeas, largos e espaçosos campos de pingues pastagens. Situado em um terreno geralmente desigual, cuja face, baixa e quase alagada na costa, se eleva gradualmente, até a cordilheira da Ibiapaba, à 3000 pés acima do nível do mar, cortava-se de diversos rios que, contornando uma infinidade de serrotes e outeiros distanciados, rolavam por longas voltas suas volumosas águas, que iam receber às areias da praia. Altas e majestosas serras se erguiam às alturas de seus alcantilados e verdejantes picos, como que procurando nas regiões a éreas absorver o frescor das vaporosas emanações de suas cristalinas águas, que em largos e

prateados fios, deslizando-se das suas fontes pela sinuosidade das penedias, corriam precipitadas até as vicejantes planícies.

O solo, que havia descansado por quatro anos, preterido no seu desenvolvimento, desde 1724 até 1728, pela devastadora seca, que lhe fechara os poros, refizera-se de forças na estação invernosa de 1729; e os germens, que cuidadosamente encerrava no seu seio, rebentavam com visível impetuosidade. Prodigioso, magnífico e encantador era o quadro que se estendia ante os olhos do vencedor. Bem vasto era o horizonte dos seus domínios. Largo círculo limitava o terreno conquistado: Ao Norte e Nordeste é Atlântico; à Leste a Capitania do Rio Grande do Norte; ao Sul as da Paraíba e Pernambuco, e ao Oeste o Piauí, pela serra Ibiapaba.

O mês de junho percorria os grãos da escala traçada pelo calendário: o dia 21 se ostentava radiante de beleza. A atmosfera límpida, sob um céu azul, deva livre e desembaraçada passavam aos raios do sol, que, caindo obliquamente sobre verde manto que envolvia a terra, banhavam de luz os gigantescos picos da serrania, esmaltando-os com as variadas cores do íris, e prateando os campos ainda ensopados do orvalho matutino.

Eram 7 horas da manhã. Febo, radiante de luz, começava a obra maravilhosa dos seus encantos; e a terra sob seu pesado manto, como a pudibunda noiva que se deixa vestir por mãos alheia, sedenta de luxo, permanecia plácida e silenciosa ante o astro rei, que se erguendo no horizonte, fazia refulgir a sua beleza oculta nas densas sombras dos seus profundos vales.

Permita-nos o leitor uma ligeira interrupção, indispensável ao fim da nossa história.

Existia nesse tempo uma lagoa sem nome, nos campos da vila do Aquiraz. Notável por sua extensão e largura, seguras as suas águas, tornou-se, embora um pouco distante de vila, a fonte de banhos que se diziam salutareis; era, além disto fértil de caças de todo o gênero, e por esta e aquela razão muito frequentada pelos altos personagens da Capitania, que chegando à vila tributavam-lhe as homenagens de uma visita.

Coloque-se, pois, o leitor à margem dessa importante lagoa, onde, apreciando o quadro que descrevemos, assistirá conosco nesse humilde

palco, que tem por cenário profundas selvas e por música o doce trinado de lindos pássaros, ao primeiro ato da nossa história.

Tudo era silêncio na hora que indicamos. Os pássaros, que haviam terminado os seus melodiosos gorjeios, pousavam nos ramos das frondosas árvores, abrindo as asas ao calor do sol, e as aves aquáticas ainda ensopadas, sacudindo as penas de cor es múltiplas, formavam em torno dessa lagoa um largo círculo, onde, descuidosas, tiravam do peito o oleoso suco, que com o chato bico untavam o corpo. A natureza, como paralisada naquela hora, exausta de tão supremo esforço, apenas respirava, emitindo no seu hálito odoríferos eflúvios, que nas asas de tênue e branda viração, perfumavam o ambiente.

Tudo era silêncio; quando de repente o estrépito das patas de um cavalo, que galopava sobre as ondulações de um terreno pedregoso, veio despertar a vida daquela solidão. Um cavaleiro apontou por uma vereda, que se dirigia àquela lagoa, e atrás dele outro, guardando uma certa distância. O primeiro, - Antonio de Loureiro Medeiros, Ouvidor da Capitania; e o segundo o seu parente - João de Medeiros Loureiro, que com ele privava.

O repentino aparecimento daqueles cavaleiros produziu ali completa transformação. Os pássaros, como que assustados, saltando de ramo em ramo sumindo-se uns e aparecendo outros, soltavam notas que, na multiplicidade do gênero, faziam harmonizadas, um concerto admirável e encantador. E as aves aquáticas, enquanto umas se lançavam na água, mergulhando aqui e saindo ali, faceiras estremeciam as asas, como que rindo do susto que tomaram, outras com estrepitoso voejar, formavam no ar uma densa nuvem remoinhando sobre o seu pouso sem querer deixá-lo.

O Ouvidor aproximou-se da lagoa, e apeando-se, esperou pelo companheiro, a quem atirou as rédeas do seu cavalo. Antonio de Loureiro Medeiros, nomeado Ouvidor da Capitania do Ceará, dela havia tomado posse a 02 de junho desse mesmo ano, 19 dias antes dos fatos a que aludimos, e desejando conhecer os principais pontos de sua jurisdição, tinha empreendido visitá-los. Nesse sentido, partindo de Fortaleza, se achava no Aquiraz. Foi ali que soube do refrigerante banho dessa lagoa; e, como era das etiquetas, quis vê-la, e purificar-se nela, da

languidez que padecia. João de Medeiros, já conhecedor daquela paragem, foi o seu guia.

Ei-los, portanto, no ponto em que os vimos chegar.

Loureiro, pois, de braços cruzados, em posição contemplativa, prestava séria atenção ao imprevisto quadro que se lhe antolhava. Homem ambicioso e de imaginação apreensiva, rolando-lhe no cérebro mil pensamentos diversos prorrompeu nestas palavras:

*“Portugal, não foi de balde que as tuas armas, embora os milhares de bravos que perdeste, conquistaram tão gigantesco país! Que selvas, que serras, que portentosa vegetação!
Mas o que vejo? Terei ante os olhos a célebre fada Morgana do Estreito de Messina?”*

O Ouvidor nas suas preocupações de espírito, atribuía à miragem o primeiro espetáculo que presenciava. E de feito, aquela bacia forrada de argêntea lâmina, tendo por teto a movediça nuvem de milhares de aves, que ali pairavam, e por paredes as gigantescas árvores, que em arcadas se lhe estendiam em torno, forma naquele momento uma paisagem que, recordando antigos contos, oferecia aos olhos uma habitação de fadas.

Fatigado, o Ouvidor sentou-se sobre um tronco à beira d'água. A ideia de um tesouro o preocupava. João de Medeiros perto dele, mudo e quedado, tinha pelas rédeas os dois cavalos.

Aquele silêncio aumentava a sua perturbação. Ia, pois, quebra-lo, quando de súbito estremecendo, de um salto se pôs de pé. Tão inesperado movimento espantou as cavalgadas; e uma delas, tomando as rédeas, deitou a fugir. João de Medeiros pôs-se-lhe no encalço; e o Ouvidor ficara só. Não se tinha enganado. Uma voz, que parecia um gemido de moribundo no estertor da morte, soou-lhe de novo aos ouvidos:

- Serás tu o homem que eu procuro?

E abrindo-se uma moita tecida de trepadeiras, entre as quais o maracujá fazia brilhar as suas encantadoras corolas; apareceu o busto de uma criatura, cujo aspecto mais tinha de uma visão, do que de um ser humano.

Loureiro amedrontado recuou alguns passos, balbuciando estas palavras:

- É encantada esta lagoa!

A sua imaginação, povoada de pensamentos desconstruídos, o encaminhava a crenças supersticiosas. Se aquilo era uma esfinge, que vinha prognosticar-lhe na sua estreia um futuro desastroso, era decididamente a mãe-d'água, senhora daquele palácio, que vinha saborear-lhe o sangue.

Só quis correr; porém aquela visão, movendo-lhe no ar um objeto que tinha na mão, fê-lo deter. A ambição estanco-lhe o passo. Rasgou-se então a moita, estalando os cipós que a emaranhavam, e o vulto de uma criatura, que parecia mulher, surgiu daquele alcatifado recinto. Esbranquiçados cabelos, estirados como a cerda do javali, pendiam-lhe da cabeça até a cintura; e o corpo vergado, fazendo-os cair sobre a fronte, deixava ver neles uma toalha branca meio esfumada, que lhe envolvia o rosto. O resto do corpo era coberto por uma saia curta tecida de penas de pássaros, presa às costelas, ocultando as mamas, e sustentada por duas largas embiras, que enlaçavam os ombros. As espáduas e os braços estavam nus. O andar, entretanto, era ligeiro. Poucos passos deu para aproximar-se do Ouvidor, que recebeu-a de punhal na mão.

- Senhor, desculpai a pobre índia que infeliz na sua vida, tem hoje a dita de vos falar.

O ouvidor encolheu os ombros, indicando com a ponta do seu punhal, a distância que os devia separar. A índia compreendeu naquela resposta muda, naquele gesto ameaçador, o que se passava na mente do Ouvidor; e, apesar de sua longevidade, como que se reanimando em frente do perigo, reuniu todas as suas forças, sacudiu para trás todos os cabelos que lhe cobriam o rosto, e, em pertigada, retorqui-lhe em termos pousados e enérgicos:

- Guarda, senhor, a tua lâmina. Mais ligeiro nem mais valente serás do que o jaguar! E ele, neste momento cairia com o coração atravessado por duas flechas, antes que sobre mim pusesse as garras. Na mata, quatro olhos que não pestanejam, se fixam sobre o teu corpo. Dois arcos possantes já se entesam nas suas flechas, e terás a sorte do jaguar, se porventura não te mostrares cavalheiro em presença de uma mulher velha inofensiva! Diante de ti tenho apenas uma missão: cumprir a

disposição da última vontade de um guerreiro, que pelejou pelo teu rei! Ouve, pois, a minha história que talvez te possa interessar!

O conselho pareceu calar o ânimo do Ouvidor, pois que ocultando o punhal, bondoso, declarou que estava às ordens da sua interlocutora.

Um profundo suspiro, que se escapou do peito da índia, foi o prelúdio da sua história, que começou assim:

- “No ano de 1648, a 24 de Agosto, quando nos arraiares dos Pernambucanos o prazer transbordava nos corações pela derrota do exército do General Sigismundo, na batalha dos Guararapes; quando um reforço de 400 homens, ao mando de Figueiroa, por ordem do Governador Geral, se reuniam aos guerreiros da tua e da minha raça, para fortificar os terços, que sitiavam no Recife, aquele pirata holandês; quando tudo era alegria, porque parecia aproximar-se o termo de uma luta, que a 18 anos bebeu o sangue humano, como o mar as águas das fontes; um a dor profunda veio empalidecer os rostos dos combatentes Portugueses, e amargar a existência dos índios Tabajaras!

- Na mata, onde os sitiantes tinham levantado as suas tendas, em um leito de palhas sob a frondosa copa de uma árvore, que lhe servia de cortinado, um homem, um herói, exalava seu derradeiro alento. Esse homem, senhor, era Antônio Felipe Camarão, o guerreiro afamado do seu tempo, cujos relevantes serviços foram considerados pelo teu Soberano, que em 1635, lhe conferiu o título de Dom, que ornava o seu nome, e o hábito da Ordem de Cristo, que lhe pendia no peito!

- Aquela dor, senhor, foi o resultado da morte desse herói brasileiro, sob cujos golpes haviam caído milhares de inimigos; sob cuja bravura e lealdade descansavam os teus Generais, e prolongavam a vida os especuladores da tua raça”!

Tais recordações, naquele momento, produziram acerbada dor no coração daquela mulher. A veemência das suas últimas expressões exprimiu precisamente o que se passava em sua alma. Ela parou, sufocada pelos soluços que abastava no peito; e aquele rosto bronzeado, que a velhice havia amortecido, incendiou-se tomando formas assustadoras. Um movimento convulsivo fê-la estremecer, e de repente, como se uma víbora a mordesse, avançou dois passos para o Ouvidor. Pusera-se ao seu alcance. Loureiro aturdido, embora visse naquela mulher um espectro, puxou de novo o seu punhal. Então um ruído semelhante ao voo precipitado da rola, rápido como um raio, atravessou

o espaço e duas flechas, arremessadas de lugares opostos, caíram cruzadas entre ambos, fincando no chão as suas agudas e farpadas pontas de ferro.

Loureiro gelou. O punhal caiu-lhe da mão, e a índia arrimando-se àquelas duas flechas, que lhe suportavam o peso, derramou copiosas lágrimas. Depois, encarando o ouvidor, e sem considerar aquele incidente, continuou:

- As lágrimas que viste rolar por estas descarnadas faces, não foram simplesmente o efeito da recordação de um morto querido! Não! Camarão, o chefe da tribo Tabajara, já velho e doente devia pagar o seu tributo à natureza. Elas são lavas que o meu coração vomita, encandecido pela traição e crueldade daqueles que, como tu, apossando-se de um país que lhes dá riquezas, ludibriam a Nação, escravizando com a mais negra ingratidão os livres filhos das selvas! Camarão, como eu há pouco, chorou na hora da sua morte, hora suprema, sentindo ter com o seu braço soerguido por vinte vezes o exército da tua raça, que sucumbia aos golpes holandeses! E ele tinha pressentimentos; mas na nobreza de sua alma, atribuía uma parte das atrocidades dos seus aliados, às necessidades da guerra. Foi vítima de uma ilusão. Neste momento, senhor, eu sou a imagem da Pátria, que, acabrunhada de opressões, reage contra ti, que simbolizas o poder. "

E a índia, altiva, mantendo-se em um certo pé de dignidade majestosa, em tom profético acrescentou:

-"O espetáculo que ora se dá, será reproduzido no futuro: Um grito, como o que se exalou do meu peito, arrebatará este país às garras de Portugal! A Nação abatida se erguerá! As suas armas as sustarão o despotismo, e a liberdade reassumirá os seus direitos. No sul se levantaram leões, e no Norte os cordeiros se farão heróis. Uma revolução lenta e pacífica fará reconhecer a igualdade do homem, abolindo a escravidão! Começa, pois, Ouvidor essa grande obra, não consentindo que no território da tua jurisdição, o homem seja propriedade de outrem! Compulsa o Cartório de Órfãos de S. José de Ribamar, e nele encontrarás um escândalo que te fará enrubescer as faces! O sargento-mor, João da Cunha Lemos, esse juiz desumano, foi o primeiro que sancionou nesta Capitania a venda do homem, por uma sentença

firmada de seu punho no dia- sempre execrável- 17 de Agosto de 1719! Lê o inventário que se fez, há 10 anos, por morte da mulher de Antonio Mendes Lobato, e nele verás que entre os gados vacuum e cavalar foi descrito um a relação extensa de índios- Calabaças e Cariús, - que, avaliados a 13\$000 Rs, 30\$000 Rs, e a 55\$000 Rs, foram partilhados como escravos entre os seus herdeiros!

- Não! Não foi isso o que se prometeu a Camarão, que na guerra respondia ao- retira-te, - que lhe cochichavam as balas, com o- avante-, que lhe ditava o seu coração leal e corajoso”!

Alguns minutos se passaram em silêncio. Loureiro não descerrava os lábios; era a imagem do réu confesso, ou antes do prisioneiro, que só tinha a esperar da generosidade do vencedor. A índia, porém, passado esse momento, adoçando a voz, e com um olhar compassivo, prosseguiu:

- Desculpa, Ouvidor, se te perturbei o espírito; a verdade tem suas reduzas, e o ofendido nem sempre tem calma para pautar as suas palavras, segundo as normas da etiqueta. Não estava em mim deixar de expor-te o estado de degradação da Pátria, como não estava em mim, relatando-o, deixar de exceder-me nas expressões. Quando a dor aturde-nos, na sua veemência faltamos, às vezes, as regras do cavalheirismo. Desculpa!

E, dizendo isto, a índia arrancou as flechas, quebrou-as em quatro pedaços, que sacudiu ao fundo da lagoa, e, voltando-se para o ouvidor, acrescentou:

-“Estás livre, fica ou parte, como quiseres; mas, eu te suplico, me concedas ainda alguns instantes. Tenho uma missão a cumprir”.

O ouvidor respirou e olhando para o punhal que estava aos pés, mais sossegado, respondeu:

- Fala mulher, quando quiseres, já te disse, estou as tuas ordens.

-Pois bem, escuta: “Eu me chamo Mecejana, sou filha de Diogo Pinheiro Camarão, neta de Jaçanã, irmão de Dom Antonio Felipe Camarão. Nasci no ano de 1626, no dia 21 de Junho, e hoje completo a idade de 103 anos. Meu avô foi chefe da aldeia de Mecejana, onde nasci, nome que meu pai, por grata recordação, me deu, em que recebi nas águas do batismo no dia 26 do mesmo mês, oficiando no sacramento, Frei Christovão de Lisboa. Foram meus padrinhos: Martins Soares

Moreno e N. Senhora Sant'Ana. Sou, pois, Cearense e cristã. Tranquilizate; nada tens que recear de mim”.

Estas palavras produziram um efeito modificador nas apreensões do Ouvidor. O sol já se tinha levantado bastante; e à sua claridade haviam desaparecido as sombras, que uniam as árvores; estas começavam a balançar-se ao poente sopro do vento, que, lhes torcendo as copas, as destacavam, levantando nas águas da lagoa, pequenas ondulações, que se estendiam nas margens, revolvendo o paul de mistura, com branca espuma, e as aves, já cansadas do seu demorado pairar, formando-se em linhas triangulares, desfilavam no espaço, desaparecendo por detrás dos montes. Desfizera-se, pois, a miragem que o Ouvidor tinha ante os olhos, concorrendo este cortejo de circunstâncias naturais para desvanecer-lo do seu espanto. Ele voltara ao seu estado normal. Via uma simples lagoa e uma mulher, que o peso dos anos recurvara o dorso, desfeando-lhe as formas, mas dando-lhe subido grau de dignidade respeitosa. Envergonhara-se, mas acalmando-se disse:

- Continua, velha respeitável; eu te ouvirei sem o menor enfado. Senta-te sobre aquele tronco, pois já deves estar cansada!

Um sorriso se deslizou nos lábios da índia, imaginando naquele acontecimento que estabelecia entre ela e o Ouvidor, uma intimidade complacente, a paz futura da sua Pátria repousará descansada; a liberdade surgirá; os povos falarão ao Rei, e as suas queixas, as suas necessidades, serão ouvidas, serão atendidas. E numa rápida transição continuou desta maneira:

-“Sim Ouvidor, naquele tempo, quando tudo era alegria, só Camarão gemia no leito da dor, e eu velava à sua cabeceira, meu pai, no impedimento daquele enfermo, assumira o comando do seu terço e partira com Jaçanã para o cerco do Recife, onde os chamavam a honra e o dever. Triste, penosa foi a despedida daqueles três heróis! Aqueles homens, cujos rostos nunca se mancharam com a sombra do susto, sentados sobre folhas, no chão, um ao lado do outro, derramaram torrentes de lágrimas. A amizade os reunira, a dor os humilhara, e, a separação, oprimindo os seus corações, fizera daqueles leões encanecidos, três crianças tímidas, afetuosas! Os seus largos peitos arpavam, mas, um só gemido não desprendiam. Aquele silêncio

exprimiam, em hora tão suprema, quanto havia de mais sublime nos corações daqueles três amigos! Afinal Camarão rompeu:

-“Partam, irmãos; o bom guerreiro não se faz esperar.” Dois sons bem distintos chegam neste momento aos meus ouvidos,- a corneta que vos chamam à seus postos, e a voz do Senhor que me chama ao seu seio”.

E dizendo estas palavras com um tom firme, resoluto, cobriu o rosto com a ponta do seu felpudo lenço. Os dois amigos compreenderam a sua intenção naquele gesto. Levantaram-se silenciosos, apertaram-me nos seus braços, e partiram apressados. Meia hora depois se descobriu aquele rosto venerável. Só eu estava ali. Descreve-lo é impossível, basta dizer que a dor, a magoa e um profundo sentimento estavam nele traçados. Sentei-me ao seu lado e a sua voz fraca e débil se fez ouvir:

- Escuta filha- “Quis a sorte que eu, no ano de 1611, me aliasse, no Ceará, a um homem a quem dediquei todas as minhas afeições. Esse homem era Martin Soares Moreno, teu padrinho, amigo de Jaçanã, teu avô.- Motivos poderosos o fizeram a abandonar o Brasil em 1646, e na sua partida, quando o meu coração pulsava sobre o seu, ele me deu um papel para entregá-lo ao Ouvidor daquela Capitania, prevenindo-me de que, antes de fazê-lo, estudasse o caráter e a virtude dessa autoridade.- Ainda me soam aos ouvidos estas suas doces palavras: - “Mais confio em ti, Camarão, do que num estrangeiro como eu.”

- Quando, pois, me vires morto, tira daquela moca uma cabacinha embutida em fios untados de resina, na qual o guardei, e dá-lhe o destino. Vive e espera o Ouvidor.”

Ele não respirava mais! Morreu como o justo, e a sua alma voou ao céu como um arcanjo querido do Senhor. Só. Fiquei só no meio das selvas. Eu contava com 22 anos de idade. No dia seguinte Jaçanã, meu avô, apareceu e sepultado o morto, conduziu-me à taba dos seus maiores, na serra do Gabigi, no Rio Grande do Norte. Ali vivi e esperei como mandou Camarão, até que houvesse Ouvidor nesta Capitania, para onde parti a 23 de Agosto de 1723, quando tom ou posse o 1.º Ouvidor, José Mendes Machado.

O seu caráter, por suas turbulências, não me inspirou confiança, como também não me inspirou Mathias Ferreira de Carvalho, que, interinamente o substituiu. Esperei ainda e chegaste tu. A minha idade não me permite maior experiência, e já te procurava, quando o acaso

neste lugar, que te pareceu encantado, me fez deparar contigo. Toma, pois, ó Ouvidor, este deposito, que, a 81 anos me foi entregue. Ele encerra talvez um tesouro. Sê digno da confiança que me inspiraste.”

E a índia, já de pé, retirou-se ligeira como uma corsa, desaparecendo na mata, que se lhe fechou nas costas.

CAPÍTULO II

O Manuscrito

Os acontecimentos dados à margem daquela lagoa tinham, deveras, fatigado o espírito de Loureiro. A princípio, visionário, crera ver no que descrevemos no precedente capítulo uma dessas maravilhas, que se contam algures: e então, perturbado, supôs ali um encanto. Depois, o aparecimento da índia e a sua história, modificando-lhe as impressões, produziram nele a mais completa reação. Afinal, recebendo o que a índia chamava depósito, despido dos seus sustos, era todo ambição. Voltara a sua ideia pertinaz de um tesouro, e supunha ter na mão um roteiro que o encaminhava a minas de ouro e de diamantes. A sua ideia era agora afagada pela notícia das minas ultimamente descobertas em Goiás, Cuiabá e Minas Gerais, especialmente pela que ressoara de ter o Paulista Bernardo da Fonseca Lobo, achado nesta última província, no sítio Serro do Frio, naquele mesmo ano, os primeiros diamantes, cujas jazidas enriqueciam os exploradores.

Esquecido, pois, das horas que se passavam, não sentido os ardores do sol, entretinha-se na contemplação daquele depósito, que muitas vezes levava aos lábios, e ali permaneceria o resto do dia, se não fosse despertado pelo tropel de um cavaleiro. Voltara-se então surpreendido, e reconhecendo o seu companheiro João de Medeiros, que montado num cavalo conduzia o outro pela rédea. Com rapidez apanhou a toalha que estava no chão, nela envolveu a sua preciosidade, e segurando-a pelas pontas, dirigiu-se ao recém-vindo com ares de maçado.

- Porque tanto te demoraste?

João de Medeiros não respondeu. Ele tinha observado a precipitação do Ouvidor no apanhar da toalha e notou, ao aproximar-se, que um corpo pesado fazia nela uma certa tensão. Apeou-se. O seu rosto estava desfeito, as roupas amarrotadas e o seu silêncio indicava o estado de agitação de sua alma. Perseguindo o cavalo que fugira, interna-se na mata e ali uma cena bem desagradável lhe sucedera. Dois índios, que supusera casualmente encontrar, oficiosos, o ajudaram na sua empresa,

e quando satisfeito ia voltar, um deles pondo-lhe a mão sobre o ombro, disse-lhe:

- Demora-te mais um pouco. É conveniente que fiques.

Poucas razões lhe deram. E na luta de braço a braço foi ele ultimamente vencido e amarrado pelos pés, com as rédeas do seu cavalo.

- Não grites! Não te mexas!

Repetiu-lhe o índio apontando-lhe uma flecha ao seu coração.

- Mais do que isto, não sofreras. Espera que a rainha das selvas fale a sós com teu amo, a quem tem de fazer revelações sobre um tesouro, de que talvez uma boa parte te venha tocar.

Medeiros tinha os olhos fechados, mas os ouvidos atentos. Duvidava de tudo, porém, aquelas palavras o tranquilizavam de alguma sorte. Nesse estado permaneceu por mais de uma hora, até que lhe soando um canto que lhe pareceu ao da sericora, os seus guardas o desataram, ligaram as rédeas ao freio e disseram-lhe:

- A índia chama-nos. Parte que teu amo espera-te!

Foi então que ele voltou ao estado que o vimos, e Loureiro atribuindo a palidez do seu rosto às impressões que dantes recebera. Procurou reviver-lhe estas, dizendo em tom de convicção:

-“Partamos amigo! Esta lagoa é encantada.”

Partiram. O Ouvidor ia a diante e Medeiros atrás, triste e calado, pensando no tesouro recebido e na deslealdade do parente. Desde logo começou a ruminar um plano. Satisfazendo-se com o que assentara, aproximou-se do Ouvidor. Marchava ao seu lado e assim entrariam na vila do Aquiraz onde dentro em poucas horas, de boca em boca, a notícia de ter Loureiro batizado aquela lagoa com o nome de “encantada”, nome que ainda hoje, apesar de decorridos 153 anos, se conserva mantido pela tradição.

Loureiro e João de Medeiros se tinham aboletado numa mesma casa. Era já noite e Loureiro mostrando-se incomodado, recolhera-se cedo ao seu quarto, cuja porta, fechou. Medeiros ficando só, deitara-se também. Nem um movimento. Mais tarde um pouco, Medeiros fingiu ressonar e Loureiro de ponta de pé, tendo o espreitado, persuadindo-se de que efetivamente dormia, voltou ao seu quarto, acendeu uma vela, e

como o tigre que se aproxima da carniça que ocultara, com mãos crispadas, agarrou a cabacinha que recebera da índia, quebrou-a, comprimindo-a de encontro à parede, cortou-lhes os fios que a envolviam e depois de examinar se mais alguma coisa ali existia, sacou um papel envolto num pedaço de pergaminho. Medeiros estava com o olho na fechadura. Não respirava. O Ouvidor sentou-se junto a uma mesa, conchegou-se à luz, e benzendo-se com aquele papel, desenrolou-o, começou a lê-lo sem pronunciar palavra. Medeiros desesperou; mas fitando o olhar nas feições do ouvidor, ia compreendendo nelas e nos seus gestos o que podia haver de importante naquele papel. De vez em quando o Ouvidor apertando-o nas mãos, aproximava-o mais da vela, como para confirmar-se de que lera. Levantava-se precipitadamente, gesticulava, e algumas vezes deitando aquele papel sobre a mesa, detinha-se em profunda meditação, como que procurando na memória, reminiscências, que aquela leitura lhe despertava. Depois sentava-se e continuava a ler. E o leu por três vezes, repetindo naquelas passagens, em intervalos regulares, a sua admiração e a mesma pantomima. Afinal, dobrando o papel, desapercivelmente disse:

- O nome desse padre não me é desconhecido e Moreno de fato, foi o fundador desta Capitania. E aquele papel, cuidadosamente dobrado, foi por ele posto na carteira, que depois deitou na algibeira interior do seu casaco, com o qual dispusera-se a dormir.

João de Medeiros enraivecido, procurou desafio no fundo de sua rede. Aqueles dois homens que pela manhã eram bons amigos, à noite, sem trocarem uma palavra ofensiva, já se aborreciam, odiavam-se até. A ambição presidia aos seus sentimentos e era o raio que despedaçava os laços de sangue e de amizade que os unia. Entre eles existia a mais perfeita aversão, que o interesse ainda fazia disfarçar. Loureiro demorou-se alguns dias no Aquiraz, soube captar a benevolência da Câmara Municipal e mais juízes, que prestaram toda adesão a sua autoridade. Um dos seus fins era examinar o arquivo da municipalidade e de fato conseguindo-o e nada encontrando que auxiliasse o seu intento, deliberou partir para Fortaleza, deixando assim de mão, o projeto de visitar o território da Capitania, pretextando motivos que o justificavam. Regressou, portanto, com João de Medeiros àquela vila, sendo acompanhado até certa distância, pelas pessoas mais graúdas da localidade. Ali chegando respirou. Estava mais livre nas suas pesquisas.

Medeiros tinha casa própria e, portanto, estava fora do alcance de sua testemunha importuna. Tratou, pois, a título de coordenar o arquivo da Câmara, de examinar a sua papelaria, e neste serviço deixou algumas vezes de dar audiência a Medeiros, que se retirava torcendo os seus bastos e pontudos bigodes. Entretanto, nesse tentame ainda o resultado não correspondeu a expectativa do ouvidor. Foi-lhe indispensável recorrer ao arquivo do Capitão-mor, ao da Ouvidoria da Paraíba, e obter informação do Capitão-mor de Pernambuco. Ele começava a impacientar-se.

As suas pesquisas, pois, demandavam algum tempo e cautelas, e neste sentido, para não inspirar desconfiças, deixa-a para mais tarde as que tinha de fazer no arquivo do Capitão-mor. Nesse ínterim, enquanto aguardava resposta da Paraíba e Pernambuco, para onde se dirigia, ia coordenando as notas que tomara.

Medeiros, havia alguns dias, que o não frequentava. Conhecendo de perto o Capitão-mor, João Baptista Furtado, e não lhe sendo desconhecidos alguns desvios da sua vida particular, jeitosamente soubera ensinar-se na sua amizade e por fim ganhar-lhe a confiança. Já passeavam sós às horas mortas da noite. O Ouvidor se esquecera dele. Só se ocupava do seu tesouro, e no seu estado de constante abstração, os créditos da sua autoridade iam sendo abocanhados; porque não estudando as causas, decidia-se sempre contra os fracos, dando todo valor às queixas dos poderosos. Deste modo era, sem o sentir, explorados pelos pretensiosos, de forma continuar assim, a fatal administração de Mendes Machado, o que deu lugar ao adágio, que ainda hoje ao longe ressoa: - "Justiça do Ceará te persiga."

Medeiros espreitava a oportunidade para desenvolver o seu plano. Tinha estudado o gênio e o caráter do Capitão-mor e achando-o indisposto contra o Ouvidor pela má administração da justiça, e ainda mais porque ele se constituíra desafeto dos jesuítas, a quem protegia, um dia em conversação sobre este assunto, expusera-lhe todos os acontecimentos dados à margem da Encantada. Fizera-lhe notar a sua rápida volta da vila do Aquiraz, quando aliás, saíra de Fortaleza no propósito de ir até os confins da Capitania e descrevera as ocorrências com tais cores que chegou a persuadir ao Capitão-mor, de que Loureiro,

com efeito, recebera da índia, um roteiro de fertilíssimas minas, cujas vantagens, com prejuízo do erário, reservava para si.

Baptista Furtado revoltara-se, e o ferrão da cobiça começou a despertar-lhe sentimentos que não tinha. Medeiros aproveitou a quadra dizendo:

- O Sr. Capitão-mor, verá como ele brevemente lhe virá pedir o arquivo para examinar.

Baptista Furtado não o deixou prosseguir.

- Neste caso, rompereí. Sendo eu a autoridade, a cujo cargo estão imediatamente sujeitas as explorações de minas, não consentirei nessa especulação! Veremos!

Nesse tempo o Ceará fazia o seu comercio de cabotagem com Pernambuco, em 10 ou 12 navios, cujas viagens eram muito retardadas. Já se haviam decorridos 06 meses depois daqueles acontecimentos e nesse dia, em que Medeiros se abria com o Capitão-mor, recebera o Ouvidor as desejadas respostas de Pernambuco e Paraíba com alguns esclarecimentos, mas remetendo-as ao arquivo da Capitania. Loureiro então apressado, fora ter-se com o Capitão-mor, ainda ali encontrou Medeiros. Os seus cumprimentos foram rápidos, e pretextando uma dúvida de que se queria esclarecer, pediu licença para rever o seu arquivo. Baptista Furtado, ainda agitado com a revelação de Medeiros, vendo tão de pronto verificar-se o que, havia pouco, lhe garantira, acreditou seriamente que o Ouvidor procurava iludir o Estado, secamente respondeu:

-“Para conseguir o que pretendes, Sr. Ouvidor, será preciso primeiramente, que impetre uma provisão ao Vice-rei da Bahia, do contrário, não me sujeitarei a um exame, que de alguma forma importa uma sindicância nos meus feitos, podendo daí resultar suspeitas ofensivas ao caráter da minha autoridade! ”

Loureiro desapontou, mas insistiu dando explicações que, afinal, não convenceram ao Capitão-mor, pelo que irritado, saiu bruscamente de sua casa. O rompimento estava feito. Medeiros por prevenção se havia retirado da sala e de um quarto contíguo presenciara tudo. Ele saboreava aquela intriga, que desde muito farejava, e consigo dizia:

-“ Tudo vai bem, porém para ir a melhor, me é indispensável conservar a amizade daquele bom Ouvidor”.

À tarde foi ter com ele e para conseguir seus fins, continuou a frequentá-lo, entretanto, não perdia a ceia na casa do Capitão-mor, diante do qual se ostentava com ares de nobreza, ocultando sob a sua forma física, de boa aparência, a maldade que aninhava no coração. Astuto como a serpente, Medeiros se insinuava no animo daqueles dois homens, com tal sutileza, que levantava a intriga, fingindo querer extingui-la. O tema principal foi a formal oposição que o Ouvidor, por suas instigações, declarou aos jesuítas, embaraçando-lhe a fundação do seu hospício, contra o voto do Capitão-mor. Dois meses depois, um navio, que partia para o Sul, levava duas representações ao Vice-rei: uma do Ouvidor contra o Capitão-mor e outra deste contra aquele. Em ambas João de Medeiros intervieria, fazendo habilmente nelas mencionar-se fatos, que justificavam a desarmonia entre aquelas duas autoridades, tornando-os incompatíveis.

Loureiro aguardava as providencias reclamadas e como se achava privado de maiores pesquisas, encerrando-se um dia no seu gabinete, propôs-se a fazer uma combinação das suas notas com o manuscrito que dizia assim:

“A quem me poderei dirigir neste momento, no meio das selvas que ocultam milhares de inimigos? Não sei! Mas obedecendo aos impulsos do meu coração, que se embala na confiança que deposito nos Céus, vou enunciar o meu pensamento, pois que a morte com as suas garras medonhas, ameaça abafar-me a voz. Escreverei o meu voto à Providencia, quando não possa cumprir, entrego à sua execução.

Portugueses! Franceses! Holandeses! Perante Deus nós todos somos irmãos. A religião católica é o laço que nos prende nessa doce fraternidade, que constitui a grandeza do homem sobre a terra. O que hoje nos divide não sirva de base para ódios eternos: O vencedor deve ser indulgente e o vencido deve submeter-se a sua infelicidade. Aquele pois, que vencer e se apoderar deste país, não esqueça que nisso houve um favor da Providencia. Deve, portanto, corresponder a tanta beneficência, e o meu voto proporcionar-lhe uma



oportunidade para manifestar o seu reconhecimento. O amor da religião me fez depor os cômodos de que gozava e por ínvias florestas, ainda não atravessada pelo estrangeiro, cheguei a este lugar, onde sobre um a laje, que me serve de banca, escrevo estas linhas, que um dia recebereis.

Prestai-lhe seria atenção; elas vos guiaram a dois tesouros- um material e outro espiritual. – O 1.º vos dará bens e riquezas na terra; o 2.º vos preparará gozos infindos na mansão celeste.

Eleito para custodio do Maranhão, a cujo estado se acha ligado o território do Ceará, empreendi por terra ao fortim do Amparo esta viagem, e parti dali do dia 13 de Maio passado, em companhia de 04 padres e 25 homens de armas. A serra da Ibiapaba, a Leste, foi o meu primeiro rumo, do qual depois forçoso me foi desviar, descendo ao Norte, para evitar o gentio que nos embaraça o passo. Já havíamos vencido as escabrosidades que o terreno nas suas imediações nos oferecia. Já nos preparávamos para levantar nossas tendas e repousar de fadigas, quando um acontecimento extraordinário nos veio surpreender, ao pôr do sol. Um bando de 90 tapuias, com inconcebível algazarra, acometeu-nos com tal violência, que na sua fúria, nos faria sucumbir, se Deus, a quem dirigi meus rogos, não tivesse encorajado os homens que nos defendiam.

Nessa luta, tremenda e desesperada, fomos vitoriosos. Os tapuias fugiram, porém, ocultando-se na mata, de quando em vez nos despediam suas flechas que passavam por sobre nossas cabeças, ora caindo além. Não podemos, portanto, levantar as tendas. A jornada continuou no meio da noite, que se aumentava de trevas na espessura do emaranhado bosque, que atravessamos. Caminhamos toda noite, e no dia seguinte, tendo descido mais ao Norte, aquela ponta da Ibiapaba de que fugíamos, se mostrava ao longe verdejante, admiravelmente viçosa. Estávamos à três léguas mais ou menos distantes; eram nove horas da manhã, quando uma chapada se nos abriu adiante; ali levantamos as nossas tendas para nos refazer de forças. Os nossos homens saíram a bater as cercanias, explorando o inimigo, e de volta, duas horas depois, nos trouxeram água e com eles um índio, que conduzia às costas um fardo envolto em peles de veado. Vestia apenas ceroula de algodão, tendo ao lado pendente, um arco e o seu carcaz, depósito de inúmeras e mortíferas setas. A fisionomia, conquanto desconfiada, era amigüeira. Falava mal o português, mas ajudado dos gestos, se fazia bem entender.

Era da tribo dos Potiguaras, natural do Rio Grande do Norte, donde partira em Maio de 1603, fazendo parte, com Martin Soares Moreno, de

um a expedição, que Pero Coelho de Sousa conduzia de Pernambuco ao Maranhão.

As suas revelações são de todo pontos importantes, entre outras, que por extensas omito. Mencionarei as seguintes:

- Que essa expedição naquele mesmo tempo, de passagem, tocara na costa do Mucuripe, à uma légua do qual Coelho levantara um forte, que denominou de São Tiago; - sendo a terra batizada pelos da sua tribo, com o nome de Ceará.

- Que Coelho ali pouco se demorou. Seguiu a sua derrota, e do Maranhão partira com forças expedicionárias até a Ibiapaba, aonde, em 1604, pretendeu se estabelecer.

- Que os Tapuias o receberam mal, revoltaram-se os índios, aliados ao francês Mambilli, sendo ultimamente rechaçado em cruenta guerra, por Mel-Redondo, chefe dos Tabajaras, e por Jaryparyguaçu, chefe dos Tremembés, vendo-se obrigado a fugir.

- Que ele, ferido, não pudera acompanhá-lo, e ali se demorou, sendo vigiado pelos índios, até 1608, quando se evadira em companhia do Missionário Luiz Figueira, que também fugia conduzindo os restos mortais do padre Francisco Pinto, vítima dos Tapuias.

- Que checando ao Ceará, um ano depois, se juntara à Martin Soares Moreno, nomeado Capitão-mor, e como seu afeiçoado, com ele seguira, em 1613, para o forte do Rosário, na Jericoaquara, onde, não tendo Moreno voltado de uma viagem rápida ao Maranhão, ele continuava a esperá-lo, constituindo-se, na sua ausência, chefe dos índios Camocins, que aderiram à causa portuguesa.

- Que, finalmente, por ali onde o encontramos, andavam concitando os ânimos dos seus aliados para opor embaraços aos holandeses, que em grandes navios, bordejavam em frente dos portos do Camocim e Jericoaquara.

Soubemos então que aquele violento acometimento dos Tapuias, procedia ainda do ódio que devotavam à Pero Coelho, e compreendemos o estado da nossa desgraçada situação.

Desanimados, não sabíamos deliberar. Íamos fazer conselho, quando o índio, debruçando-se no chão, um minuto depois, rápido como a onça que se lança à presa, saltou nas suas armas dizendo:

- Silêncio! Nem mais um instante. Partamos!

Cegamente obedecemos a aquele homem a quem o susto fizera seguir sem reflexão. A marcha era apressada no rumo Nordeste, e ele caminhava na frente abrindo a mata, cujos ramos pareciam flexíveis ao contato dos seus reforçados ombros. Duas horas depois de uma marcha sempre ativa e fatigante, chegamos a um ribeiro, que o nosso guia chamou- Camocim- ali, estáticos, assistimos a uma cerimônia que não podemos compreender. O índio apanhando na margem um grande lagarto, atravessou-o pelas costas com um farpão de uma flecha, guarnecidas com plumas de guará, e depois fincou-a no leito, como baliza, sobre um banco de areia. Tudo aquilo foi rápido. Continuamos a nossa derrota, e a 100 passos dali paramos, porque o índio parou. Ninguém falava. O sol estava a pôr-se e, entretanto, no meio das selvas a noite já havia começado. A nossa inquietação era excessiva. Já nos levava a pedir explicações ao índio, quando, um rugido pavoroso, atroador, retumbando na floresta, fez estremecer a terra que pisávamos. De joelhos caímos todos e orávamos fervorosos, quando o índio que ficara sentado, levantando-se nos disse em tom calmo e gracejador:

- Rezar é bom, amigo, melhor será ainda depois que tivermos ceiado.

Pareceu-me aquilo uma blasfêmia. O índio afigurou-se-me naquele momento, em que a morte tínhamos como certa, a imagem de satã que nos queria distrair da oração. Não lhes respondemos, e então ele alçando a voz, continuou:

- Nada tendes a temer. Aquilo que vos aterroriza, é justamente o que vos deve alegrar. Uma infinidade de índios, contra os quais nada poderiam fazer vossos homens de armas, marchava em vossa procura quando debruçado no chão, ouvi-lhes o tropel. Foi então que vos aconselhei que fugísseis. Eles seguiram na nossa batida, mas, deparando com a minha flecha, surpresos bramiram de raiva, não podendo passar além. Eles conhecem os índios da costa, e sabem quanto vale o chefe Camocim. Leram no símbolo que lhes deixei, - a guerra na cor encarnada da pluma da flecha, - e a morte, até de “emboscada”, no lagarto que pelas “ costas espetei”. Aquela flecha foi “um marco” que lhes estancou o passo. Eles já voltaram. Estais salvos. Vamos a ceia que ainda hoje não comi!

E de fato, um instante depois, novo ruído atroou os ares e se foi repetindo ao longe, ecoando de vez em quando, aos ouvidos, até que a final, desapareceu de todo. No dia seguinte partimos. Foi-nos preciso evitar as cercanias da Ibiapaba, que se estendia ao Sudoeste, e tomamos o rumo Nordeste. Seguimos, e adiante uma serra redonda, que o índio chamou de Meruoca ou das moscas, se erguia à distância. Fizemos uma meia volta e

paramos ao Norte daquela serra. A sua verdura foi objeto da nossa admiração. Magnífica era a sua perspectiva. Soberbos cabeços se elevavam aos céus. Eram vicejantes até as suas extremidades. Parecia um ninho de frescura, que Deus em sua Alta Sabedoria, ali construía para reagir nos desvios das estações. Entre nós e aquela serra estendia-se um serrote do qual um pouco pedregoso se erguia às alturas. Pousávamos na planície junto a um olho d'água, que, em borbulhões desprendia uma torrente límpida, abundante. Dali seguimos no rumo Sudoeste, ladeando a serra.

Já tínhamos caminhado muitas léguas e nos dispúnhamos ao descanso quando ouvimos na mata, a pequena distância, uma algazarra que parecia um choro infernal. O índio tirou fora a camisa, e para lá se dirigiu. Soubemos então na sua volta, que ali havia uma taba de Tapuias, inofensivos, e que choravam a morte de seu velho chefe, Coco Chyny. Agitados, pernoitamos na mata dos Tapuias, e ao alvorecer da manhã, partimos no rumo leste. Em seguida atravessamos um ribeiro que nascia daquela serra, tendo-nos antes demorado à sua margem até que nos desse passagem. Ao longe vimos um serrote.

- Ali, disse o índio- descansareis dos vossos sustos, porque os Tapuias não vos perseguirão mais. O rio Acaraú é uma linha que os divide entre os Arariús. Naquele serrote assentaram os chefes de uma e outra tribo nessa convenção, como entre nós no rio Camocim. Entre os índios há leis que se cumprem religiosamente.

A esperança começou a renascer nos nossos corações desde aquele ribeiro, cuja passagem celebrizamos, comparando-a na nossa peregrinação, com a do Mar Vermelho. Veio-nos a ideia de salvação. A sofreguidão para alcançar o serrote indicado, animava a comitiva, e o nosso passo era apressado. Ao meio dia chegamos à margem de um outro ribeiro. Ali parou o índio dizendo-nos:

- Eis o Rio Acaraú, ou rio das garças, na linguagem indígena.

Atravessamos aquele rio, cujas águas, desviando dos montões de areia que havia no leito, abeiravam-se das margens, onde corriam com pequena largura, apenas nos cobriam os pés. O serrote demorava-se a meia légua daquele sítio. Seguimos na sua direção, ofegantes, cheios de emoções. Uma hora depois chegamos às suas cercanias. À esquerda, uma cordilheira pedregosa e à direita, o serrote majestosamente se erguia, coberto de vicejante floresta. Entramos entre ambos, numa espécie de vale e passamos

à sua raiz, onde gigantescas árvores entrelaçando as suas frondosas copas, formavam, à considerável altura, uma abóbada verdejante, derramando sombra e frescura naquele recinto, cujo pavimento se cobria de um verde e macio tapete de relvas. Maravilhoso espetáculo! -Ali, penedia talhava-se precipite, do nosso lado e na altura de 15 palmos, uma laje sobreposta, destacando-se dela, avançava no espaço para nós, meio inclinada, formando um docel original. No fundo, debaixo daquela laje, três largas pedras que pareciam servir-lhe de contraforte, sobrepondo-se umas às outras, apresentavam dois degraus regularmente dispostos: De um lado, pela fenda de uma rocha, como se ali houvera uma torneira, um tubo d'água, com o diâmetro de um a polegada, saía em jorro, precipitando-se numa cavidade que a natureza caprichosamente fizera na pedra, a imitação de uma pia.- Ao todo, apresentava um altar, que nos convidava à oração. Ligeira foi a sua contemplação. O quadro sugeriu a todos a mesma ideia, e fomos colocar ali as Imagens que trazíamos. Foi então que vim os com surpresa a de Cristo despedaçada. Salvava-se, porém intacta, a da Senhora Sant'Ana, que tinha nos braços a da Santíssima Virgem. E sobre aquele tosco trono, já ornado de folhas e flores silvestres, a colocamos ajoelhando-nos à seus pés.

Oramos. E naquela hora em que o coração compenetrado-se dos mais puros sentimentos de religiosidade, faria voar o pensamento aos artigos da celestial mansão, prometi àquela Santa em trocados seus favores, erigir-lhe uma capela naquela solidão, onde mais tarde, os fiéis fizessem eternizar o seu culto e adorações sob a denominação de Nossa Senhora Sant'Ana do Olho d'água. Eis senhores, o voto que ontem fiz chegando aqui, depois de 30 dias de perigosa viagem. Hoje prosseguiremos a nossa jornada e como não é certo chegarmos ao seu termo, apresso-me a escrever estas linhas que um dia, dadas as minhas previsões, a Providencia os fará receber. No cumprimento desse voto, se ele me for vedado, obtereis a proteção Divina, e na sua execução, esquadrinhando o solo que vos descrevo, colhereis frutos e outros proventos que compensaram o vosso trabalho. Terminada a nossa oração, à convite do índio subi ao monte. Dificilmente chegamos ao seu ponto culminante. Dali se via ao Norte, os morros de areia da praia na distância de 20 ou mais léguas. Encantador era o painel, que se ostentava aos olhos naquela vastidão, erigida de um e outro lado por uma cadeia de serraania, que se terminava no horizonte. Depois o índio voltando-se ao poente disse:

- Ali, a uma légua deste morro, mais ao Sul, na margem oposta do Rio Acaraú, um monte que se cobre de pedras pretas, encerra no seu seio

uma jazida de prata, cujo pó alvíssimo, é abundante. Os seus produtos poderão concorrer para a realização da promessa que fiz este.

E voltando-se, finalmente, para Leste apontou:

- Lá vai o seu caminho. Segue à direita daquelas serras, fugindo às suas imediações.

Ele calou-se, beijou-me a mão, e veloz como o gamo, desceu na penedia, correu pelos talhados, e sumiu-se sem o menor estrépito.

Serrote do Olho d'Água, 16 de Junho de 1626.

Frei Christovão de Lisboa.

CAPITULO III

A Intervenção

Bem, disse Loureiro ao terminar aquela leitura. Vamos agora às notas adquiridas para vermos o que há a respeito dessa matéria. Sobre a sua secretaria havia um caderno, que ele abriu com sofreguidão. Corre-lhe a vista, e chegando a página que procurava, parou, indicando com o dedo:

1.^a Nota: No dia 25 de Junho de 1626, chegou ao fortim do Amparo, Frei Christovão de Lisboa, fazendo por terra essa perigosa viagem, em 42 dias. Escapou a diferentes investidas dos Tapuias, que desde a ponta setentrional da Ibiapaba, o perseguiram até a margem do rio Camocim, onde se pusera à salvo pela intervenção de um índio, que o guiara e a sua comitiva, até o rio Acaraú.

O seu primeiro ato, no dia seguinte, foi o batizamento de uma índia, filha de Diogo Pinheiro Camarão, neta de Jaçanã, que recebeu o nome de Mecejana.

2.^a Nota: Em 1681, quando se organizou uma Junta de Missões, com sede no Recife, foi criado um curato no Acaraú, em vista de circunstancia das informações de Frei Christovão de Lisboa, e por instância do Capitão-mor Sebastião de Sá.

3.^a Nota: Em 1684, a 16 de Julho, foi confirmada pelo Governador Geral do Estado, na Bahia, a Sesmaria concedida a Manoel de Góes, seus filhos e outros, pelo Capitão-mor Bento de Macedo Farias, contendo 21 léguas de comprimento pelo rio Acaraú acima, a começar donde termina as águas salgadas.

- Oh! Interrompeu-se Loureiro bastante contrariado. Vinte e uma léguas! Se esses sujeitos obtiveram realmente essa extensão de terra, de certo alcançaram a mina de que trata o padre.

E com um movimento convulso, machucou aquele caderno. Depois, moderando-se, tornou a pô-lo em ordem e continuou.

4.^a Nota: Em 1712, pelo Capitão-mor Francisco Gil Ribeiro, foi concedida a mesma Sesmaria ao Coronel Sebastião de Sá Barroso e outros que a requereram.

- É esta! Exclamou Loureiro, interrompendo a leitura. Logo, os primeiros abandonaram. Decerto não sabiam da mina. Vejamos como isso foi, e continuou a leitura de interrompida nota. Porém Simão de Góes pôs-lhes demanda, e reivindicou as suas terras, sendo na cidade de Lisboa julgada nula aquela concessão por sentença, em virtude da qual se confirmou a posse dos primeiros doados.

Voltou, pois, Loureiro de novo ao seu estado de perplexidade. A sua inquietação fazia-lhe arder a cabeça. Deixou a banca, deu uma volta na sala e um instante depois, sentando-se, disse:

- Já agora desejo saber tudo. As dificuldades eu saberei superar. E passou adiante.

5ª Nota: Em 1703, por ordem do governo do Rei se mandou Christovão Soares Reymão, então Ouvidor da Paraíba e do Ceará, tombar as Sesmarias concedidas no Jaguaribe e Acaraú, o que, todavia, se prolongou até o ano de 1709.

Uma descarga elétrica não produziria no sistema nervoso daquele homem um choque maior do que a leitura daquela nota. Ele levantou-se agitado e passeando no gabinete com largos e descompassados passos, ora parando, ora avançando, dizia:

-“Uma medição! Oh! E de certo na margem do rio para facilitar os trabalhos! E como que delirando, acrescentava- Balizas, marcos, ajuntamento de pessoas. Oh! Oh! Essa medição teve por fim o descobrimento daquela mina! Mecejana! Maldita velha, para que me vieste inquietar! Christovão! Frade fanático, porque não te soubeste calar?! Sim, Christovão... Christovão, também era o nome do ouvidor feliz, que fez tombar essa terra. ” Depois, como se uma ideia lhe atravessasse o cérebro, voou com precipitação à secretária e agarrando o caderno leu:

6ª Nota: Em 1709, fez-se alguns tombamentos, ficando outros em começo.- No rio Acaraú, apenas se mediram nove léguas denominadas dos Góes, terminando a última num marco de pau ali ferrado com o n.º de léguas que foram medidas.

- Nessas medições houveram resistências, pelo que a 11 de Dezembro de 1710, uma carta régia mandou que o Ouvidor Soares

Reymão, se transportasse ao Ceará, afim de tirar devassa contra os resistentes.

Loureiro suportou a leitura dessa última nota com um esforço sobre-humano, pois que nela experimentara dois efeitos inteiramente opostos. No 1.º uma satisfação, considerando que as 09 léguas medidas não alcançavam o serrote do Olho d'água; por conseguinte não se tocara no terreno da mina. No 2.º uma dor pungente, sabendo que o Ouvidor Reymão viera ao Ceará por motivos de tombamentos. Não tinha mais dados para continuar a sua investigação, e, portanto, irritado, saiu do gabinete fazendo votos de vingança contra o Capitão-mor, que lhe obstruía o seu caminho. Nestas circunstancias, estorvado nas suas secretas pesquisas, lembrou-se de interrogar ao Coronel Sebastião de Sá Barroso, a fim de saber os motivos que o levaram a requerer aquela Sesmaria, já conhecida.

- Esse Coronel, dizia ele, é de certo descendente de Sebastião de Sá, o Capitão-mor que em 1681 fez criar o curato de Acaraú. E ele, sem dúvida, terá noções do passado. Fá-lo ei vir à minha presença, sob pena de prisão, firmando-lhe processo por crime de suposição, quando por ventura recalcitre.

CAPÍTULO IV

Quem era o Cel. Sebastião?

De 1626 a 1681, se haviam decorridos 55 anos, tempo que mediou entre a chegada de Frei Christovão ao fortim do Amparo e a criação do curato do Acaraú. Era de fato nesse ano, Capitão-mor do Ceará o Capitão Sebastião de Sá, que dirigiu a Capitania desde 1678 até 1682. Tinha ele dois filhos ainda crianças, Sebastião de Sá Barroso e Antonio de Sá Barroso. Falava-se ainda em pôr esse tempo na viagem de Frei Christovão, e o Capitão-mor, sindicando de fato, encontrou na secretaria do comando do fortim, um relatório feito por Moreno, em que circunstanciadamente, descrevera o vale do Acaraú, sua fonte de riqueza, aludindo a um manuscrito que lhe fora confiado por aquele padre. Verificando, pois, esse fato, o Capitão-mor reservando para si a concessão daquele vale, promoveu a criação de um curato ali, com o fim de atrair os índios pela catequese, e depois guardando com cautela aquele relatório, pediu a sua nomeação, convencido de que o seu sucessor não lhe denegaria, aquela data. Assim, porém, não aconteceu. Tomando posse da Capitania, Bento de Macedo Farias, foi o seu requerimento indeferido, concedido essa data a Manoel de Góes e outros, aos quais o Capitão-mor havia previamente prometido.

Dessas ocorrências, estavam a par os filhos do ex-Capitão-mor e foi por isso que, em 1702, 19 anos depois, não tendo os Góes feito posse alguma no Acaraú, Sebastião de Sá Barroso requereu de novo aquela data, que afinal, foi tomada, em 1724, pela demanda que intentaram os primeiros sesmeiros. Perdida, pois, a causa, Sebastião de Sá comprou em 1725, aos sócios de Góes, légua e meia de terra, - do pau ferrado- rio acima, por já ter-se nela anteriormente estabelecido com seu irmão Antonio de Sá Barroso, a quem cedera meia légua daquela extrema, ao lugar Pedrinhas, donde começava então a légua de sua posse, que denominou de- Olho d'água-. A escritura fora passada no Aquiraz, e Loureiro tendo mudado para ali a sua residência, fácil se lhe tornou dar na pista do Coronel Sebastião. Restava-lhe, porém, saber quem ele era e

onde morava; e soube-o, nos termos acima expostos, por informações do Capitão Manoel Ferreira Fontelles, morador da fazenda Tucunduba, do Acaraú, que ali se achava como vereador, no exercício das funções municipais.

Loureiro caiu das nuvens ao receber aquela notícia. Sebastião! Aquele Sebastião da légua do Olho d'água, e "um vereador" da vizinhança! Conhecidos e amigos. Aquela notícia confundiu-lhe todos os cálculos. Ficou aturdido, porém, estudando bem o ânimo de Fontelles e convencendo-se de que ele ignorava a existência de sua jazida, passados alguns dias, deu-lhe um ofício para entregar ao Coronel Sebastião, a quem intimava formalmente para comparecer à sua presença no dia 11 de Julho, - com o prazo de 20 dias.

CAPÍTULO V

Visita Inesperada

O ano de 1730 já estava em seu meio caminho quando se deram os fatos que vimos de narrar no precedente capítulo. Doze fastidiosos meses já se haviam decorridos depois da nomeação de Loureiro. A sua administração se fizera odiosa e ele não sabendo ajeitar-se às circunstâncias que o rodeavam, só se ocupava do seu tesouro e dos meios de obtê-lo, adiando sempre o seu plano, à esperadas providências que havia solicitado do Vice-rei. Chegara, a final, o dia 11 de Julho, designado ao comparecimento do Coronel Sebastião. Loureiro se levantara cedo. Já era meio dia e nada do Coronel. A impaciência começava a reverter-lhe n'alma. A sua imaginação povoava-se de pensamentos que lhe perturbavam a razão. E ele passeava no interior da sala, chegando de vez em quando à janela. Em uma dessas ocasiões viu ao longe um cavaleiro que galopava envolto num turbilhão de poeira. O seu coração estremeceu. E vendo-o aproximar-se, recolhera-se, mandando servir o almoço.

- É preciso disfarçar, dizia ele; o Coronel deve ser um finório, e par a mantê-lo na boa fé, devo fazê-lo compreender que a esta hora o esperava à minha mesa.

Neste pensamento e para fazer maior impressão no ânimo do seu hospede, tomara um libré de luxo e sentando-se no sofá, lia distraidamente, quando o cavaleiro, que vira, riscando-lhe à porta, apeio-se, e sem a menor cerimônia, entrou precipitadamente, dirigindo-se a ele.

Loureiro custou a crer no que via. Pegara na mão daquele homem, e só depois de o ter fitado por muito tempo, foi que pode dissipar a sua primeira impressão, dizendo pausada e vagarosamente:

- És tu, amigo?

Demoradíssimo eram, naquele tempo, as comunicações oficiais, que se faziam por mar, em pequenos navios mercantes. Por esse meio de transporte, haviam quatro meses, seguidos ao Vice-rei os ofícios do

Capitão-mor Furtado, e Ouvidor Loureiro, como sabemos; e, entretanto, só depois deste prazo é que teve lugar o recebimento das respostas desejadas. No dia 09 de Julho, pois chegara ao porto de Fortaleza um navio, e por ele respondera o Vice-rei àquelas duas autoridades. As suas expressões foram graves e produziram profunda sensação no ânimo dos seus subordinados. E João de Medeiros saboreava aqueles desgostos, vendo apertarem-se os nós dos laços que armara. Entretanto, ainda por uma demonstração de confiança, o Vice-rei incluíra no do Capitão-mor o ofício de Loureiro. Este residia no Aquiraz e o Capitão-mor, em vista da oficiosidade de Medeiros, que se oferecera a leva-lo ao seu destino, lhe o entregou para dito fim. Era ele pois, o cavaleiro que vimos chegar à casa de Loureiro, e sabia esta portanto a causa de uma visita tão inesperada. Conhecidas estas circunstâncias, voltemos aos nossos interlocutores: Medeiros um pouco atrapalhado com aquele olhar perscrutador de Loureiro, respondeu em tom sentimental:

- Sim sou eu mesmo, Sr. Ouvidor! Chamado ontem pelo Capitão-mor, "foi-me imposta esta viagem às carreiras, " quando não o permitia o meu estado de saúde, e só para entregar-lhe este ofício!

Loureiro pegou naquele papel com mãos trêmulas, despedaçou o sobrescrito e com os olhos quase a lhe saltarem das órbitas leu-o, deixando ver no rosto a emoção de sua alma. Leu-o, e ao termina-lo, furioso atirou aquele ofício para um lado, dizendo em tom ameaçador:

-"O que quer o Sr. Vice-rei eu também quero. " E enquanto merecer a confiança da Câmara Municipal, lutarei. Não há de vingar o "plano do Sr. Capitão-mor. "

Loureiro tinha sido demitido do cargo de Ouvidor da Capitania no dia 21 de Junho, sendo nomeado na mesma data para substituí-lo, Pedro Cardoso de Novaes Pereira.

CAPÍTULO VI

O Processo e a Prisão

Como sabemos, só haviam naquele tempo duas vilas- a do Aquiraz e a de Fortaleza. Entre elas duas questões graves se tinham suscitado, - a de sede e a de limites, que motivaram sérias desordens na Capitania. Terminadas estas por intervenção do Governo ultramarino, originou-se outra não menos prejudicial. Levantou-se uma pendência sobre melhoria e antiguidade, questão que tomou vulto e dividida as opiniões entre os povos das duas vilas, querendo cada um a primazia para o seu Município, o que deu lugar a continuação de rixas e rivalidades. Loureiro residia no Aquiraz e nas condições em que se achava, convinha-lhe aquela discórdia. Colocou-se, pois, à frente da questão e obtendo por isto o auxílio da Câmara e da dedicação dos habitantes do Município, tirou daí a vantagem de um partido que o sustentava. Nestas circunstâncias, vendo que se lhe escapava aquele tesouro, sonho dourado que lhe adoçava o amargor das contrariedades, cedeu às inspirações acompanhadas pelo interesse, e apesar de demitido, não duvidou em processar o novo Ouvidor, a quem afinal pronunciou. Loureiro sabia quanto eram retardadas as comunicações, portanto dando esse passo, armou-se e continuou no exercício, sustentando como legítima a sua administração. Além disto, o Capitão-mor Furtado, maçado com as duras expressões do Vice-rei sobre negócios tendentes à Loureiro, mas lhe participou essa ocorrência.

Novaes não viera logo tomar posse e Loureiro não tinha pressa em comunicar o seu procedimento. Portanto o Governador de Estado passou por muito tempo na ignorância desse fato. Em Novembro, porém, chegou o novo Ouvidor e surpreendido com a sua pronuncia, não podendo tomar posse, recorreu ao Vice-rei, queixando-se da incúria e pouco zelo do Capitão-mor. Passou-se assim o ano de 1730. Loureiro ganhava tempo e argumentava em consideração entre os seus partidários, e nestas condições, animado, dispunha-se a uma visita ao Capitão Manoel Ferreira Fontelles, no intuito de ir com ele ao Serrote do

Olho d'água, para daí, segundo o seu roteiro, seguir até o lugar da mina indicada. Estava, pois, nesse projeto, quando a 03 de Fevereiro de 1731, chegando à Fortaleza o Sargento-mor Leonel de Abreu Lima, tomou posse da Capitania. Loureiro parecia devotado aos caprichos da fatalidade. Um embaraço sempre se antepunha aos seus cálculos na ocasião de executá-los. A nomeação e posse do novo Capitão-mor mais rápida do que supunha, assustara-o e temendo alguma violência aumentou o número dos homens que armara. Recalcitrou contra a ordem do Capitão-mor que o intimara para deixar o cargo, e sendo nisso apoiado pela Câmara, encerrou-se no Aquiraz, adiando aquela viagem para mais tarde.

O recurso de Novaes fora atendido e para reagir com mais segurança contra o despotismo de Loureiro, o Vice-rei demitindo a Furtado, o substituiu pelo Sargento-mor Abreu Lima, a quem deu ordens terminantes. Com o apoio dessa autoridade, Novaes, apesar da resistência de Loureiro, cercado-se de gente armada, dirigia-se ao Aquiraz, pode reconhecer a Câmara do seu erro, e Loureiro, nessas conjecturas, acompanhado de um séquito armado, retirou-se para o Acaraú, na madrugada de 04 de Junho de 1732, conduzindo o arquivo da ouvidoria e da Câmara, que o tinha abandonado. Dirigira-se, como era do seu plano, ao Capitão Manoel Ferreira Fontelles, que afinal, viu-se obrigado a protegê-lo contra a perseguição de Domingos Ferreira Barbosa, comandante da fortaleza das cinco pontas, em Pernambuco, que com uma expedição de 200 homens- índios e soldados- dali partiram a 23 de Agosto, com a ordem de o prender.

Fontelles morava no sítio Tucunduba, à margem esquerda do rio Acaraú, e tinha nos fundos das suas terras uma fazenda ao lado de uma ipueira, centro de situação de seus gados. Foi ali, pois, que Loureiro se refugiou para evitar as pesquisas de Barbosa, dando por esse fato, aquela Ipueira do Juiz, o mesmo nome de Ipueira do Juiz, - nome que ainda hoje conserva. João de Medeiros acompanhara a Loureiro e por essa sua dedicação e outros modos de proceder, chegou a convencê-lo de que ignoravam seu segredo. Vivia, pois, com ele na maior intimidade; era-lhe já indispensável, e Fontelles, apesar dos seus receios, começava a gostar de ambos. Já se haviam decorridos três meses, quando um dia Medeiros não amanheceu. Loureiro afligiu-se, e Fontelles reflexionando, concluiu supondo-o um espião. Essa ideia sugeriu em Loureiro uma

desconfiança. Correu à sua mala e depois de examiná-la, bradou em desespero:

- Roubado foi o meu tesouro! Era esse o fim daquele homem que em má hora encontrei no meu caminho!

Loureiro ainda naquelas condições, guardava o silêncio a respeito de sua mina, e Fontelles persuadira-se de que ele com efeito, fora roubado em uma avultada quantia. Medeiros havia desaparecido. As diligencias contra Loureiro continuavam e nesse estado de coisas, Fontelles, temendo uma cumplicidade, viu-se obrigado a falar ao seu hóspede em fuga, mostrando-lhe a sua conveniência. Em Setembro, pois, do ano de 1732, fugiu Loureiro da Capitania do Ceará e chegando ao Rio Grande do Norte, foi preso em virtude de uma ordem régia de 17 de Julho de 1733 e depois remetido à Portugal para ser submetido à julgamento.

CAPÍTULO VII

Um Pouco do Passado

A seca de 1725, que durou 04 anos, assolando quase todo o Norte do Brasil, se fez sentir no Ceará de um modo fatalíssimo aos seus habitantes, pela completa escassez de gêneros alimentícios e mortalidade dos seus gados. Esse fato deu lugar a emigrações, sucedendo que muitas famílias se viram obrigadas a refugiarem-se na Ibiapaba e outras serras, afim de se furtarem aos rigores do cruel flagelo. Assim, para evitá-la, o Coronel Sebastião e seu irmão, o Sargento-mor Antonio de Sá Barroso, em 1726, retiraram-se para a serra da Meruoca, onde finalmente fizeram as suas residências, aquele no sítio Santa Maria e este, no sítio Bom Sucesso, deixando ambos as suas situações do sertão, que apenas visitavam pelo inverno.- Essa seca terminou em Dezembro de 1728.

Homem de um a certa notabilidade no seu tempo, o Coronel Sebastião tomara parte na revolução que se havia levantado no Aquiraz, contra o Ouvidor José Mendes Machado, conhecido por Tubarão. Esse seu procedimento irritou o ânimo do Ouvidor que tinha suas vistas na ribeira do Acaraú, e voltando do Cariri onde praticara as mais inauditas violências, contra a família Monte, para ali se dirigiu em 1724, entre outras, ordenou a prisão do nosso Coronel. Este fato fez aumentar o número dos inimigos do Ouvidor. As desordens chegaram ao seu auge, e sendo para recear que o Ouvidor voltasse dali ao Aquiraz, a Câmara e o Capitão-mor Miguel Francês, exigiram-lhe a sua retirada da Capitania. Baldada, porém, foi essa tentativa. Mendes Machado desprezou aquela intimação e continuou por adiante o seu propósito. Nestas circunstâncias, a Câmara, considerando em coação o Governo da Capitania, declarou-se em revolta com o povo e decretou por si a prisão do Ouvidor. Foi então que Mendes Machado deixou o Ceará, e deste modo escapou o Coronel Sebastião, à sua inevitável prisão.

Lembrado, pois aquela opressão e conhecendo a reputação de Loureiro, Sebastião quando recebeu intimação deste para comparecer à sua presença, receou obedecer-lhe e se deixou ficar, não sendo nisso

perseguido, porque, como sabemos, Loureiro, fugindo da Capitania, fora preso e remetido à Portugal. Estes acontecimentos desgostaram profundamente ao Coronel e resolvera residir na Meruoca, onde em 1728, doara a N. Sa. da Conceição, meia légua de terra, fato que deu lugar a ereção ali de uma capela, hoje elevada à categoria de Matriz, deixando, portanto, de frequentar a sua fazenda, que ultimamente se dispusera a vender.

CAPÍTULO VIII

Como as Coisas se Encaminhavam

Naquele tempo, depois da prisão de Loureiro, fim do ano de 1733, apareceu na povoação de “Caiçara”, hoje Sobral, um sacerdote de nome Antonio dos Santos da Silveira, residente na cidade de Olinda, em Pernambuco. Continuava ainda o curato de Acaraú que tinha por centro a povoação, lugar então mais populoso, que pelo seu comercio, ainda em princípio, atraia os habitantes da ribeira, que ali compravam e vendiam as suas mercadorias.

Chegando, pois, à Caiçara, o padre Silveira eleito escrivão do Cura, cujas funções, com o título de vigário da vara exercia o padre Elias Pinto de Azevedo, e no desempenho da sua missão, que importava uma coadjutoria, em breve teve de relacionar-se com o Coronel Sebastião e o Sargento-mor, seu irmão, dos quais afinal se fizera amigo particular. Soube então da origem daquele antigo curato, conforme expusemos no capítulo 04, e interessando-se pela sua história, mostrou-se desejoso de ali estabelecer-se. Em vista pois, de tais disposições animaram-se os seus amigos à lhe oferecerem as suas terras e fazendas do sertão, que ele finalmente comprou do mesmo modo porque se acham “estremadas” desde tal, no citado capítulo, sendo uma légua denominada Olho d’água, ao Coronel Sebastião e sua mulher D. Cosma Ribeiro da França, por escritura passada pelo tabelião Manoel dos Santos Fradique, no dia 1.º de Dezembro de 1735, e meia légua do Sargento-mor Antonio de Sá Barroso e sua mulher D. Ignez de Araujo e Vasconcellos, cuja escritura só teve lugar a 21 de Fevereiro de 1747, no cartório do tabelião José de Chaves Furnas. Compradas essas terras, o padre Silveira incorporou-as, denominando-as do Olho d’água, sitiou-se na antiga posse do Sargento-mor Antonio de Sá Barroso, no lugar chamado Curral Velho, onde se acha edificada esta cidade. Começavam, como sabemos, essas, do Pau Ferrado e testadas do sítio Pedras de Fogo, então propriedade do Capitão Matheus Conde Barreto de Almada, seguindo o rio Acaraú acima até além do Serrote da Rola por indicação de Jeronymo de Albuquerque, que assim denominou em 1735, na petição, em que

requereu a data, hoje conhecida por Cipoal, que dali começa, a partir do Olho d'água chamado do Ferreiro, situado do outro lado e ao Sul do mesmo serrote.

Corria o ano de 1737, era Capitão-mor Domingos Simões Jordão, e Ouvidor Victorino da Costa Mendonça, e achava-se em Fortaleza o Desembargador sindicante Antonio Marques Cardoso que viera conhecer da resistência do ex-Ouvidor Loureiro. O Vice-rei do Estado, exacerbava-se como procedimento da Câmara do Aquiraz em relação a proteção que havia dispensado àquele Ouvidor, e enviando ao Ceará o Desembargador Marques Cardoso, dera-lhe ordens terminantes. As prisões se enchiam e as cadeias de ferro subjugaram a culpados e a inocentes. À título de indagações, praticavam-se os maiores atentados e violências, sem que se pudesse obter a menor providencia das duas primeiras autoridades que, de alguma sorte, se achavam subordinadas a Cardoso, a quem em tudo auxiliavam. Assim, no dia 02 de Setembro desse ano, quando o Coronel José Bernardo Uchôa entrou no Comando da Fortaleza, encontrou presos nela, e carregados de ferros, 22 indivíduos, na maior parte pessoas importantes, e entre estas o Coronel Sebastião de Sá Barroso e sua mulher, o célebre João de Medeiros Loureiro e uma preta de nome Andreza.

CAPÍTULO IX

A Denuncia

Volvamos ao Ano de 1732

Os fatos expostos na última parte do capítulo anterior obrigam-nos a dar esse passeio, que reputamos indispensável ao seu complemento.

O desaparecimento de João de Medeiros, o seu encontro rápido na prisão, e as circunstancias que para isso incorreram, influem sobre modo nesse nosso pensamento, portanto, o paciente leitor se a isso resignar-se, digne-se fazer conosco essa viagem, embora enfadonha, de curta duração; certo de que não será mais incomodado para outra no decurso de nossa história.

Abandonado pela Câmara Municipal, naquela época, Loureiro, retirando-se para o Acaraú, donde afinal fugira da Capitania, Novaes Pereira, seu sucessor, ocupara-o no Aquiraz, e com o auxílio de Barbosa o perseguira, como sabemos, expedindo-lhe diferentes escoltas. Medeiros, acompanhando-o, se fizera suspeito, e, portanto, fora o seu nome incluído na lista dos culpados, e como tal, procurado cuidadosamente. Ele, porém, tinha tido precauções. Para poder levar ao cabo o seu plano, apenas tomar a posse da Capitania o Sargento-mor Abreu Lima, se fizera apresentar-lhe por Baptista Furtado, que o recomendou com elogios. Portanto o novo Capitão-mor, o considerando um auxiliar importante naquela crise, consegui de Novaes, apesar de repugnância deste, uma certa condescendência a seu respeito. A sua ausência, porém, o tornara malvista, e nestas condições, Novaes ordenou-lhe a prisão: Era, pois, ele procurado como dissemos. Corriam as cousas neste estado, quando João de Medeiros depois de três meses de ausência, justamente o tempo que empregou na companhia de Loureiro, à noite e já tarde bateu à porta do Capitão-mor Abreu Lima, dando-lhe notícia daquele, e como certa a sua fugida para o Rio Grande do Norte. Deu explicações que justificavam o seu procedimento e oferecendo-se como refém em abono da verdade, pode afinal, restabelecer a confiança daquelas autoridades que, todavia, impuseram-lhe a condição de não sair da vila até que se verificasse a declaração.

Nestas circunstancias João de Medeiros, embora circunscrito aos limites da vila, andava livremente, e insinuante como era, captara por último as benevolências de Novaes. Tinha por criada uma preta de nome Andreza, se antes não se estabelecera em casa desta, onde dispunha de um quarto reservado, cama e mesa. Ali vivia e por um habito, ao recolher-se, lia todas as noites o manuscrito que roubara, deitando-se com os cálculos da sua futura riqueza. Novaes havia deprecado a prisão de Loureiro para o Rio Grande do Norte, e chegando por fim a notícia desta, João de Medeiros, por isto vistoriado pelos Governadores, em cuja estima e consideração subira de ponto. Corria o ano de 1735, e o nosso herói sob tão bons auspícios, preparava-se para visitar a “sua jazida”, quando inesperadamente foram exonerados os seus protetores, dando-se a substituição de que já falamos na parte segunda do precedente capítulo. Desorientado com semelhante acontecimento e temendo ficar na vila, projetou estabelecer-se no sertão, e de acordo com Jeronimo de Albuquerque, casado com D. Joana Coutinho, sua parenta, fez este obter a data de terra, como já dissemos, conhecida por Sobral-partindo do - célebre serrote - do Olho d’água, cujo nome mudara na petição feita, para- serrote da Rola- afim de evitar quaisquer embaraços ou não despertar ideias. Tinha, portanto, um ponto de observação da sua jazida, porém não quisera logo fazê-lo, temendo o Coronel Sebastião que era seu confinante. Semelhante obstáculo embaraçava-o, e nestas condições dispôs-se a remove-lo. Foi então ao Capitão-mor Simões Jordão e Ouvidor Vitoriano, com quem nutria boas relações, e denunciou ao Coronel Sebastião, como conspirador do Norte da Capitania, em continuação dos planos de Loureiro.

CAPÍTULO X

Como se deu a prisão do Coronel

Sua influência na história

Por esse tempo a família Feitosa, travando renhida luta contra José Pereira Lima, rico português residente no Cariri, levantava um a sedição ao Sul da Capitania. Este fato atraiu as vistas dos Governadores e começava a inquieta-los; assim a denúncia de Medeiros contra o Coronel Sebastião os incomodara bastante e colocara-os em posição que só a prudência os poderia aconselhar. Passada a administração, fértil de atentados, dera azo a esses estremecimentos, que se haviam arraigados no ânimo dos potentados, portanto era prudente a iniciativa de medidas suasórias, de preferência ao emprego de força, sempre inconveniente nestas lutas intestinas. Além disto a seca de 1736, tempo em que se davam esses acontecimentos, assolava a Capitania e a sua influência poderia concorrer para quebrantar os ânimos apaixonados.

Por tudo isto, e pensando assim, o Capitão-mor Simões Jordão e o Ouvidor Vitoriano, ouvindo a denúncia de Medeiros, limitaram-se a tomar nota delas, deixando o seu ulterior procedimento para a vinda do Desembargador sindicante, que se esperava na Capitania. A denúncia aludida, como fizemos ver, tiveram lugar em fins do ano de 1736, e o proceder das autoridades a seu respeito, desagradou sobremodo à Medeiros que, na expectativa, mordida-se, vendo sumir-se no correr dos dias um tempo precioso dos seus interesses.

Finda-se aqui o nosso passeio. Eis-nos chegados ao nosso ponto de partida.

Corria o ano de 1737

Havia chegado o Desembargador sindicante Antonio Marques Cardoso, cuja intolerância lançou na Capitania um a rede de perseguição. Um dos fins da sua missão era sindicar da resistência do ex-Ouvidor Loureiro, e nesse sentido a sua austeridade não tinha limites. Medeiros, pois, julgou oportuna a ocasião, e previdente, repetiu

a sua denúncia contra o Coronel Sebastião. Marques Cardoso que desejava uma vítima importante para fazer realçar a sua independência ante os poderes do Estado, acolheu com interesse aquela denúncia, e com a maior cautela e segurança expediu uma ordem de prisão contra o denunciado. A escolta partiu e a diligência guiada por Medeiros, produziu o desejado efeito. No dia 10 de Agosto de 1737, foram presos o Coronel Sebastião e sua mulher, conduzidos à Fortaleza e metidos na prisão em que os vimos.

Há fatos muitas vezes ocasionados por uma certa e determinada causa, que produzem efeitos inteiramente diversos. A prisão do nosso Coronel, tendo por base a calunia e a maldade de um homem, veio como por um acordo das circunstancias dadas, ligar-se ao fio da nossa história, levantar um véu que ocultava um segredo, e para assim dizer, encaminhar os acontecimentos ao fim que nos propomos.

Lembrados estarão os leitores de ter sido o Capitão Sebastião de Sá quem promoveu, em 1681, a criação do curato do Acaraú, no intuito de obter ali uma Sesmaria, que afinal não pode conseguir obter. Devem lembrar-se que seu filho, o Coronel Sebastião, de que ora se trata, depois obteve-a, sendo por último obrigado a cedê-la em virtude de uma sentença na demanda intentada pelos Gois, seus legítimos possuidores. Pois bem, quando tudo já se havia concluído; quando nem uma pendência mais existia a esse respeito; quando o Coronel já havia vendido uma parte das terras que possuía nessa data, e mudado de residência; quando afinal, ele se fizera estranhos aos acontecimentos que se davam na Capitania, não querendo neles intervir; uma força oculta, estremecendo os elos em que se prendiam os fatos anteriores, ia dar com ele, já velho, no seu retiro, fazendo-o apresentar-se no “círculo dos acontecimentos “. Era ele pois, uma vítima voltada aos caprichos da sorte, ou um instrumento da Providencia, destinado com o meio, para a realização de um grande feito.

Inclinamo-nos a esta última hipótese, pelo que se colhe dos seguintes capítulos.

CAPÍTULO XI

Conferência Noturna

Presos o Coronel Sebastião e sua mulher, o padre Silveira avisado pelo irmão da vítima, poucos dias depois dirigiu-se à vila de Fortaleza, e por mais esforços que empregasse, não lhe foi possível justificar a inocência de seu amigo. Lutando com um juiz prevenido que se inspirava nas sugestões de Medeiros, já havia desanimado de conseguir-lhe a liberdade, quando, por fim, obtendo licença para falar-lhe na prisão, soube então de fatos que reanimaram as suas esperanças perdidas. Disposto a voltar para sua fazenda, o padre Silveira, depois dessa entrevista com o seu amigo, resolveu demorar-se, e de uma conversa, a sós, e prolongada que teve com o sindicante, saiu da casa deste perfeitamente satisfeito, sendo-lhe em seguida, permitido visitar ao Coronel às vezes que quisesse. Medeiros, apesar dessa concessão que traduziu por um ato de benevolência, senão por mera cortesia do sindicante, seguro da inflexibilidade deste, e desconhecendo os precedentes que ligavam o nosso padre à sua vítima, permanecia tranqüilo.

Aquele homem que tantas vezes dera provas de uma sagacidade inaudita, agora, que devia pô-la em excitação, descansava descuidando-se de si.- É que as consciências calejadas pelo excesso de torpeza, produzem sempre desses efeitos. Assim, uma noite dormia ele profundamente. Seriam onze horas. O silêncio, que estendia envolto no seu manto de trevas sobre a pequena vila de Fortaleza, era apenas interrompido pelos gritos destoantes das sentinelas que, de hora em hora o repetiam do lado da prisão, sedentas de repouso. Tudo havia cedido ao seu influxo magnético. - Dormia a população. Entretanto, fronteiro à sua casa, de pequena aparência, um homem que se embuçava num capote, acorado ao tronco de um ramalhudo cajueiro, sem mostrar-se impaciente da sua incômoda posição, fitava ávidos olhos numa janela que, meio aberta, deixava escapar um jato de luz. Aquele ponto luminoso, que sobressaía na escuridão, à semelhança do pirilampo, ora emitindo um reflexo que se perdia no espaço, ora ocultando-se numa sombra que se lhe antepunha, absorvia-lhe a

imobilidade do tronco, a que se havia recostado. Aquela janela, que tão seriamente o preocupava, dava para uma sala decorada de poucos moveis, aonde dois personagens, ainda despertos, se mostravam não menos preocupados. Um deles que trajava habito talar, sentado à uma banca, escrevia meditando, o outro onde se envolvia numas calças fofas, amareladas e num jaquetão de casimira pardacenta, tendo sobre a cabeça um barrete de lã encarnada, pensativo, passeava com as mãos nos bolsos, de um para outro lado da sala, entre a banca e a janela, que deitava para o pátio. O fato que ali os reunira, detendo-os àquelas horas, em tão profunda preocupação de espirito, devia ser de alguma importância e necessariamente interessaria ao homem que os espreitava.

Quem eram eles e o que faziam?

Mais tarde havemos de sabe-los; por hora basta dizer, que ali se tratava de uma conferência, que terminara pela conclusão da escrita de um e pela aprovação que o outro lhe dera. Era já meia-noite, e a escuridão havia aumentado de intensidade, quando o nosso personagem de habito talar, partindo daquela casa, desaparecera no pátio, unindo-se a cor do tempo. Seguia, e naquela direção, preocupado como estava, muito e muito se distanciaria do ponto do seu destino, se o homem do capote, deixando o seu esconderijo, não se lhe apresentasse para guiar-lhe os passos.

CAPÍTULO XII

Como a Verdade Reage Contra o Embuste

Dez dias já se haviam passado depois dos acontecimentos ultimamente narrados, quando em uma noite, cerca de 09 horas, dois indivíduos montados em possantes cavalgaduras, chegando à portada casa em que se albergara o padre Silveira, apearam-se, sendo recebidos por este com a mais perfeita cordialidade. Os recém-vindos eram homens já conhecidos. Um deles, o mais velho que podia contar com sessenta anos, era o Sargento-mor Antonio de Sá Barroso, irmão do Coronel Sebastião; o outro, que contaria dez anos de menos, era o Capitão Manoel Ferreira Fonteles, ex-vereador da Câmara Municipal de Aquiraz. A presença destas duas personagens, induz-nos a explicar a cena que descrevemos no capítulo anterior.- Ouvindo o Coronel o relatório que este lhe fizera na prisão acerca de Loureiro, o padre Silveira, reanimado nas suas esperanças, dirigira-se de novo ao sindicante, e em presença deste, confiando muito na sinceridade e honradez do seu amigo, afiançara-lhe, comprometendo a sua palavra de sacerdote, que a denúncia dada era caluniosa e tinha por fim a ocultação de um crime, que o denunciante, quem quer que fosse, procurava habilmente amparar no seio da justiça, para assim distrai-la do caminho da verdade. Essas expressões cheias de força, cuja acentuação não escapou à perspicácia do sindicante, modificaram um pouco a sua austeridade. Surpreendera-o aquela declaração, e fosse por curiosidade ou fosse por espírito de justiça, mostrando-se abalado na sua opinião, ele arrastara a sua cadeira até aproximá-la do padre e pedira-lhe, com uma certa vivacidade, esclarecimentos que o tirassem das dúvidas que lhe havia suscitado. Houve um momento de silêncio.

A noite começava a cair obscurecida por uma cerração que lhe dava o aspecto melancólico. O vento soprava rijo do lado do norte trazendo gélidas emanações da costa, de encontro a qual, à pequena distância daquele aposento, do mar fremente quebrava as suas revoltas vagas, que se estendiam espumosas, além da linha que lhes traçava a natureza.

Aqueles dois homens que ali se achavam face a face, um com intuitos piedosos e outro com fim de castigar um culpado, mergulhados num silencio a que os impusera uma força estranha, distraíam-se do seu assunto, sem nos deixar pressentir, se na contemplação do quadro revoltoso da natureza, ou se refletindo sobre os efeitos de uma tão importante conferência. Afinal, foi a própria natureza que os despertou. Uma lufada de vento fazendo-os mudar de posição, lembra-os de seus propósitos.

- Faz mau tempo, disse o sindicante, interrompendo aquele silencio e levantando-se para acender uma vela de sebo que colocara num castiçal de pau, sobre uma banca; fechou as portas, deixando apenas meio aberta uma janela, que dava passagem à necessária ventilação. Depois, sentando-se, acrescentou:

- Agora, meu padre, estamos sós aos próprios elementos como que nos favorecem nesta conferência. Sou todo ouvidos para escuta-lo.

Animado por tão benéfico acolhimento e tomando essa tão rápida mudança de situação por um ato todo providencial, o padre Silveira prossegui assim:

- Há oito anos que o ex-Ouvidor Loureiro, no pretexto de visitar o Sul da Capitania, tomando por companheiro, a seu parente, João de Medeiros Loureiro.

- Quem é esse indivíduo?, interrompeu o sindicante com uma certa curiosidade.

- Conhece-o perfeitamente, V. Sa. Ilustríssima, replicou o padre, - é aquele que diariamente visita-o, e que hoje denomina-se simplesmente João de Medeiros.

- Bem, continue.

- Deliberando, pois, ao fazer esta visita, Loureiro apenas chegou ao Aquiraz, donde voltara à Fortaleza, dentro em poucos dias, preocupado com o “roteiro” de uma mina que, à margem da lagoa Encantada, recebeu de uma índia. Loureiro ocultou esse fato ao seu companheiro, que por um incidente se havia afastado dele, naquela lagoa. Era um segredo que reservava para si, mas ele pressentindo-o, ressentira-se bastante dessa falta de consideração, resultando daí que os seus dissabores lhe implantaram n’alma um ódio implacável contra o seu

parente. Desde então João de Medeiros se tornara asa-negra do infeliz Ouvidor que, cego pelo interesse de uma riqueza, que o trazia em constante obstinação, deixara em olvido o importante mister do seu nobre ofício, sem aperceber-se que por isso caía na ociosidade pública, sempre crescentes pelos artifícios de Medeiros que nestas condições, o conduzia por caminhos tenebrosos.

Medeiros conseguira os seus intentos. Instigando a Loureiro, intrigara-o com o Capitão-mor Baptista Furtado, fizera-se o estímulo dos seus maiores excessos nos acontecimentos do Aquiraz, e por fim, retirando-se aquele para o Acaraú na madrugada do dia 04 de Junho de 1732, fingindo-se ainda seu amigo, o acompanhara, abandonando-o depois de haver-lhe roubado o manuscrito que continha aquele roteiro, alvo dos seus desejos, causa principal do ódio que lhe devotava. Como a verdade reage contra o embuste! De posse daquele papel, Medeiros redobrou de esforços contra Loureiro. Denunciara-o ao Capitão-mor Abreu Lima, e como Judas, entregou-o à sanha do Ouvidor Novais Pereira, indicando o lugar do seu refúgio, e só descansou quando o viu encarcerado em uma masmorra no Rio Grande do Norte. Seria só o ódio que presidiu a tão nefanda conduta? Não! Mil vezes não; porque o ódio, segundo o que a experiência nos tem mostrado, embora um sentimento que a moral repele, não se arraiga tão profundamente em uma alma, a que faltem outros sentimentos que a nobilitem.

Medeiros é um desses homens solteirões, que dorme em toda parte, não tem uma profissão seria do que deva subsistir. Vivía às expensas de Loureiro que o protegia, dando-lhe o que fazer na sua secretaria; e o que ultimamente tenho colhido a seu respeito, autoriza-me a depreciar o seu caráter. Sem meios de vida, na mais perfeita ociosidade, reside agora na casa de uma preta, talvez sua. Nada tem, pois, que o recomende na vida social, e esse rancor contra um homem, a quem ali as devia ser grato, não se justifica aos olhos do pensador; desaparece ante a crítica dos fatos. Não foi, portanto, o ódio que o moveu nessa tenaz perseguição. Também não foi o interesse público que o levou por esse caminho desonroso, espezinhando os laços do parentesco e da amizade, à prática de tão negra ingratidão. Nada de tudo isto. A sua perversidade fria e calculada traduz-se pela ambição que lhe sugeriu aquele manuscrito. Para havê-lo não se poupou a indignidades. E tendo-o em seu poder, não recuou diante dos meios que

o pudessem manter na segurança da sua posse. É ele, pois, Sr. Desembargador, (desculpe divulgar-lhe o seu segredo) que agora aflige um cidadão honrado, imputando-lhe um fato criminoso para detê-lo na prisão, como já uma vez pretendeu fazê-lo ao próprio Loureiro, quando senhor desse papel, que ele hoje possui. O Coronel Sebastião foi outrora possuidor de légua-e-meia de terra na Sesmaria do Acaraú, cujas extremas, do lado do Sul, talvez se aproximem do local dessa mina que Medeiros fareja. É, portanto, par a arredar um obstáculo que ele, ainda desta vez, procurou a intervenção da Justiça, conchegando-se a ela para mais facilmente afasta-la de si.

O sindicante havia empalidecido. Aquelas ultimas expressões despertaram-lhe a susceptibilidade, e ele levantando-se, interrompeu a seu interlocutor, dizendo-lhe:

- Acredito, meu padre, tudo quanto acaba de relatar-me, mas não me poderá dar esses outros testemunhos além do seu! Como soube de tais circunstancias até hoje ignoradas?

Foi então que o padre Silveira referindo o mais que ouvira do Coronel e descrevendo outras minuciosidade, que os leitores conhecem, ofereceu para testemunhar o Capitão Manoel Ferreira Fontelles, a quem Loureiro confiara o que lhe havia exposto, comprometendo-se apresentá-lo em sua audiência, no prazo de 10 dias. Era já muito tarde, entretanto o sindicante, no interesse de apressar a diligência, oferecera-lhe uma folha de papel, e enquanto o padre escrevia sentado à sua banca, noticiando a Fontelles as ocorrências dadas, e instando pela sua vinda naquele prazo, ele pensativo, passeava ao longo da sala.

Como terminou aquela conferência, também já sabem os leitores. Resta agora dizer-lhes que o homem do capote era o Sargento-mor Antonio de Sá Barroso que, receando alguma violência, se conservava oculto na vila. Ele ali fora em companhia do padre Silveira e naquela noite, contra os seus hábitos, o acompanhara até o ponto em que vimos, ansioso por saber do resultado da conferencia, que tinha por objeto o seu irmão.

A amizade, quando sincera e desinteressada, produz as vezes e feitos quase sobre-humanos. O velho Sargento-mor, apesar do incomodo que sofrera naquela sua posição, apenas soubera que o sindicante se

inclinava à causa da vítima, sentiu um choque que o remoçara. Não quis descansar e partiu àquela mesma hora, fazendo-se “portador” da carta que o padre escrevera. Eis, portanto, a razão porque o vimos chegar à casa deste acompanhado do Capitão Fontelles, passados 10 dias, como dissemos no começo deste capítulo.

O caluniador desmascarado

O mês de A gosto do ano de 1737, havia chegado ao seu termo. Era meio-dia e apesar do intenso calor e da inconveniência daquela hora, diferentes pessoas se agitavam nas ruas da vila de Fortaleza, dirigindo-se à casa do Desembargador sindicante, Antonio Marques Cardoso, em cuja porta se iam aglomerando. A plebe sempre afluyente não destacava da posição que havia tomado naquele lugar, apertando-se, acotovelando-se, conchegando-se curiosa para ver o que na sala se passava, enquanto diversos grupos de pessoas mais decentes, parados à distância, conversavam em voz baixa sobre o caso imprevisto de que ali se tratava.

Como sabemos, o padre Silveira cumprira a sua palavra, fazendo ir o Capitão Fontelles à presença do sindicante. Este, pois, sob o pretexto de colher esclarecimentos e não querendo excluir deles as duas autoridades da Capitania, convidou-os para assistirem a sua audiência, cujo resultado já saboreava, na convicção de que daria uma prova da sua inteligência e tino administrativo. Assim, um tribunal se havia reunido na manhã daquele dia, em casa do sindicante, sob a sua presidência, e presentes o Coronel Sebastião, acusado, Medeiros, seu acusador, e o padre Silveira, testemunha da defesa. Ele expusera o motivo da prisão daquele, de conformidade com a denúncia recebida. Interessado no descobrimento da verdade, o sindicante guardando reservas do que lhe tinha sido revelado, havia feito retirar à Fontelles para um quarto interior. Medeiros, pois, ignorava o seu comparecimento e seguro de si, nada receando do padre Silveira, com todo sangue frio, confirmou a exposição do crime. Reinava respeitoso silencio naquela improvisada audiência, quando começou o padre a depor, e o seu depoimento concebido nos termos porque já o fizera ao sindicante, com mais veemência ainda, causou profunda sensação no auditório. Medeiros sofrera um terrível choque, mas agarrando-se, como tábua de salvação, à

referência da testemunha ao próprio Coronel, a contestou mostrando que, neste caso, ela e o acusado não faziam uma prova da inocência deste e muito menos de calúnia que lhe imputavam. A sua contestação produziu nos ouvintes uma certa reação. O Capitão-mor e Ouvidor cursavam entre si olhares significativos e Medeiros compreendendo aquele efeito e naquele gesto um quer que seja de aprovação à sua defesa, animado concluiu, pedindo ao padre uma prova, ao menos documental, que corroboram o seu depoimento, pena de reputar-se falso e caviloso. Terminou assim aquele depoimento.

A indecisão protegia a causa de Medeiros, e quando ele triunfante supunha concluída aquela audiência, com espanto seu e surpresa dos Juizes assistentes, o sindicante com aquela ênfase que caracteriza o juiz presunçoso, ordenou ao Alcaide que conduzisse a outra testemunha. Apareceu então o Capitão Fontelles, chegando à sala por uma porta que dava para o interior da casa. Medeiros se fizera lívido como um defunto. Tremiam-lhe os membros e tentando corresponder a uma cortesia de Fontelles, não pode levantar-se. Faltaram-lhe as pernas e abandonando-se à sua cadeira teria caído se não fosse amparado. Geral foi a sensação que aquela vertigem produziu e um certo rumo levantou-se entre os espectadores. Medeiros perdera os sentidos. Este fato motivado pela presença de Fontelles, desabonando-o, dava este, uma certa força, um certo prestígio e por conseguinte toda importância à causa do Coronel. Ele não pudera ouvir o depoimento do homem que o assombrara e conduzido à prisão, achou-se entre ferros ao despertar.

Bem visíveis eram os sinais do seu abatimento moral e nesse estado, ouvindo de Andreza a notícia de busca dada em todos os seus papeis e a da prisão desta, por ter se oposto à diligência, atônito puxou do cinto e não encontrando o manuscrito que ali encerrava, caiu numa alienação mental. A sua história é triste. Ele pagou bem caro, na masmorra e por longo tempo, a perversidade do seu gênio intrigante e ambicioso.

Voltemos ao Coronel. Dadas aquelas provas que o inocentavam, foi ele, todavia conservado na prisão, porque o sindicante logo que o prendera, tendo levado o fato ao conhecimento do Vice-rei na Bahia, aguardava as providencias para ulterior procedimento.

Raiou, afinal, o dia 04 de Novembro, uma ordem por ofício, datada 06 de Outubro, investiu o sindicante dos mais amplos poderes na sua missão. Foi então que ele obteve a sua liberdade, e depois de 02 meses e 25 dias de angustiosa prisão, regressando ao seu sítio Santa Maria, na serra Meruoca, ali numa doce paz, embora pobremente, ainda viveu longos anos em companhia de seu irmão.

Fim da primeira parte.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

A Visão Corria o Ano de 1738

À margem direita do rio Acaraú, no lugar chamado Olho d'água, existia uma fazenda de gados pertencentes ao padre Antonio dos Santos da Silveira, situada por ele, havia 03 anos. O estado primitivo da natureza ostentava-se ainda ali, quase em sua plenitude. O rio, segundo o seu curso natural, passava à um quarto de légua distante daquela situação, porém um regato que dele se destacava, meia légua ao Sul, para voltar-se ao seu seio, meia légua ao Norte, aproximando-se dela, estendia um fio de prata, que a orlava num semicírculo ao poente, formando deste modo uma ilha daquele lado, que nas estações invernosas, desaparecia sob imensas e volumosas águas. Densas matas cobriam aquele solo vicejante. Elas se enfileiravam cerradas, compactas pelas margens deste e daquele rio, sustentando-as com o vigor dos seus troncos contra a impetuosidade da corrente que, contida por esse dique, se limitava a estreiteza dos seus leitos, transbordando à maior enchente. Pitoresca era a paisagem que ele oferecia aos olhos do espectador. Coloca da no centro de um círculo aparente de serranias, que naquele ponto parece fechar-se, ao Sul, pelo serrote da Rola e ao Norte pelo morro Gadelhudo, aquela situação, dominando o vasto horizonte que a circunscrevia, ostentava-se risonha no seio majestoso das selvas. Ali tudo era simples, sem outro encanto que não fosse o da natureza. Havia uma pequena casa de taipa, reconstruída, residência do proprietário e um curral de madeiras, reedificado. De lado, duas choças cobertas de palhas de carnaúba, em que se albergavam duas famílias de índios domesticados, incumbidos da vaqueirice e na frente um terreno batido e destoucado, formando um espaçoso pátio, onde todas as tardes, malhavam os gados, trazendo as vacas espontaneamente, nédios bezerros ao curral. Eis tal qual era, naquele tempo, a fazenda de que nos ocupamos.

Raiara o dia 04 de Novembro. O sol, apenas, se erguia a meio no horizonte sob um céu límpido, encantador. E a manhã desse dia, faceira como uma fada, expandiu uma luz viva, radiante, que parecia remocar a natureza. Pesada chuva havia caído na madrugada daquele dia. Era, pois, uma manhã excepcional na estação calmosa. A vida recomeçara no campo sob um influxo animador. Os pássaros trinavam melodiosos. Urravam os touros. As vacas soltavam seus berros naquele tom prolongado e saudoso, que faz o encanto do criador, e as novilhas e os bezerros, ora marrando-se de contentes, ora correndo às desfiladas pelo pátio daquela fazenda, voltavam depois à malhar aos saltos e coiceando. O sol erguia-se e o sopro brando da viração, que passava por entre a folhagem das árvores ainda gotejantes, impregnando-se de frescura, conduzia nas asas, um perfume que completava o encanto daquela hora matutina privilegiada.

O padre Silveira se levantara cedo e tomando o seu chambre, debruçara-se à janelas, que havia aberta. Impressionara-o a majestade daquele quadro, e ele aspirando os balsâmicos eflúvios que transpiravam da natureza, sentiu n'alma um prazer indefinível, que lhe traduziu no rosto. Seus olhos caíam investigadores sobre tudo que o rodeava. Da manada passara-os ao horizonte, fixando-os afinal, em um ponto do serrote da Rola que atraía as suas atenções: - Um fio de névoa levantava-se da raiz daquele serrote e subindo em caracóis na direção do cume, acompanhava a inclinação do caminho percorrido sem desprender do ponto de sua origem, na parte inferior. Levantava-se e chegando ao ponto culminante, num a planura que ali se divisava, parou, e um rolo da mesma névoa, meio espumada, que se desprendera da base, erguendo-se por entre aquele canal, afigurava-se, ao longe, um homem que intrépido subia os argênteos degraus daquela vaporosa escada. Não se demorava no caminho que tinha a percorrer e chegando à planura indicada, aquele pedaço de névoa, aumentando de volume, tomara como só acontece nas nuvens, que vagarosamente se arrastam no espaço, diversas formas e entre estas, por último, a de um ancião ajoelhado em posição contemplativa, com o rosto erguido par a o céu. Parecia aquilo uma visão. E o padre Silveira no estado de excitação em que se achava, recordando-se do que ou vira de Fontelles, dissera consigo:

- Aquele caracol, que representa uma estrada difícil de subir, é de certo a indicação do escabroso caminho por onde ali foi ter o venerável frei Christovão de Lisboa. E aquela forma, aquela figura, não pode deixar de ser a sua. Lerei o seu manuscrito.

E num movimento rápido deixou a janela. Duas horas depois, ele, montado num possante cavalo, partia à galope em direção à povoação de Caiçara.

CAPÍTULO II

A Licença

Conosco assistiram os leitores o primeiro ato da nossa história à margem da lagoa Encantada, no Município de Aquiraz. Lembrados estarão, portanto, de que ali, na risonha manhã do dia 21 de Junho de 1729, uma índia, se apresentando de modo surpreendente ao Ouvidor Loureiro, entregara-lhe um depósito. Estarão lembrados de que, este consistia num manuscrito, que das mãos do depositário passara depois às de Medeiros, de cujo poder desaparecera na prisão. Já sabem os leitores o que continha aquele manuscrito, e o souberam melhor porque no seguimento da nossa história, forçosos nos foi transcrevê-lo. Ele era um segredo dos seus depositários e o seu conhecimento só passara à Fontelles no momento em que Loureiro, perdidas as esperanças de sua reabilitação na Capitania, dela fugia espavorido, amedrontado. Sabem, finalmente, como se deu o seu descobrimento pelo que observaram na audiência do Desembargador sindicante, mas ignoram uma circunstância que agora convém aclarar: - Deslumbrado com o roteiro da mina, Loureiro não atendera a parte religiosa daquele manuscrito e, portanto, lamentando-se da sua perda, apenas referira à Fontelles o fato que o preocupava, querendo com isto opor embaraços à pretensão do parente traidor, única vingança que, nas suas condições, podia tirar contra ele. Deixara, pois, em olvido o voto do frei Christovão de construir uma capela à N. S. Sant'Ana. Os dados, porém, estavam lançados e a Providencia parecia interessar-se por aquele fato que a maldade, ou o desprezo das causas religiosas, havia ocultado.

Assim é que, preso Medeiros e recolhido ao mesmo quarto em que se achava o Coronel Sebastião, este no caridoso intuito de fazê-lo voltar da sua vertigem, afrouxando-lhe as roupas, deparara com o seu cinto e nele se achava o manuscrito valioso. Um sentimento de nobreza detivera-o por momentos, contrapondo-se à ideia que se atuara no seu espírito. Repugnara-lhe pegar na bolsa alheia, mas afinal, espicaçado pela curiosidade, cedeu a examiná-la. Ali só encontrou um papel e reconhecendo nele o manuscrito, debalde procurado na busca que dera em casa deste, guardara-o cuidadosamente. De posse, pois, daquele

papel, que lhe escaldava o sangue, o Coronel entregara-o ao padre Silveira, que desde logo, temendo-o à uma víbora, dispusera-se a queimá-lo. Evitar uma tentação, fugir ao infortúnio de que foram vítimas os seus primeiros possuidores, foi a ideia que, no momento lhe ocorreu em tal deliberação, e guardou-o sem passar-lhe a vista. Passaram-se, entretanto, alguns dias e nada transpirando àquele respeito, o padre Silveira, um pouco tranquilizado, regressara à sua fazenda. Longe da vila, no primeiro pouso, lembrara-se daquele papel e duas vezes que tentara leva-lo ao fogo, duas vezes recuara ante aquela tentativa. Fosse o interesse particular que o demovesse do seu propósito, fosse o dedo da Providencia, sempre misteriosa na sua intervenção, que o contivesse naquele procedimento, fosse o que fosse, o certo é que uma força, a que ele não pudera resistir, suspendera-lhe o braço.

- Eu te conservarei, disse ele, dobrando aquele papel, e só uma inspiração ou o poder da Lei, far-me-á um dia lançar mão de ti.

Havia decorrido um ano

Surgira aquela suntuosa manhã do dia 04 de Novembro e foi então que o padre Silveira, a princípio extasiado ante o majestoso espetáculo da natureza e depois impressionado, deixando, como vimos, o seu observatório, dispusera-se a ler aquele manuscrito. A sua resolução era inabalável. Entrando no seu quarto de dormir, tirou de uma caixa, uma carteira de pau escuro, orlada de um fio de metal. Abriu-a e sacando duas tabuletas forradas de veludo, subdivididas em escanos, formando três repartimentos sobrepostos, um destinado ao seu estojo, outro aos papeis do seu officio e o terceiro ao sepulcro de algumas moedas, arrancou do fundo dela um papel, destruído pela mão do tempo. Lera com ansiedade e a descrição que frei Christovão fizera, há 112 anos acerca daquele vale, parecera-lhe o molde em que se fundira o quadro que presenciara naquela manhã. O passado erguera-se do seu vasto túmulo e unindo-se ao presente por tão íntimas relações, arrastara o padre à sua contemplação. Ele refletiu e nas suas reflexões, todos os acontecimentos desde a época daquele papel, até aquela hora, passaram-lhe rápidos na mente, deixando um rasto de luz, que lhe encaminhara o

pensamento às regiões etéreas do infinito. A sua meditação foi profunda. Ele comparou os fatos, deduziu-os e chegando por fim a convicção que fora o escolhido para a execução daquele voto, rendeu graças a Providência por ter-lhe suspenso o braço na tentativa que fizera de queimar aquele papel. Foi então que o vimos partir em busca da povoação de Caiçara, hoje Sobral.

Seis léguas desapareceram rápidas sob as patas vigorosas do seu possante cavalo, e naquele mesmo dia, apenas ali chegara, requereu licença para erigir no seu sítio uma capela, sob a invocação de N. S. Sant'Ana, do Olho d'água e Almas, a qual lhe foi concedida por Provisão da mesma data pelo cura, que então funcionava com o título de Vigário da vara no curato do Acaraú, o padre Elias Pinto de Azevedo. O Ceará fazia então parte do Bispado de Pernambuco. Era então Bispo D. José Fialho.

CAPÍTULO III

A Capela

Bem diversas foram as impressões que aquele manuscrito produziu no ânimo dos seus três possuidores: Os dois primeiros, Loureiro e João de Medeiros, cegos pela paixão de sórdido interesse, desprezando a causa principal daquele papel, desviaram-se do caminho da honra e do dever, precipitando-se por fim no abismo que a sua inconcebível ambição lhes cavara aos pés. O terceiro, porém, padre Silveira longe de uma tal ideia, arrebatado pelo sentimento nobre que inspira uma causa santa, erguera-se à altura do homem de bem, felicitando-se da incumbência que recebera. Notável contraste! Mãos impuras não poderiam tocar impunemente na pedra santa que se devia erigir um templo à terna Mãe da Virgem de Sion.

Dispusera-se, pois, o padre Silveira a cumprir o voto de frei Christovão e unindo-se ao seu pensamento, externou, como vimos, no requerimento da licença que impetrara, a intenção de pertencer também as almas, a capela prometida. Foi, portanto, mais um ato de religiosidade que praticou no piedoso intuito de coloca-la sob uma proteção tão valiosa, despertando assim nos fieis a ideia dos mortos, cuja recordação podia trazer-lhes, em resultado, a oração, os sufrágios e a esmola. E neste propósito comprometeu-se a dizer-lhes, por toda a vida, uma missa nas segundas-feiras de cada semana. Com tais disposições o padre Silveira, que tinha serias razões para duvidar do estado de coisas da Capitania, refletindo, julgou imprudente a divulgação daquele papel. Pareceu-lhe rigoroso reviver o passado e pensando assim, queimou-o sem a menor repugnância, guardando, todavia, as suas cinzas, como sagradas relíquias, para um fim que, presentemente, omitimos pela importância da sua declaração. O segredo, portanto, continuou e ele de posse da licença que havia impetrado, meteu mãos à obra, filha dos seus ardentes desejos.

O sítio em que se tinha estabelecido compunha-se de um território desigual, aqui e ali erçado de saliências, sobrepostas a um a camada,

misto de terra argilosa e pedra quebradiça, um pouco elevada em relação ao ponto em que se achava a casa da fazenda. Ele, pois, escolheu uma dessas elevações, preferindo a que lhe ficava ao poente, a 20 braças pouco mais ou menos da sua residência e destinou-a para a situação da capela, que se propunha erigir. O ato era de sua importância e não devia passar despercebido. Assim, para dar uma certa solenidade, ele três dias antes, convidara para assisti-lo, o Coronel Sebastião, Sargento-mor Antonio de Sá Barroso, Capitão Fontelles, Jeronymo de Albuquerque, Cláudio de Sá e Amaral, e Antonio Coelho de Albuquerque, proprietários na vizinhança, que se apresentaram no dia aprazado. Faltavam artistas e na ausência destes, cada um dos convidados emitiu a sua opinião, e depois de longa discussão, o plano da obra foi traçado da forma e proporções seguintes: Vinte e cinco palmos de largura, sobre trinta e cinco de fundos, com trinta de altura nas empenas. Duas portas, sendo uma lateral. Frente para Noroeste e construção de taipa.

O dia 09 de Novembro de 1738, raiou brilhante sobre esse tão auspicioso acontecimento. Nesse dia começou a obra da capela no lugar escolhido. Alguns índios se ofereceram para o trabalho e da sua administração se encarregara Antonio Coelho de Albuquerque, fazendo-se por isso amigo íntimo do nosso padre, e por último, seu confiante. A obra prosseguiu e entrou pelo ano de 1739. O curato, como sabemos, estendia-se sobre um vasto território e o cura, na desobriga, que anualmente fazia ausentar-se por longo tempo da capela de Caiçara. Aproximava-se a época dessa excursão religiosa e o padre Silveira, para evitar demoras, premunira-se de uma provisão para benzer a sua capela, a qual lhe foi concedida no dia 20 de Julho, pelo padre Antonio de Aguiar Pereira, vigário colado da igreja paroquial de São José de Ribamar e que então exercia o cargo de Vigário Geral, Juiz de Resíduos e Casamentos, em toda Capitania. Afinal, terminou-se a obra empreendida, no dia 31 de Julho desse mesmo ano de 1739. Um pequeno espaço fora reservado para o seu altar, compondo-se de uma mesa de forte construção, sob três degraus de madeira, em forma de trono, que se arrimava ao fundo da capela. Ao terminar-se, porém, aquele serviço, o padre Silveira executara uma cerimônia incompreensível para os que a presenciara. No ato de colocar-se o altar, mandou arrancar os quatro tijolos sobre que se tinham de firmar as pernas da mesa aludida e na cavidade de cada um, depositou

repartidamente, um pouco de cinzas que trazia numa caixinha de papelão, repondo-os depois no mesmo lugar. Aquela cerimonia desusada, conquanto passasse desapercibida aos trabalhadores assistentes, não escapou à apreciação de Coelho, o administrador. O padre notara e ao sair, indo embora para casa, dissera-lhe:

- O que vistes, embora não seja uma prescrição da Igreja, não deixa, todavia, de muito importar a capela que levantamos. Um dia, mais tarde, se a morte inesperadamente não me fechar as pálpebras, sereis sabedor.

CAPÍTULO IV

A Primeira Missa

Dez dias se haviam passados depois dos fatos que narramos no precedente capítulo. Um ponto branco que se via no meio da floresta, a três quartos de légua, ao Norte do serrote da Rola, indicava ao visitante que transitasse nas suas imediações, a existência da capela que vimos erguida. A singeleza era o único ornato que a coroava. De taipa, porém construída de rijas madeiras, tinha na solidez das suas paredes, bem desempenadas, a necessária consistência para resistir a força destruidora do tempo e a sua mão de obra, conquanto traçada por inábeis operários, atestava os desejos dos que intervieram na sua direção. Alva, pois, como a garça e risonha como uma manhã do mês de Junho, a capela da Senhora Sant'Ana do Olho d'água, ostentava na solidão, no centro de um círculo de serranias que a dominavam, uma certa majestade atraente de veneração. Era o ponto convergente de vistas dos que então moravam nas datas circunvizinhas, e a notícia da sua ereção, que soara nos remotos cantos do curato, atraindo-lhe adesões, despertara nos peitos de muitos, ansiosos desejos de assistirem a cerimônia da sua bênção previamente anunciada.

Era o dia 10 de Agosto de 1739. O padre Silveira tinha-o designado, 30 dias antes da conclusão da obra, para o ato religioso que devia santifica-la. Diversas bandeiras com emblemas portugueses, hasteadas na extremidade de elevadíssimos postes, tremulavam no ar à frente da capela e de um outro lado desta, duas fileiras de ranchos tecidos de folhas e ramos de oiticicas se estendiam alinhados, formando um arrumamento provisório. A casa do padre Silveira, de pequenas proporções, sita no extremo do declive que se projetava do alto da capela, no lugar onde hoje começa a importante rua 28 de Setembro, era insuficiente para acomodação dos que tinham de concorrerem ao ato. Ele, pois, providente, mandara levantar aquele abarracamento e além disto, uma espaçosa latada à sua frente, destinada a casa de refeição dos concorrentes. Tudo de antemão havia sido providenciado. Uma ilustre matrona, respeitável por sua posição e nascimento, tronco venerado de prodigiosa descendência, cujos ramos atualmente se estendem por todo

o município, se havia encarregado do serviço culinário. De certo desejarão os leitores saber o nome dessa ilustre matrona e seria uma falta da nossa parte deixá-lo oculto nas espessas trevas do passado. Pois bem, satisfaremos a curiosidade e o dever. Essa mimosa flor que então brilhava no vale, cujo cálice fecundo encerrava o germe de um povo, era D. Maria Ferreira Pinto, mulher do Capitão Manoel Ferreira Fontelles. Aos seus cuidados, pois o padre Silveira havia confiado o tratamento dos seus numerosos hóspedes, e ela, desvelada no desempenho da sua missão mostrara-se digna da confiança que inspirara.

Tenras novilhas roliças na expressão vulgar, tinham sido abatidas de véspera e a sua macia e saborosa carne, nas mãos de tão ilustre cozinheira, recendia sob diversas iguarias que desafiavam o apetite. O jantar, como o almoço foram servidos em uma mesa improvisada de lascas de carnaúbas, que descansavam sobre duas travessas, sustentadas por quatro pequenas forquilhas. E tudo havia corrido à satisfação de todos. O sol, entretanto, já se havia inclinado bastante para o ocidente e um relógio de madeira colocado no pátio, recebendo os seus raios transversais, marcava cinco horas. O sinal estava dado, e o padre Silveira ao lado do padre Dionizio da Cunha Araujo, a quem havia convidado, seguido de numeroso concurso de pessoas, dirigira-se à capela. Benzeu-a e depois batizando as imagens de Cristo, Sant'Ana, São Joaquim e Santa Rita, colocou-se no altar. Em seguida, dois pífaros harmoniosos, soltaram ternos floreios acompanhados do cadencioso som de uma caixa e o eco estrepitoso da roqueira, retumbando na floresta, parecia gemer abafado no fundo do vale, espantando as aves, que em bandos se suspendiam no espaço. E foi então que a voz sonora do bronze sagrado, essa voz sempre cheia de recordações diversas, res soou pela primeira vez no límpido céu do Município, repercutindo-se ao longe na serra. Fervorosas orações seguiram-se a essas festivas demonstrações de regozijo e terminadas estas, o padre Silveira em presença de todos lavrou um termo circunstanciado daquele acontecimento, em que assinou com o padre Dionizio, seu ajudante. Eram seis horas. Haviam-se terminado todas as cerimônias e o povo retirando-se da capela, procurou acomodar-se no abarracamento que lhe fora destinado.

A noite sobreveio clara e serena. Duas grandes fogueiras iluminavam o pátio e canções populares, então relativas a derrota holandesa e ao heroísmo nacional, encheram os ares de suaves melodias ao som do pífaro e pandeiro, cujas harmonias, quebrando o silêncio daquela hora, ressoavam cheias de recordações, sensíveis aos peitos mais ofegantes dos seus ouvintes. No dia seguinte assistiram todos a primeira missa que se celebrou no Município, A religião cristã tinha erguido naquele sítio o seu estandarte nos braços da cruz sobre o frontispício da nossa capela. Cumprira-se o voto e o quadro que esboçamos acerca dos seus festejos, imprimindo-se n'alma dos povos, qual gérmen em produtivo solo, chegou até nos através dos tempos, reproduzindo-se nas épocas festivas da nossa augusta padroeira.

CAPÍTULO V

A Doação

Estavam satisfeitos os desejos do padre Silveira e, todavia, ainda lhe restava legalizar um título relativo à sua capela, e ele se achava obrigado a fazer-lhe patrimônio nos termos da legislação então em vigor, condição sob a qual obtivera a respectiva licença: Devia, pois, satisfazer esta obrigação e para este fim designou um dia especial. Nesse pensamento, decorridos 57 dias depois do ato solene do benzimento da capela, transportou-se ao sítio Riacho de N. S. do Rosário do Acaraú (Serra do Rosário), e ali, no dia 06 de Outubro de 1739, perante o tabelião João Lobo de Macedo, assinou a competente escritura de doação, sendo testemunhas o padre Miguel Gonçalves Marágos e Arnaud de Hollanda e Vasconcellos. A sua doação foi de meia légua de terra, cuja descrição consta nos capítulos IV e VIII, 1.ª parte deste escrito, a qual ajuntou mais de 50 vacas e um touro, estabelecendo apenas por única condição, dizer-se-lhe duas missas: uma por sua alma no dia da Senhora Sant' Ana, e outra pela de seus pais no dia seguinte. Foi então que ele descansou e deu por terminada a sua incumbência, que dizia ser toda providencial. Inúmeros frutos seguiram-se depois, mas antes de descreve-los, cumpre aqui fazer notar uma circunstância que talvez tenha escapado à perspicácia de alguns leitores: o padre Silveira desde o momento que empreendera a sua obra, tomando o dia de sua resolução como ponto de partida, procurou sempre desempenhar os atos de mais solenidade em datas que correspondesse as dos acontecimentos, que diziam respeito à prisão e liberdade do Coronel Sebastião. Fosse isso uma dessas coincidências que sucedem ou mesmo um propósito de nosso padre, acontecesse por esta ou por aquela razão, em todo caso, se o leitor se der ao trabalho de reunir o que até aqui se tem escrito a tal respeito, encontrará o seguinte:

1. Que se dando a prisão do Coronel a 10 de Agosto de 1737, a 10 de Agosto de 1739 teve lugar o benzimento da capela.

2. Que sendo datado de 06 de Outubro daquele ano, o ofício do Vice-rei da Bahia, em virtude do qual pode ele ser solto, a 06 de Outubro deste, fora feita a escritura do patrimônio.

3. Que posto ele em liberdade no dia 04 de Novembro de 1737, a 04 de Novembro do ano seguinte, foi requerida e concedida a licença para a ereção da capela.

A este respeito nada acrescentaremos. O leitor que reflita, limitando-nos ao juízo que emitimos na última parte do capítulo X.

Passaram-se, entretanto, três anos. Diferentes pessoas entre outras notadamente, aquelas cujos nomes já declinamos, concorriam à missa na capela aos Domingos e Dias Santos. Corria o ano de 1742, fertilíssimo, bonançoso. A Capitania constituía uma Comarca, denominada do Ceará Grande. Era visitador e nela residia o padre Lino Gomes Correia. Nesse ano, a 02 de Junho, recebeu a capela a sua primeira visita, e do termo respectivo, pelo qual percebeu o visitador 4\$000, e o seu secretário, padre Manoel Gomes Soares, 320 reis, consta que nela existia todos os paramentos necessários aos atos divinos. Continuaram então as visitas com os mesmos emolumentos: A 19 de Abril de 1745 pelo visitador padre José Pereira de Sá e seu secretário padre Sebastião da Costa Machado. A 24 de Outubro de 1747 pelo visitador padre Manoel Machado Freire e seu secretário padre José Pereira de Sá, então exonerado do cargo de visitador. Este secretário servia ainda nas duas seguintes visitas: A 06 de Junho de 1750 com o visitador padre José Aranhas. A 05 de Outubro de 1752 com o visitador Frei Manoel de Jesus Maria, religioso de N. Senhora do Carmo. Seguiram-se outras visitas: A 07 de Outubro de 1754 por este último visitador e seu secretário padre Anacleto Soares da Veiga, e 06 anos depois: A 22 de Agosto de 1760 pelo visitador padre Verissimo Rodrigues Rangel e seu secretário padre José Affonso Barroso.

Neste ponto, caro leitor, interromperemos a relação cronológica que encetamos. A ordem dos acontecimentos assim o exige e forçoso nos é obedecer-lhe. Os fatos que ocorreram no espaço de tempo compreendido entre os anos de 1746 e 1760, ultima época que registramos, devem chegar ao vosso conhecimento, ele se prende a outros que se ligam a nossa história, e deixá-los na oportunidade para continuar naquela narração, não só vos causaríamos maior aborrecimentos, com o deslocaríamos a ordem natural dos sucessos.

Entretanto par a não amontoar os fatos, damos por terminado este capítulo e confiando na vossa benevolência, esperamos que nos seguintes, justificaremos o nosso procedimento.

CAPÍTULO VI

A Partida

Comecemos a narração prometida: No ano de 1739, quando o padre Silveira pedira ao Vigário Geral do Ceará uma provisão para benzer a sua capela, ainda se achava na Capitania o Desembargador Marques Cardoso. Soubera então ele que o padre Silveira havia comprado as terras do Coronel Sebastião e nelas se tinha estabelecido. Essa notícia sugeriu no ânimo do Desembargador uma certa dúvida, de alguma forma comprometedora, no caráter do novo fazendeiro, pois que, refletindo sobre esse fato, começou ele a ver na dedicação do padre, à pessoa do Coronel quando preso, não os efeitos de pura amizade, mas os esforços de um homem interessado, e discutindo consigo mesmo nesse terreno, o seu raciocínio levou-o a conclusão de que: entre o padre e o Coronel havia um conluio, de que a mina de Loureiro era o objeto. Neste pensamento, pelo portador que conduzira ao padre Silveira a provisão aludida, ele lhe escrevera dando parte que se retiraria da Capitania até o dia 30 de Julho e pedia-lhe informações acerca da mina de prata que se dizia existir em suas terras, acrescentando que, em caso contrário, bem a seu prazer não poderia deixar de envolver o seu nome no número daqueles que deviam prestar informações ao Governo ultramarino, a quem iria dar conta da sua missão.

Entretido como estava com a sua capela, o padre Silveira desprezou aquela ameaça e não tendo bem conhecimento do lugar da mina, temeu ingerir-se nesses negócios, e deixou de responder ao sindicante. Entretanto, ficara-lhe um susto, que de vez em quando, surgia como um fantasma a espantar-lhe a paz em que vivia.

Decorreram-se sete anos e corria o ano de 1746. O Governo ultramarino por uma ordem de 15 de Novembro de 1746, havia mandado proceder a minuciosos exames sobre as minas de prata que se dizia existirem na Capitania. Era superintendente delas Antonio Gonçalves de Araújo. A ordem fora em termos genéricos: na Capitania; não precisava nem indicava lugar algum, e o superintendente, que visava bons lucros, andava à cata delas, segundo uma expressão vulgar, como a cobra em busca do veneno que perdera. Era o caso de dizer-se:

procura cabra-cego quem te deu. Entretanto, feitas algumas prisões, diferentes ameaças a alguns fazendeiros, quando o fato das pesquisas de minas ia tomando vulto e que se soube que o Governo mandara explorá-las, chegou ao conhecimento do superintendente que um tal Medeiros, no tempo do Desembargador Marques Cardoso, fora preso, e que uma das causas da sua prisão fora uma questão de minas de prata no rio Acaraú. Tinha, pois, o superintendente na mão uma ponta de meada, e seguindo por ela foi até a cadeia, onde soube que Medeiros, dando vivas mostras da mais perfeita loucura, havia sido posto em liberdade um ano depois de sua prisão. Desorientado e sem saber onde parava o louco, Antonio Gonçalves procurou outras informações e soube por diferentes pessoas, entre outras algumas que assistiram a audiência do sindicante, pormenores que confirmavam a primeira notícia. Em 1747 deu princípio a sua exploração, começando da foz do rio. De Fontelles obtivera ele boas informações e certo de obter outra do padre Silveira, por indicação daquele, um dia inesperadamente, chegou à casa deste sem rodeios:

- Aqui estou meu padre e a minha visita tem por fim receber de V. Revma., informações de uma mina de prata, de que deve ter notícia. O padre Silveira recuou, empalideceu, e julgando-se comprometido, limitou-se a dizer que nada sabia, apenas acrescentou, ouvindo a referência que Fontelles lhe fizera, que era verdade que ouvira falar nessa mina. Que Medeiros devia saber dela e existia pelo rio acima, mas que ignorava o lugar da sua jazida. Em vista desta resposta e não podendo obter outra, Antonio Gonçalves compreendendo na falta de clareza nas palavras do padre, uma subtração da verdade, de pois de citas em seu apoio o Rei de Portugal e os seus aliados, a proteção do Ouvidor e Capitão-mor, retirou-se dizendo ao padre, que a justiça ainda os reuniria acerca daquele objeto.

Profundo desgosto veio empanar a vida silenciosa do padre Silveira. Desde então passou a ter desejos de retirar-se da Capitania. Passou-se, entretanto, um ano e depois mais três, continuando sempre os trabalhos da exploração, apenas interrompidos nas estações invernosas. Aquela pertinácia aumentava os seus sustos e então ele, que nunca esquecera a “ameaça” de Gonçalves, resolvera a sua partida, e de fato, no dia 15 de Novembro de 1751, efetuou-a e foi residir na cidade de

Olinda em Pernambuco. Antes, porém, de fazê-la, constituiria Antonio Coelho seu bastante procurador e pondo-o a par de todos os acontecimentos que chamou a história da capela, no seu pensar, ereta por vontade do Céu, recomendou-lhe toda a prudência a esse respeito, a fim de que não sofresse alguma violência na sua divulgação. Entregou-lhe um livro, do qual tiramos a maior parte dos acontecimentos, notados por sua própria letra, completou o n.º das rezes doadas e dando em seu amigo um abraço de derradeira despedida, prognosticou-lhe que aquela capela um dia, no decorrer dos tempos, viria ser o centro de congregação de um povo, forte por suas virtudes cívicas, notável em si e pela representação de seus filhos, onde quer que a sorte os conduzisse.

Uma torrente de lágrimas inundara-lhe as faces envelhecidas e embargando-lhe a voz na garganta, ele, abandonando a mão do seu amigo, partira silencioso em direção de Fortaleza. Era Capitão-mor Luiz Quaresma Dourado e Ouvidor Alexandre Provença de Lemos.

CAPÍTULO VII

Efeitos da mina

Partindo o padre Silveira, entrou Antonio Coelho de Albuquerque na administração da capela e seu patrimônio.

Corria o Ano de 1757

O curato, já então um pouco populoso, atraiu as vistas do bispo Aranhas, que no sentido de melhor servir ao pasto espiritual, resolveu pela provisão de 30 de Agosto daquele ano, dividi-lo em quatro Freguesias da maneira seguinte:

- 1ª. De N. Senhora da Amontada
- 2ª. Do Coreau, hoje Granja
- 3ª. De S. Gonçalo da Serra dos Cocos
- 4ª. De N. Senhora da Caiçara.

Esta última foi depois restabelecida por um alvará em 1773, com a denominação de Sobral.

Criada, pois a freguesia, que se estendia desde a Barra do Macaco até o litoral, compreendendo todo o território banhado pelas vertentes que despejavam no Acaraú, ficou a capela de Sant'Ana a ela pertencendo como filial a sua Matriz.



Antonio Coelho de Sá Albuquerque
1861

Por esse tempo predominava no ânimo de muitos aventureiros o interesse de enriquecer pela descoberta de minas. Havia entre eles uma certa rivalidade que traria embaraços ao seu descobrimento e para obstar tais dificuldades, o conselho ultramarino, por uma provisão de 27 de Setembro de 1754, havia mandado que o Governo da Capitania prestasse a Antonio Gonçalves de Araujo, anteriormente nomeado superintendente delas, todo apoio em favor na sua empresa, e

ele, debaixo dessa pretensão, esmerilhava a do Acaraú, sem poder encontrá-la. Era já uma mania a procura de minas e o Governo ultramarino, que parecia padecer da mesma moléstia, mostrava-se excessivo nas últimas medidas que tomara. Não correspondendo o resultado as suas visitas, mandou por uma carta régia - de 25 de Setembro de 1758 - cassar a exploração de todas as minas da Capitania e supondo-se lesado, mandou depois por outra ordem de 30 de Julho de 1766, fechar todas as tendas de ourives, inutilizar as forjas, fazendo sentar praça aos mestres e aprendizes que ousassem continuar no seu ofício. A primeira medida desorientou os aventureiros e Antonio Gonçalves na esperança de que, descobrindo a mina do Acaraú, se reabilitaria perante o Governo, as ocultas tentou de novo pesquisá-la, dirigindo-se neste sentido a Coelho. Baldadas foram as suas promessas e ameaças. Coelho permanecera firme na resolução de nada informar em observância aos conselhos do seu amigo, receando mesmo dar qualquer informação, porque o padre Silveira a este respeito, se bem que tudo lhe recebesse, lhe dera por fim a “entender”, que a mina, de que falava Frei Christovão, se referia a uberdade do solo e a riqueza espiritual que resultaria da ereção daquela capela. Seu amigo assim discutiu, ele assim pensava e, portanto, conservou-se na estacada, respondendo que nada sabia. Fácil é de ver que não foi acreditado e a sua relutância, à empenhos de Gonçalves, então homem de algum valimento, foi castigada pelo visitador Verissimo Rodrigues Rangel, que o demitiu da administração da capela, a 22 de Agosto de 1760, fazendo-o substituir pelo padre Manoel da Fonseca Jayme, vigário da Freguesia de Caiçara, o qual assumiu o exercício no mesmo dia, assinando o respectivo termo, em que lhe foi ordenado reedificar a capela de pedra e cal e fazer novo administrador como bem lhe parecesse.

Este fato trouxe-nos de novo no ano de 1760, ponto em que, pedindo vênia ao leitor, suspendemos o curso da relação que encetados no capítulo V. Os acontecimentos dados no lapso de tempo decorrido entre este e o ano de 1746, como fizemos ver ao leitor, não deviam escapar ao seu conhecimento. A sua narração se faria indispensável, e feita ela, continuemos como se interrupção não houvesse.

Demitido Coelho e nomeado o vigário Jayme, foi ele chamado à contas e por mais que fossem estas esmerilhadas, nada se encontrou que justificasse a sua demissão. Apenas consta que do auto respectivo, que o

ladrilho da capela estava em mal estado, fato esse que o visitador acentuou na sua sentença como devido ao “pouco zelo” do procurador, que, entretanto, apresentou todo o gado e a renda de 90\$000 em dinheiro, produtos de rezes que vendera. Essa demissão que Coelho achou acintosa, causou-lhe profundo desgosto. A sua separação da capela, que ele vira, por assim dizer, nascer em seus braços e a que amava como uma filha predileta, amargurara-lhe a existência. O velho procurador chorou em silêncio essa tão dolorosa separação, e para encontrar alívio a sua dor, retirou-se ao seio da família, no riacho do Aracatí-mirim. Deixemos o nosso bom velho no seu retiro por alguns instantes.

CAPÍTULO VII

Em Que Deu a Mina

Estava, pois, o vigário Jayme na administração do patrimônio da capela.

Corria o Ano de 1761

Nesse tempo habitavam na freguesia, nas circunvizinhanças da capela de Sant'Ana, desde meia até cinco léguas de distância, e dela se diziam fregueses por devoção, além dos nossos conhecidos, entre outros os seguintes cidadãos cujos nomes declinamos por mais notáveis: Capitão Matheus Mendes de Vasconcellos, Matheus Conde Barreto de Almada, ajudante Manoel Carneiro da Costa, Capitão Francisco Ferreira da Ponte, Gonçalo Ferreira da Ponte, Pedro Ferreira da Ponte, Capitão José de Xerez Furna Uchoa, João de Lima Rapouzo, João da Silveira Dutra, José Henriques de Araujo, Capitão Antonio Henriques de Araujo, Manoel José de Farias e Caetano José Soares, casado com D. Luiza Ferreira, filha de uma índia Areriús e do Capitão Fontelles. Todos estes indivíduos eram casados, alguns deles eram portugueses, inclusive o último, e tinham famílias.

O Capitão Fontelles, que ainda vivia, tivera seis filhos: três homens e três mulheres. Os primeiros eram: Francisco Ferreira Fontelles, Manoel Ferreira Fontelles Filho e Thomé Ferreira Fontelles. Os segundos - D. Maria Ferreira Pinto (filha), casada com Matheus Mendes, D. Anna Ferreira Pinto, casada com Manoel José de Farias, português, e D. Bibiana Ferreira Pinto, casada com Angelo Dias Leitão. Os três primeiros se haviam casados com três filhas de Quintiliano Dias Leitão. Anteriormente a essa época, aparecera por Santa Cruz, hoje do Termo do Acaraú, D. Maria Magdalena de Sá Oliveira, viúva de Manoel Vaz Carrasco, na companhia de seu irmão Domingos de Aguiar, conduzindo oito filhos, sete moças e um rapaz, chamando-se este, Nicacio de Aguiar e Silva, os quais ainda crianças, ali cresceram e D. Anna de Sá Oliveira, uma delas, casou-se com o Capitão Francisco Ferreira da Ponte, então morador no Curral Grande, deste Termo, nasceram o Coronel Vicente

Ferreira da Ponte e Pedro Ferreira da Ponte, que depois se fizeram tronco de uma grande descendência.

Nesse mesmo tempo, o Capitão José de Xerez Furna Uchoa, havia casado com outra irmã desta, de nome Rosa de Sá Oliveira, dos quais entre outros filhos, nasceu D. Anna América Uchoa, casada com Manoel José do Monte, pai do Major José Ferreira da Costa, personagem que desde já apresentamos ao leitor como um dos vultos importantes, que mais tarde deve figurar na nossa história. À exceção, pois do nosso personagem e de seus pais, nascidos alguns anos depois da época a que nos referimos, todos os mais, como dissemos, residiam nas circunvizinhanças da capela. Era, portanto, não pequena a população que habitava o território que descrevemos e o espírito religioso que predominava nos povos atraía para ali um capelão. Foi este o padre Ignacio Gonçalves da Silva que, tomando posse da capelania no dia 01 de Janeiro de 1761, a 12 do mesmo mês, nomeado pelo vigário Jayme, entrou na administração dos bens patrimoniais.

Continua, pois, o padre Gonçalves na sua capelania, enquanto nós com o leitor vamos dar um passeio ao retiro de Coelho, voltando para isso ao ano anterior. Ausentando-se este da capela, o Capitão Claudio de Sá Amaral, seu amigo e nosso conhecido, sabendo dos seus desgostos, poucos dias depois fora visita-lo. Larga foi a conversação desses dois amigos de longa data, porém, para evitar a impaciência do leitor, limitar-mos-emos ao que importa conhecer, extratando-a da maneira seguinte: Foi principal objeto dessa conversa o fato da demissão e Coelho ferido como estava pela injustiça que sofrera, querendo demonstrá-la, involuntariamente e sem perceber que descobria o seu segredo, expôs a Claudio tudo quanto sabia e que lhe fora referido pelo padre Silveira, acerca da capela, as recomendações que lhe foram feitas a este respeito e as promessas e ameaças de Antonio Gonçalves de Araujo, procurando assim convencer ao seu amigo, de que a sua demissão teve por causa- não querer lhe dar notícia de uma mina de prata, que se supunha existir nas terras do Olho d'água. Claudio, mais espirituoso que Coelho, colhendo deste "gostosamente" o que interessava a ideia que de súbito lhe ocorrera, retirou-se deixando o seu amigo um pouco consolado. De volta, pensou e refletiu sobre o que ouvira e por fim

deliberou comprar toda aquela terra. E de fato, neste pensamento, a 22 de Setembro de 1760, um mês depois da demissão de Coelho, foi ao povoado de Caiçara, passou uma procuração constituindo para dito fim seu bastante procurador- na vila do Recife, em Pernambuco, ao Capitão Henriques Martins. Suas ordens foram cumpridas: No dia 30 de Janeiro do ano seguinte, 1761, a que de novo chegamos, no cartório do tabelião Luiz Freire de Mendonça, na vila do Recife, passou-lhe o padre Silveira a escritura de venda da légua do Olho d'água, com todos os gados do seu ferro, transferindo-lhe mais todo o direito que tinha aos bens patrimoniais da capela, quanto a sua administração e usufruto dos rendimentos, menos dos que fossem indispensáveis a sustentação da mesma e seu culto, mediante a quantia de 900\$000, preço de contrato. De posse desta escritura, Claudio no fim do ano aludido, se instalou no lugar Piedade ou Várzea Redonda e frequentando a capela, chegou-se a relacionar-se intimamente com a sua cura. Sucedeu, porém, que este tendo de reger a freguesia na ausência de Jayme, pedira a sua demissão de administrador, e tendo-o obtido, foi Claudio por sua indicação, nomeado em seu lugar, dando-se essa nomeação no dia 18 de Junho de 1762. Claudio, pois, estava de posse de toda terra que pertencera ao padre Silveira.

Assim apossado, o Capitão Claudio de Sá Amaral pôs em execução a sua ideia. Guiado pelas indicações que colhera na conversação que tivera com Coelho, dirigiu-se ao serrote da Rola e partindo dali no rumo do Oeste, numa linha reta que traçava entre si e aquele ponto, seguiu e atravessou o rio Acaraú a uma tão pequena distância. Deu alguns passos mais além e pedindo auxílio à sua memória, prosseguiu, sorrindo-se na direção do Sul. A mata, porém, era espessa e serrando-se-lhe adiante com o vigor de um exército que defende as fronteiras da pátria, embaraçava-lhe a passagem, e alguns claros que de vez em quando se apresentavam à sua vista, cobertos de hirtas pastagens e outros ervanços emaranhados de cipós, não lhe ofereciam menor dificuldade, pois que recebendo-o em seu seio, o sufocavam num tecido de filamentos, ora macios, ora espinhosos, que por momentos o faziam estacar. Mas ele avançava logo. Semelhante tropeço estimulava-o a prosseguir e com uma faca em punho abria caminho por entre aquela natureza virgem que o repelia, parecendo querer desarma-lo. Entre a floresta e o homem a luta era desigual: A

escrava não podia opor séria resistência à vontade do seu senhor. Claudio, pois, avançava sempre, superou os obstáculos que a natureza antepunha à sua marcha e afinal, depois de longo trabalho, chegou a um sitio a que pelos vestígios de derruídas cabanas, deu o nome de Arraial. Ali, entre o rio Acaraú e uma lagoa, potável por sua formidável bacia, descobriu um monte de terra argilosa, que se prolongava ao Sul, coberto de pedras pretas, sinal característico da mina procurada.

Supôs-se então com os pés sobre um montão de prata e felicitou-se da barata compra que fizera. Apanhou algumas pedras e o seu peso, ainda das mais pequenas, causou-lhe espécie. Fez outras experiências e então observou que algumas delas - mais leves, compostas de frágeis camadas-facilmente se quebravam ao meio, deixando ver no interior, como em uma colmeia, diversas cavidades cheias de um pó, ora mais, ora menos granuloso, tão alvo e tão brilhante como a prata. Claudio não coube em si de contente e envolveu o seu tesouro nas trevas do silêncio. Atormentava-o, porém, a ordem que proibira a exploração de minas e não obstante, ele submeteu uma daquelas pedras, à apreciação de um mineiro seu conhecido e ansioso aguardava a decisão. Mas Ah! Um ano depois as suas esperanças se desvaneceram. O mineiro declarara-lhe, que aquele pó, conquanto semelhante à prata na cor, era, todavia, “um metal” de pouco valor, conhecido em mineralogia pelo nome de *antimônio*¹. Claudio então começou a achar cara a compra da sua terra. Até aquele tempo pouca importância tinha ligado “ao direito” que a sua escritura lhe conferira em relação ao usufruto dos bens patrimoniais, porém depois dessa decepção, lembrava-se dele e resolvera pô-lo em pratos limpos.

Corria o Ano de 1767

Nesse ano o visitador José Ferreira de Azevedo viera visitar a capela de Sant’Ana. Claudio achou oportuna a quadra e propôs-lhe a

¹ *Antimônio* (Sb) é um metal prateado, escamoso e bastante quebradiço. É muito empregado na confecção de baterias automotivas, em retardantes de chama e na indústria de semicondutores.

questão, apresentando-lhe a escritura. O visitador ouviu-o e procedendo aos termos regulares de um processo eclesiástico, em vista do depoimento das testemunhas, da escritura de doação e de outras informações que colhera, ouvindo o promotor de capelas, julgou por “Sentença” o patrimônio livre e desembargado, válido e canonicamente feito à capela para sua sustentação e fábrica sem “outra pensão”, emolumento ou legado ao administrador ou pessoa alguma, além de 1\$000, que anualmente devia pagar ao Estado. Esta sentença foi proferida no dia 16 de Maio de 1767, e o termo da visita lavrado no dia 18 do mesmo mês. Ficou, pois, o patrimônio da capela sob a direção do poder público e Claudio depois deste desfecho, recordando-se do que ouvira dizer a Coelho, convencendo-se de que aquela capela era especialmente filha da Providência, submeteu-se à sentença e continuando na sua administração, varreu da memória a ideia da mina, cuja história damos assim por terminada.

CAPÍTULO VIII

Ultima Visita; Novas Personagens; Seca e Morte do Capitão Claudio de Sá Amaral

Retirando-se da capela de Sant'Ana o padre Ignacio Gonçalves da Silva, foi ele, pouco depois, substituído pelo padre João Ribeiro Pessoa que nela serviu desde 1763 até 1770. No seu termo deu-se a última visita que a capela recebeu no século XVIII, a qual teve lugar no dia 23 de Setembro de 1772 pelo visitador Ignacio de Araujo Gondim, vigário colado da Igreja de Santo Amaro de Jaboatão, sendo secretário o padre José de Sousa da Cunha.



Padre João Ribeiro Pessoa
1766-1817

O Capitão Claudio de Sá Amaral continuava na sua administração, prestou contas perante o visitador como era costume e de novo recebeu ordem do termo da visita para reedificar a capela de pedra e cal, como censura por não ter ainda cumprido o provimento anteriormente dado neste sentido.

Corria o Ano de 1776

Nessa época outras personagens vieram às fileiras do povo que se dizia Santanense: Apareceram os filhos do Capitão Matheus Mendes de Vasconcellos: - Francisco Ferreira Brandão, Antônio Mendes de Vasconcellos, Manoel Francisco de Vasconcellos, (depois Capitão-mor de milícia), Alexandre Ferreira da Rocha, D. Rosa Ferreira, casada com o ajudante Carneiro, e D. Anna Ferreira, casada com Manoel Lourenço da Costa.

Os filhos de Manoel José de Farias: - Antonio José de Farias, Gonçalo Ferreira da Rocha, Manoel Ferreira da Rocha, Francisco Antonio de Farias e João Ferreira da Rocha.

Os filhos de Manoel Ferreira Fontelles Filho: - Manoel Ferreira da Rocha, Gonçalo Ferreira Fontelles, José Alexandre da Rocha, Francisco Antonio Fontelles, Manoel Ignacio Fontelles, Francisco Ferreira da Rocha, Ignacio Ferreira Fontelles, D. Maria do Carmo, casada com o Capitão Francisco Ferreira da Ponte, filho do Coronel Vicente Ferreira da Ponte; D. Maria José, casada com Manoel Ignacio de Vasconcellos, D. Thomazia Ferreira, casada com Alexandre Ferreira da Rocha, D. Luisa Ferreira, casada com Francisco Ferreira da Paixão, D. Rita Ferreira, casada com Alberto Carneiro da Costa, D. Quiteria Ferreira, casada com Felix Francisco de Vasconcellos, e D. Anna Ferreira, casada com Joaquim Ferreira da Rocha.

Os filhos de Francisco Ferreira Fontelles, que eram entre outros não residentes no território que descrevemos, os seguintes: - Ignacio Ferreira Fontelles, José Ferreira dos Santos, Manoel Antonio Fontelles, Francisco Ferreira Fontelles Filho, D. Anna, casada com o Capitão Luiz de Xerez Furna Uchoa, e D. Theresa, casada com Felisberto Ferreira Fontelles.

Deixamos de mencionar a descendência de Thomé Ferreira Fontelles e de sua irmã D. Bibiana, porque, casados estes, o 1.º foi residir na ribeira do Coreau e a 2.ª nas praias do Acaraú, na época a que nos referimos. Todos esses indivíduos, netos do Capitão Fontelles e sua mulher D. Maria Ferreira Pinto, a célebre matrona de que nos ocupamos no capítulo IV, eram casados e deixaram imensa descendência. Além desta, existia por esse tempo uma outra família, inteiramente distinta, que se denominava - Henriques: De Coelho e Claudio, e mais tarde, do português Antonio José de Farias, primo co-irmão do português Manoel José de Farias, de que acima falamos, procedeu e lá crescendo sempre ligada entre si, com a modificação seguinte: A procedência Farias unida a do outro Farias e a dos Cordeiros e estes e uma parte dos Henriques à descendência do primeiro leito do português João da Silveira Dutra.

Procedentes daqueles três venerados patriarcas, essa família tem por tronco, para contar hoje o seu mais remoto grau de parentesco, à José Henriques de Araujo, pai do Capitão Ignacio Henriques de Araujo, a quem ela atualmente aponta como um dos vultos das suas mais gratas recordações.

Dadas essas ligeiras noções de antiga genealogia que, reunida a outras definições anteriormente feitas, habilitam o leitor a conhecer a procedência da nossa atual população; voltem à história interrompida no final do 1.º parágrafo deste capítulo.

Apesar de censurado, Claudio ainda no ano de 1775, nenhuma providência havia dado para a reconstrução da capela, como lhe fora “ordenado” pelo visitador Gondim e desviando este e outros visitantes de freqüentai-lo, foi ele espaçando esse serviço que julgava impossível. Nesse tempo o povoado de Caiçara já havia atingido um a certa consideração pelo seu progresso material e com quanto a ordem, que a mandara erigir em vila com a denominação de Sobral, fosse de 05 de Julho de 1773, ela todavia, no ano a que aludimos já assim se denominava. Florescente pois, a vila de Sobral tornou-se ela, um ponto de freqüência dos Ouvidores, e Claudio chamados por eles, ia prestar ali as suas contas. O primeiro Ouvidor que as tomou foi João da Costa Carneiro de Sá, a 16 d e Julho de 1776 com o escrivão Mathias Tavares da Luz, e o seu provimento foi ordenado ao administrador que mandasse celebrar as missas, a que estava o patrimônio obrigado, pela alma do instituidor e seus pais, na forma da escritura de doação, inclusive as atrasadas de 1770 até aquela data, com pena de responsabilidade.

Seguiu-se o ano de 1777, época fatal para o Ceará. Uma terrível seca assolou os povos, fez emigrar grande quantidade de índios e reduziu consideravelmente os gados da Capitania. Entretanto o vale do Acaraú, ao que parece, não padeceu muito dos deploráveis efeitos desse flagelo, ao menos com relação ao território Santanense; pois que, nesse ano, a 09 de Outubro, prestando Claudio suas contas perante o Ouvidor José da Costa Dias e Barros, nada acrescentou ele relativamente a mortalidade de gados, apresentando antes o produto da venda destes. Nesse ano ele vendera 06 bois a 2\$180, cada um e 05 potros na razão de 5\$000, cada um, sem a menor alteração do preço costumado, procedimento que foi tendo nos anos seguintes até 1780, ora vendendo mais, ora menos, sendo que as suas contas, prestadas nesse último ano, apresentam a venda de 07 bois e 05 potros pelos mesmos preços. Continuando, pois, seu cargo, o Ouvidor Barros era pontual em tomar

anualmente, contas ao administrador da capela: O seu último ato a esse respeito foi em 1781, quando, em substituição à Claudio, que havia falecido em Novembro do ano anterior, tomando contas ao filho deste, no mesmo nome, nomeou o Capitão Antonio Henriques de Araujo, dando-se essa nomeação no dia 24 de Julho daquele ano.

Claudio mereceu sempre a estima dos homens de seu tempo. Viveu 86 anos e serviu à capela com aquela honradez peculiar a um homem de bem.

Corria o Ano de 1786

Cinco anos já se havia decorrido depois da administração do Capitão Antonio Henriques de Araujo, quando em correição aberta na vila de Sobral pelo Ouvidor Manoel de Magalhães e Avellar de Barbedo, a 28 de Setembro desse ano, lhe foram tomadas as suas contas compreensivas dos anos anteriores, desde a época da sua nomeação. A receita, deduzida as despesas, importou na quantia de 117\$720, incluindo-se nela a venda de 09 bois: 04 a 3\$200, e 05 a 3\$560, e a de 08 potros a 5 \$000, cada um, sendo o resto procedente do alcance passado. De então por diante, continuou esse Ouvidor a tomar anualmente, contas ao administrador, deixando apenas de fazê-lo no ano de 1792.

Nesta época o sol ardente da estação calmosa que havia passado, mostrando-se esplendoroso no seu trânsito pela abóbada celeste, não empalideceu por meia hora adiante do véu denso das nuvens, que em direções diversas, percorriam o espaço, tangidas por ventos descontraídos. A estação invernosca do ano de 1792 foi uma continuação da que lhe procedera. A sua atmosfera, rarefeita e límpida, deixava ver à noite um céu azul acinzentado, cravados de miudíssimo brilhantes que a olhos nus, pareciam cintilar à milhares de léguas acima da sua antiga e natural posição. O céu sempre sereno, parecia na sua taciturnidade, ameaçar a natureza que ele envolvia e para significar a cólera misteriosa de que se mostrava possuído, recebendo as emanações vaporosas que o sol lhe conduzia, ou trancava-os na sua imensidade do seu caos, ou fazendo favor a Éolo, lhes a entregava para que refrescasse as regiões longínquas.

O Ceará abismara-se numa medonha e horrenda seca que, assolando os campos, dizimava a população. Essa crise ortematênica

merece o nome de - Seca Grande. Começou em 1791, ano inteiramente “escasso” de chuvas, e teria com o seu avanço destruidor exterminado completamente toda sorte de gados na Capitania, se a mudança atmosférica, pondo um freio, não se opera bem cedo, fazendo cair aqui e ali, algumas chuvas, à entrada do novo ano de 1793. O vale do Acaraú foi então vítima de cruel flagelo. Tomadas neste ano, a 11 de Fevereiro pelo Ouvidor Barbedo, as contas da capela, em relação ao ano anterior, o administrador apenas apresentou a receita de 5\$960, produto de venda de “04 bois”, efetuada em meio do ano decorrido, e a despesa de 3\$840, incluindo-se nesta a de 1\$600, preço de um andor em que saíra a imagem de Sant’Ana em procissão penitencial. Os estragos da seca foram imensos. Diversas pessoas, cujas idades correm parênteses com o século atual, mantêm a sua tradição: a eles, como a outras menos idosas, todas de reconhecido critério, temos recorrido neste sentido, aos fatos seguintes, entre outros que nos foram revelados, comprovam a existência dessa fatal calamidade: “A seca de 1792 - dizer eles- foi tão rigorosa na ribeira que algumas senhoras, ainda menos abastadas, dando a luz nesse tempo, (ou nesse ano), se viram obrigadas a manter-se com alimentação de jacus, mel de abelhas e carne de veado, na ausência absoluta de cereais, galinhas e outras carnes tratáveis. Que diversos fazendeiros perderam todos os seus gados; outros, três partes destes, e que a população menos favorecida, sem o auxílio do Governo, que então não tinha meios de proporcionar-lhe socorro, dispersara-se, procurando parte a Ibiapaba e parte as margens do Parnaíba. ” Tal foi a seca que descrevemos.

Terminado o ano de 1793, que em linguagem sertaneja, foi apenas criador, surgiu o de 1794 cheio de esperanças pelo movimento apressado da sua atmosfera, que cedo se desfizera em copiosíssimas chuvas. Achava-se então na vila de Sobral o Ouvidor José Victoriano da Silveira, e chamado por ele, foi ali Antonio Henriques prestar as suas contas no dia 22 de Maio. Versaram estas sobre as do ano anterior e tomando-as, ordenou-lhe o Ouvidor que na seguinte correição exhibisse uma relação de todos os gados pertencentes a capela, afim de conhecer-se o fundo do patrimônio. E de fato, no dia 22 de Março de 1796, na 1.^a correição que se seguiu àquela ordem, Antonio Henriques, prestando as suas contas,

apresentou a seguinte relação: “08 vacas, 03 novilhas, 06 bezerros, 16 éguas, 02 cavalos, 08 potros e 12 potrilhos”- 55 cabeças entre tudo. Esta relação que encontramos à página 11 do 1.º Livro de Receita, aberto pelo visitador José Teixeira de Azevedo e depois autenticado, a 16 de Julho de 1776, pelo Ouvidor João da Costa Carneiro e Sá, e do próprio punho do administrador. Era o que restava à capela. Em seguida continuou o Ouvidor Silveira a tomar anualmente contas ao administrador e o fez até o fim do ano de 1800, quando carregou-o no alcance de 301\$670.

Neste ponto, caro leitor, a vossa atenção. Não vedes aquela luz que fulge no horizonte? É o albor da aurora do novo século que começa a surgir! Permite, pois, que façamos uma cortesia terminando aqui o presente capítulo: A luz que espanta as trevas, detém a nossa pena. Contemplemos o alvorecer da nova Era.

CAPÍTULO X

Novos Sucessos

Corria o Ano de 1801

O século atual havia surgido na manhã do dia 1.º de Janeiro. Febo, que muitas vezes sentira-se empalidecer ante os acontecimentos do passado, querendo prevenir as cenas que presenciara, tinha enviado todos os seus esforços para que o novo gigante se fizesse digno do seu nome. Mola real da criação, ele deitara olhares compassivos à humanidade e vendo ainda num informe embrião as potências desta, não pode conter os impulsos de beneficência e subindo ao Embyreu, onde reuniu as divindades celestes. Júpiter lhe fora bondoso: dera-lhe poderes ilimitados. Começou ele então a sua operação:- Ordenou a Noite que sepultasse nas profundidades das suas trevas o cadáver do velho século, e à Natureza que preparasse ao novo, um berço perfumado com todos os seus sorrisos. - Impôs a Vênus e ao Amor que o sustivessem nos braços e a Éolo que desprendesse as brisas para embalá-lo. E preparando assim esse berço, colocou à sua cabeceira, Minerva, Apolo e Orfeu para preceptores do que devia ocupa-lo, e de um lado e doutro a Temis e a Proteus; aquela para que lhe inspirasse os sentimentos da verdade, e este para que o conduzisse às regiões incógnitas do porvir. E só então foi que, anunciando-se na aurora que o precedera, surgira no horizonte. A natureza parecia esperá-lo. A terra se havia de tenra e verdejante relva e os montes e as serranias, recebendo nos fulgores dos seus raios o influxo atraente das suas emanções, abriram-lhe os seios despedindo colunas de névoa que, subindo aprumadas, deixavam à certa altura, pender a extremidade, enfileirando-se num embandeiramento de variegadas cores, enquanto densas nuvens que percorriam o espaço, aqui e ali desfazendo-se em tenuíssimas gotas, esmaltavam o céu com os semicírculos do Íris, que numa infinidade, ocupavam toda a região ocidental. No relógio do tempo soara a hora predestinada e nesse mesmo solenismo, o novo

século, despertado pela luz que o banhava, erguera-se do seu berço envolvendo de um só fato o mundo, todos os seres, em suas asas douradas. Salve, pois, Oh século venturoso! Nos te saudamos cheios de júbilo. Maravilhoso foi o espetáculo do teu primeiro dia! Reclinado no teu berço de açucenas e ainda imóvel sobre as faixas perfumadas de quantas graças pudera-te a natureza dispensar, recebestes os dons de tua grandeza e erguendo-te no meio do aparatoso cortejo que te rodeara, te mostraste logo, no primeiro estremecimento, tal como devias ser no decurso da tua existência. O teu destino fora talhado de véspera. Deus permitira que surgisses cheio de luz.

Entramos, caro leitor, em uma nova era: O século XIX surgira como vistes, e seguir as suas pegadas no curso da nossa história sem pararmos um instante para, na sua contemplação, lhe rendemos uma homenagem, seria um desvio da nossa alma. Esta circunstância atuou-se no nosso espírito e foi ela a causa de tão enfadonha digressão. Sede, pois, benevolente para conosco, e desculpando, unirmos: Era o mês de Abril.

A estação invernosa continuava regular. Um manto de verdura cobria os campos e a fertilidade abria os seus tesouros por toda parte. Aproximava-se a colheita e o Ouvidor Silveira, então Fiscal da Fazenda e Provedor da capela, viera de Sobral abrir a sua correição. Nesse tempo, cumpre aqui notar, já um a nova administração presidia os destinos da Capitania. Separado o Ceará do Governo de Pernambuco pelo alvará de 17 de Janeiro de 1799, substituída, por carta régia de 24 desse mesmo mês, a velha Ouvidoria pela Junta da Fazenda e empossado o 1.º Governador-Bernardo Manoel de Vasconcellos, instala-se no 1.º de Outubro seguinte a Junta da Fazenda, de que era presidente o referido Governador, fiscal o Ouvidor Silveira e Escrivão Francisco Bento de Maria Targini, cargo que hoje corresponde ao de Inspetor da Tesouraria.

Aberto, pois, a correição, concorrera à ela o Capitão Antonio Henriques, que no dia 13 daquele mês, perante o provedor e o escrivão Antonio de Oliveira Castro, prestou as suas contas, aquelas de que por último tratamos no presente capítulo. No ano seguinte deixou de haver correição: A grave enfermidade do Governador e depois a morte deste, que se dera a 08 de Novembro de 1802, concorreram para isso. Desaparecendo, porém, essa causa e dada a exoneração de Silveira, outros provedores continuaram a frequentar a vila de Sobral e as contas

da capela de Sant'Ana, era manualmente tomadas como se segue: A 23 de Julho de 1803, pelo provedor Gregorio José da Silva Coutinho e escrivão José Joaquim da Luz. A 06 de Julho de 1804, pelo provedor Luiz Manoel de Moura Cabral e o escrivão Luz. A 23 de Julho de 1805, pelo mesmo provedor que ainda as tomou a 11 de Julho de 1806, estas com o escrivão João Ribeiro de Vasconcellos Pessoa. A 07 de Maio de 1808 e 11 de Agosto de 1809, pelo provedor Francisco Affonso Ferreira e o escrivão José de Castro Silva. A 16 de Março de 1811, pelo provedor Antonio Manoel Galvão, com o mesmo escrivão Castro Silva.

Neste ano, tomadas as contas ao administrador Henriques, que se fizera representar por seu procurador, o Major José Ferreira da Costa, morador da Vaca Seca, ordenara-lhe o provedor por um Provimento nos Autos- que jamais "pagasse" aos visitantes e a seus secretários a quantia de 4\$320, que indevidamente costumavam exigir com o pretexto de visitarem a capela, e carregando - ano alcance de 361\$063, no dia 02 de Maio, por um despacho lavrado no final das contas, o demitiu da administração, em virtude das informações que tivera do estado ruinoso da capela, e nomeou para substitui-lo, o referido Major, que de bom grado aceitou a nomeação.

O Capitão Antonio Henriques contava 75 anos de idade, morador do sítio Goiabeiras, e prestara seus serviços por 30 anos à capela de Sant'Ana. Logo que fora demitido vendera aquela propriedade para pagar o seu alcance e fora passar o resto de seus dias em companhia de seu sobrinho, o Capitão Ignacio Henriques de Araujo, a quem revelou o mistério que envolvia a existência da capela, conforme ouviu de Claudio, que o apanhara de Coelho. Oportunamente havemos de fazer ver aos leitores como essa revelação chegou até nós.

Fim da segunda parte

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO I A Reedificação da Capela

Outra Seca

Era o Dia 14 de Outubro de 1812

Nesse dia o Major José Ferreira da Costa prestara, na vila de Sobral, ante o provedor Antonio Manoel Galvão e o escrivão ajudante - Eduardo de Castro Silva, as contas da capela de Sant'Ana, relativas ao ano anterior, desde 02 de Maio, data da sua nomeação. O novo administrador, de certo, já deve ser conhecido dos leitores que a seu respeito dissemos no capítulo 08, da festa ultimamente finda; entretanto, a gora que o apresentamos em cena, no desejo de mostrar que ele, além das virtudes cívicas e morais, e que dera provas inequívocas no curso da sua existência, se distinguira por um título honorífico que lhe dava assento nas fileiras da velha aristocracia, desenvolvemos a sua precedência, guiados por uma nota de antiga data, tomada por pessoa competente.

Começaremos, portanto, esse desenvolvimento do ponto a que nos referimos e só pelo lado em que lhe buscamos a distinção aludida. Seu avô, o Capitão José de Xerez Furna Uchoa, era filho do Capitão Francisco Xerez Furna Uchoa, homem nobre; e sua avó D. Rosa de Sá e Oliveira, filha de Manoel Vaz Carrasco, Capitão em Ipujuca, era neta de D. Brites de Vasconcellos, filha de D. Maria de Goes. Esta, pois, sua quarta avó, filha de Bartholomeu Leitão Hollanda, Capitão na Guerra Holandesa, era neta de Agostinho de Hollanda Vasconcellos, e bisneta de Arnaud de Hollanda Vasconcellos e sua mulher D. Brites de Vasconcellos, nome que se reproduzia em sua trisavó: Estes últimos foram o tronco da sua procedência no Brasil. Ambos gozaram do título de nobreza e fidalguia, pois que, Arnaud descendente de Henriques de Hollanda, Barão de Reheneburgo, e a Princesa Margarida de Florença. E D. Brites, de Bartholomeu Rodrigues, Camareiro-mor do Infante D. Luiz

e D. Joanna de Goes e Vasconcellos, dama de honra da Rainha D. Catharina, mulher de D. João III, filho de D. Manoel.*(* D. João III de Portugal).

Conhecedor, pois, o Major José Ferreira, da nobreza que o caracterizava, deixou, todavia, de invocá-la e portando-se na convivência social com uma certa austeridade de princípios, não comuns no seu tempo, dera-se a vida de lavrador e criador que lhe proporcionava a necessária obstância para aumentar a sua fortuna e viver na mais perfeita independência. Residia no sítio Vaca Seca e as suas frequentes visitas à capela o fizera relacionar-se com o administrador Henriques, razão pela qual o representara nas suas últimas contas, dando esse fato, lugar a que o provedor Galvão, informando-se das suas qualidades, o nomeasse em substituição a este, quando o demitira. Assim de posse da administração, o Major José Ferreira, tendo em si o alcance do seu antecessor, tratou logo de pôr em execução o provimento que ordenara a reedificação da capela, neste sentido, prestando aquelas contas, apresentou as despesas de tijolo cal e madeiras, e que continuou a fazer nas seguintes prestações: A 06 de Agosto de 1814, ante o provedor José da Cruz Ferreira e escrivão Eduardo. A 09 de Agosto de 1815 e a 18 de Março de 1817, ante o provedor João Antonio Rodrigues de Carvalho e o escrivão Martinho José da Silva. A 04 de Novembro de 1818, ante o provedor Manoel José de Albuquerque e o mesmo escrivão. Neste ano, a 09 de Novembro, traçou ele os primeiros alicerces da nova capela, deixando no centro a velha capelinha, e desde então, envidando todos os seus esforços, não descansou enquanto não a viu coberta, a capela-mor rebocada e fechado o templo por duas portas- a principal e outra ao lado da capela-mor.

A conclusão dessa obra, nos termos da descrição supra, parece ter tido lugar no dia 31 de Julho de 1819, segundo se desprende das prestações de contas que se seguiram, de acordo com a escrituração do livro de receita e despesa, que lhe servia de base e em todo caso, é certo que ela não passou desse mês. Entretanto, ainda insistimos sobre esse ponto, declarando que nos inclinamos -aquela opinião - , porque o administrador que tinha em seu poder o livro, que se abria com a

instituição - da capela, deu mostras de ter se guiado por ele - nos seus primeiros passos. Assim é que, tendo de prestar contas da sua administração, reservou para isso o dia 04 de Novembro de 1818 - quando participou ao provedor a intenção de reedificar a capela. Nesse dia, no ano de 1738, o instituidor tinha ido à Sobral, pedir licença para erigir a que se pretendia demolir. Depois, no dia 09 do mesmo mês, lançou os alicerces da sua obra. - Foi também nesse dia que o instituidor lançara as bases da capela então existente, concluindo-a em 31 de Julho de 1739. Era, pois bem natural que ele tendo observado a marcha destes dois primeiros acontecimentos, procedesse da mesma forma quanto ao terceiro. Senão lhe escaparam aquelas duas épocas, não lhe podia ter escapado essa última e, portanto, o dia 31 de Julho de 1819 - octogésimo aniversário da velha capelinha foi então solenizado com a conclusão da nova capela, no estado que descrevemos.

Havia-se decorrido 04 anos sem que houvesse correição e nesse ínterim, no dia 28 de Janeiro de 1826, o visitador Antonio Gomes Coelho, vigário colado na Igreja Paroquial da vila das Alagoas, visitou a capela de Sant'Ana e declarou por termo, a folha 25 do livro do livro de receita, que a achou com os paramentos necessários e a sua obra adiantada devida ao zelo e eficácia do seu administrador. Corria o ano de 1822, e no dia 20 de Novembro, o administrador prestou todas as suas contas perante o provedor Adriano José Leal e o escrivão Martinho. Segui-se nova correição em 1823, aberta no dia 10 de Dezembro, era provedor Joaquim Marcelino de Britto, servindo de escrivão o mesmo Martinho, e nesse dia prestou ainda o administrador as suas contas. Houve então outra interrupção de três anos. Repetira-se a seca de que falamos no capítulo I, da 1.^a parte. O Ceará abismara-se, de novo, nessa terrível voragem. Os seus estragos foram imensos e lamentável o sofrimento da população que, impelida pela fome, se entregara a toda sorte de rapina, encontrando a morte na repressão e em bárbaros castigos que a direção estúpida dos Governadores ainda inspirava. Terminado o ano de 1824, que fora escasso, seguia-se o de 1825 que findara-se deixando na sua passagem, um rastro de dolorosas recordações. Sobreveio o ano de 1826. A estação invernosa tinha sido regular e tomadas ao administrador, no dia 11 de Dezembro, as suas contas, deste e dos dois anos anteriores, pelo provedor Manoel José de Araujo Franco e o escrivão José Monteiro de Sá Albuquerque,

encontrou-se, apenas a receita de 72\$080, do ano de 1824. Nos três anos seguintes, deixou de haver correição. Corria o ano de 1830. Era provedor Joaquim Vieira da Silva Souza e escrivão Rufino Pontes de Aguiar. O administrador ante eles, prestou, no dia 02 de Agosto, as suas contas compreensíveis daqueles três anos, e só apresentou a receita de 40\$800, do ano de 1829. Tinham sido secos os dois anos anteriores. Este Ouvidor foi o último que tomou contas à capela.

CAPÍTULO II

Últimas Contas em Sobral

Corria o ano de 1831. O sistema administrativo do país tinha mudado de face. O Gigante Americano começava a levantar-se sob o benéfico influxo do novo século. Acontecimentos imprevistos o haviam nobilitado e o bafejo de patrióticas dedicações, abrindo caminho à sua futura grandeza, o tinha elevado à um eminente grau de dignidade:

A 28 de Janeiro de 1808 se haviam estabelecido no Brasil a Corte Portuguesa sob a regência do Príncipe D. João VI. A 16 de Dezembro de 1815, por um alvará que esse príncipe expedira, fora ele elevado à categoria de Reino, formado com o de Portugal e Algarves um só corpo político.

A 22 de Abril de 1822, dera-se a abdicação desse príncipe, e seu filho D. Pedro I assumira a regência.

A 07 de Setembro do mesmo ano o príncipe regente dera nas margens do Ipiranga o primeiro grito de - Independência ou morte!

A 12 de Outubro seguinte fora esse príncipe proclamado Imperador do Brasil, dando-se a sua coroação no dia 1.º de Dezembro.

A 17 de Abril de 1823 se havia reunido a Assembleia Constituinte, aberta a 03 de Maio pelo Imperador, sendo depois dissolvida a 12 de Novembro do mesmo ano, por decreto dessa data.

A 25 de Março de 1823, publicada a Constituição do Império, fora ele jurada pelo Imperador. A 29 de Agosto de 1825, tinha sido reconhecida pela antiga metrópole, a independência do Brasil e abrira-se nesse ano a primeira Assembleia Legislativa do Império. Tinham sido publicadas as seguintes leis:

A do dia 1.º e 15 de Outubro de 1828 sobre Câmara e Juizes de Paz. A de 20 de Setembro de 1829, ampliando as atribuições desses juizes.

A 16 de Dezembro de 1830, o Código Criminal. Em seguida, agitações, estremecimentos populares e o conflito das noites de 13 e 14 de Março, no Rio de Janeiro, conhecidas por “noites das garrafadas”.

A 07 de Abril de 1831, 24 dias depois, a abdicação de D. Pedro I, passando o governo do Brasil, por ser D. Pedro II ainda menor, à uma Regência Provisória, nomeado nessa ocasião por Senadores e Deputados

que se achavam na Corte. Prosseguira a Regência e tinham sido publicadas as leis seguintes:

A 29 de Novembro de 1832 contendo o código do processo, a disposição provisória acerca da administração da justiça civil, e as instruções relativas ao código, a 13 de Dezembro.

A de 11 de Outubro de 1833 sobre contrato de serviço dentro e fora do Império. A de 12 de Agosto de 1834, reforma constitucional, denominada - Ato adicional.

Todos esses acontecimentos se deram sucessivamente e o último, repetindo a data em que começamos o presente capítulo, leva-nos ao nosso assunto. Mudadas estavam, pois, as condições do país no ano de 1834. Os efeitos dessa mudança tinham atingido a Capitania. Passando essa Capitania à Província, dividido seu território em Comarcas, Termos e Distritos de Paz; extintas as ouvidorias e criado os lugares de Juizes de Direito e Municipais, fora Sobral elevada à categoria de Comarca. Era Juiz de Direito o Dr. Bernardo Rabello da Silva Pereira e Juiz Municipal Manoel Felix Xavier Macambira, e Escrivão José Raimundo Pessoa.

Notificado por esse escrivão, prestara o administrador, nesse ano, as suas contas ante aquele juiz, que reuniu a vara da Provedoria da capela. Versaram elas sobre as dos anos de 1831 a 1833, e para mostrarmos os efeitos da seca passada, descrevemos o resultado: - Receita desses três anos -18\$090, e o rendimento dos bens o seguinte: em 1831 - 01 potro e 01 bezerro; em 1832- 02 potros e 03 bezerros, e em 1833 - 06 bezerros. Pelo resultado do 1.º ano, se poderá calcular qual teria sido a mortandade de gados na ribeira, durante a seca de 1825, tendo-se em vista o que a capela possuía em 1796, penúltimo capítulo da segunda parte, segundo a relação ali exibida a 38 anos. Decorreram seis anos e a 19 de Junho de 1840, teve o administrador de prestar as suas contas ante o Juiz Municipal, Capitão Joaquim Domingues da Silva e Escrivão Ricardo de Sousa Neves.

Corria o Ano de 1843

O Juiz de Direito interino Dr. Manoel Gaspar Theophilo de Oliveira, tinha aberto correição na Comarca; a ela concorrera o

administrador e ante ele e o escrivão respectivo - Gervasio de Sousa Raposo, no dia 24 de Abril, prestou as suas contas, que foram julgadas boas. Nos autos mandou o juiz lançar a seguinte nota dos gados existentes: - 08 vacas, 02 novilhas, 01 garrota, 02 garrotes, 01 novilhote, e 04 bezerros - 05 bestas, 02 potras, 01 cavalo, 01 potro e 03 potrinhos.- Foram estas as últimas que o administrador prestou na vila de Sobral, e que foram mandadas cumprir pelo Juiz Municipal interino o Coronel José Ignacio Gomes Parente.

Agora caros leitores, novo assunto. A história do nosso ilustre administrador por força das circunstâncias, permanecerá de férias até o dia 04 de Junho de 1850. Outros fatos já omitidos, devem vir ao vosso conhecimento, e forçoso nos é buscá-los no passado; portanto um pouco de paciência. O prazo de 07 anos passa-se ligeiro. Contai com a nossa pontualidade no dia indicado.

CAPÍTULO III

A Freguesia e a Sua Existência

Voltemos ao ano de 1832. Nesse tempo existia no litoral, à margem esquerda do Rio Aracati-mirim, no lugar denominado Almofala, uma igreja que a Rainha de Portugal, D. Maria I, tinha mandado edificar aos índios daquele aldeamento. Havia também ali uma Freguesia, criada por Provisão de 12 de Novembro de 1776, cujo território se estendia do



Capela de Almofala

litoral, desde o córrego do sítio Juritinha até a foz do rio Aracati-Açu e ao Sul por provisão de 30 de Agosto de 1757. Administrava essa freguesia o padre Bernardo Clemente da Cruz Oliveira, homem preto, quando a Assembleia Geral por decreto da Regência Trina - 05 de Setembro de 1832 removeu a sua Matriz para a Barra do Acaraú, com a inovação de N. S. da

Conceição da Barra do Acaraú. Extinta, pois, a Freguesia de Almofala, o padre Bernardo continuou a reger a nova freguesia, que, ao Sul, se limitava com a de Sobral na fazenda Espinhos. Anos depois, posta em concurso essa Freguesia, fora ela dada ao padre Antonio Xavier Maria de Castro, que recebeu das mãos do prelado a sua colação no dia 05 de Setembro de 1838, sendo-lhe expedida a competente carta. Por esse tempo, anteriormente a esse acontecimento, tendo deixado a capelania de Sant'Ana, o padre José Gomes Freire, conhecido por Cahú, nela havia se empossado o padre José Rodrigues Lyra, homem negro, em cujo exercício esteve até o ano de 1838. Os modos desse padre, quer nos atos do seu ofício, quer-nos da vida particular, revelando sempre desacerto, o foram denunciando, levantaram suspeitas, e afinal depois de algumas pesquisas a seu respeito, chegou-se ao conhecimento de ser ele um simples escravo, de propriedade de um padre na Bahia, cujo nome, como as vestes, havia tomado depois da sua morte.

Tão estranho acontecimento produziu séria irritação, e o negro temendo o rigor da lei e a exaltação popular, fugiu nesse ano, perseguido pela autoridade pública. Escandalizados com esse tão degradante procedimento, os homens da localidade, fizeram conselho entre si, e de acordo resolveram aumentar a edificação em torno da capela, e a dirigir aos poderes competentes as suas reclamações solicitando, como medidas preventivas de semelhante abuso, a criação da Freguesia. Já nesse tempo se tratava de - política - na localidade e algumas influencias começavam a aparecer em um e outro partido. Os homens de Santana, portanto já se fariam necessários nesse jogo de intermináveis pretensões. Envidaram, pois, todos os seus esforços nesse nobre tentame, e embora a oposição do vigário, que se mostrava prejudicado com esse segundo corte em sua Freguesia, afinal conseguiram os seus desejos; pois que, a Assembleia Provincial por lei N.º 139 de 10 de Setembro de 1838, instaurando a antiga Freguesia de Almofala, extinguiu a Matriz do Acaraú, e elevou à Matriz a capela de Sant'Ana, mandando que todo território da Freguesia extinta ficasse pertencendo a nova criada. Fundada essa capela em 1738, cem anos depois, em 1838, era elevada à categoria de Matriz. Sempre as coincidências nos seus grandes dias. Assim, criada essa Freguesia, com o assentimento do visitador Lourenço Corrêa, na presidência do Dr. Manoel Felizardo de Souza e Mello, já tendo passado à eternidade o padre Bernardo, dela tomou conta o padre Justino Furtado de Mendonça que a administrou por uns seis meses. Os seus limites eram os seguintes: Ao Norte até o litoral, desde o córrego do Falcão até o de Juritanha inclusive. Ao Sul até o riacho Caioca, desde as suas nascentes, até onde faz confluência com o rio Acaraú e daí em rumo direto até a fralda da serra Meruoca, na ladeira do Agreste. Ao Nascente até os extremos da freguesia da Amontada e Almofala. Ao Poente até a boca da Picada do Gavião e extremas da freguesia de Granja.

Tinham, portanto, os bisnetos do Capitão Manoel Ferreira Fontelles, de Coelho e dos Capitães Francisco Ferreira da Ponte e José de Xerez Furna Uchoa, dado o primeiro passo para a independência e engrandecimento do torrão natal. Nestas condições o padre Antonio Xavier Maria de Castro que tinha recebido a colação de vigário na Matriz do Acaraú, ao vir tomar conta dela, achando-a "extinta e unida" a de Sant'Ana, tomou posse da igreja desta por seu procurador o padre

Justino, ex-pároco da mesma, a 12 de Maio de 1839. Ainda coincidência. Em 1739 tinha sido ereta a capela de Sant'Ana e em 1839, decorrido um século, tomava posse dela seu primeiro vigário colado, do mesmo nome do fundador. Assim, de posse da sua freguesia, o vigário Xavier que seguiu a escola "Conservadora", viu-se logo em dificuldades, porque muitos de seus paroquianos, de política oposta, sustentavam não dever ele ser considerado vigário da nova Freguesia e sim a de Almofala, instaurada pela mesma lei da criação desta. Essas questões, porém, terminaram logo, porque, para evitar conflitos, o referido vigário solicitou e obteve confirmação de colação da nova Matriz, a 30 de Maio de 1840, publicado na Freguesia a 18 de Junho do mesmo ano. Entretanto restaram sérios dissabores. A Freguesia continha dois povoados, de 25 a 30 casas, e a sua população podia montar a dez mil almas: ela constituía um Distrito de Paz. Na povoação de Sant'Ana o elemento Liberal era superior ao adversário, dando-se o contrário na do Acaraú, onde o partido Conservador era sobremodo grande, poderoso. Dadas, pois, aquelas questões, o vigário Xavier cheio de desgostos, não podendo pela sua posição sustentar a luta que se lhe oferecia, abraçados pelos paroquianos do Acaraú, desejou ali residir; e neste pensamento, gozando de prestígio e consideração entre os políticos do seu tempo, facilmente conseguiu a transferência da Matriz de Sant'Ana, para a capela da Barra do Acaraú com a mesma denominação de outrora, tendo por limites os do decreto geral de 05 de Setembro de 1832 e da Lei Provincial de 10 de Dezembro de 1838. Essa transferência deu-se na presidência do General José Joaquim Coelho, por Lei Provincial N.º 283 de 15 de Dezembro de 1842. Bem largos, pois, se tornaram os horizontes da nova Matriz, mas a maior parte dos Santanenses não pode encará-los sem estremecer. A primazia da sua terra, obtida por não pequenos esforços, tinha passado à outra localidade. Este fato ofendera-os no seu amor próprio. Tinha destruído as esperanças de próximo adiantamento local. O patriotismo cegara os homens. Não se atendeu, portanto, as razões que presidiram às



Padre Antonio Xavier Maria de Castro

intenções do pároco nessa transferência; e a política, vindo afear os acontecimentos, imprimiu nas discussões, um caráter áspero, até mesmo violento. Foi uma luta que durou seis anos, mas que felizmente terminou com o restabelecimento da paz entre os contendores.

CAPÍTULO IV

A Matriz de Hoje

Vejamos o que depois aconteceu, a feição que as coisas tomaram e de que modo os Santanenses puderam triunfar. Enquanto no recanto de uma Comarca se davam os acontecimentos que vim os de narrar, o país estremecia por movimentos revoltosos, levantados por toda parte. Parecia do tempo semelhante agitação. O povo sentira-se animado, e desejoso de reformas, não podia conter os impulsos que lhe arrebatavam d'alma. Depondo, pela independência, o jugo ferrenho que por longos anos a atrofiara, ele sedento de liberdade, e pouco conhecedor do seu uso, não pesava as consequências do seu procedimento, fosse ou não patriótico o assunto do que se tratasse. Soprada a ideia, ela devia produzir rapidamente os seus efeitos. O povo sentia novas inclinações. Tendia consideravelmente para o seu melhoramento, desde que pretendia uma medida, de tudo lançava mão se à menor oposição rebentava em paixões. Levantava um motim ante o qual, muitas vezes, o poder público, com todo o seu cortejo de armas, se via obrigado a ceder. A liberdade entre os povos que viram surgir a independência, pouco compreendida naquele tempo, era a princípio no seu desenvolvimento, como o pincel nas mãos ainda trêmulas do pintor principiante. O povo parecia renascer naquela época. Sentia emoções fortes que não sabia explicar, e baldo de prática, alheio às normas da ordem pelas cenas do passado, obedecias às inspirações d'alma, deixando-se fascinar por qualquer ideia de engrandecimento, embora a superveniência da luta, e nela a perda da própria vida. Entretanto, admirável mistério! Esses acontecimentos, em vez de um mal, produziram afinal um bem. Foram eles a base sobre que o país de novo se erguera e recobrou forças para continuar nas suas manobras progressivas de engrandecimentos.

No dia 23 de Julho de 1840, depois de tempestuosa discussão no Parlamento, depois da mais pronunciada agitação do povo nas praças públicas, no Rio de Janeiro, aberta na casa do Senado, a Assembleia Geral, fora proclamada a maioria de S. Majestade o Senhor D. Pedro II,

entre os mais vivos aplausos; e nesse mesmo dia, de joelhos, repetira ele o juramento que, 16 anos antes, tinha proferido o seu venerado pai. No dia 24 seguinte, formara ele o seu Gabinete, tendo lugar o ato solene da sua sagração no dia sempre memorável, 18 de Julho de 1841. A entrada do novo Monarca promovida por esses movimentos, fora benéficas às inspirações do povo. Foram logo publicadas as seguintes leis:

- A da reforma do Código de Processo, de 3 de Dezembro de 1841;
- O regulamento respectivo N.º 120 de 31 de Janeiro de 1842; - O decreto de 15 de Março do mesmo ano sobre a Jurisdição Civil das diversas autoridades do país; - A de N.º 387 de 19 de Agosto de 1846, regulamentar das eleições.

A nova governança que se esperava como uma aurora de regeneração no estado em que se achava o país, mostrou-se logo avessa às embirranças regenciais e imprimiu na sua direção um novo sistema de modificações que tendiam a ver no povo a sua soberania. A exemplo, pois, do Monarca, os delegados do seu governo, como os demais poderes constituídos, começaram também a mostrar-se compenetrados dos interesses reais dos seus jurisdicionados, mais atentos em lhes promover o bem possível, conforme as suas necessidades. Assim, os Santanenses sempre pertinazes, continuando nas suas reclamações, em que mostravam a impossibilidade de - regular - administração do pasto espiritual, atenta a grandeza da Freguesia e a distância em que se achavam da sua sede, foram afinal atendidos; pois que a Assembleia Provincial por lei N.º 470 de 29 de Agosto de 1848, na presidência do Dr. Fausto Augusto de Aguiar, criou-lhe a Freguesia reclamada com os limites seguintes: Pela parte do Sul, o riacho Caioca, seguindo em linha reta para o pé da serra Cancela, continuando daí pela ladeira dos Pintos até o riacho do mesmo nome, por este até o sítio Cachoeira, deste até outro, denominado S. Joaquim; daí pelo riacho Poções até a serra Desengano, e seguindo rumo direto desta, à Picada do Gavião. Pela parte do Norte, a linha tirada do marco do serrote à passagem do Urubú, no rio Acaraú, onde sai a Estrada Geral de Sobral para a Barra. A Oeste e Leste, com as freguesias de Granja e S. Bento, os antigos limites estabelecidos entre estas.

Elevada, pois, por essa mesma lei a capela de Sant'Ana, à categoria de Matriz, ficando o seu território ligado ao Município de Sobral, tornou a gerência espiritual da Freguesia, como vigário encomendado, o padre

Miguel Francisco da Frota. Nessa nova Freguesia só existiam duas capelas; a que fora elevada à Matriz e a de Mutambeiras, de antiga data, célebre por se ter nela feito as primeiras reuniões políticas para o alistamento da Guarda Nacional e criação dos oficiais respectivos. Portanto, criada a Freguesia, e posta a concurso, foi nela colado o padre Barreto, do Crato, que de lá tomou posse por seu procurador, padre Francisco de Paula Menezes. A morte, porém surpreendera a esse vigário quando ele se dispunha a vir residir na sua Freguesia. Era o primeiro vigário da nossa matriz, e por esse título o padre Barreto, conquanto fosse desconhecido dos seus paroquianos, já lhes havia captado as simpatias. Os Santanenses, pois, o esperavam ansiosos, cheios de esperanças, quando a fatal notícia do seu passamento eterno os lançara na dor e na vida. Foi portanto a sua glória empasmada por esse tão deplorável acontecimento. Nestas condições continuou a reger a Freguesia, o vigário encomendado, o padre Menezes, até que, posta de novo em concurso, fora nela colado o padre Francisco Xavier Nogueira, seu atual vigário.

Com este fato vamos encerrar o presente capítulo fazendo notar - que só depois de criada a Freguesia, e em observância ao texto da lei respectiva, foi que a capela de Sant'Ana, perdeu a sua antiga denominação de: - Sant'Ana do Olho d'água.

CAPÍTULO V

Sant'ana do Acaraú

Como vimos, por Lei Provincial N.º 470 d e 29 de Agosto de 1848, fora criada a Freguesia de Sant'Ana, e elevada a sua capela à categoria de Matriz. Separadas, pois, as duas Freguesias em questão, os habitantes de cada uma trataram de dar impulso a sua localidade, estimulados pelo patriotismo, talvez manifestado, em maior escala, pelo capricho resultante da luta passada. A vitória, nesse vai e vem de criação da Freguesia e transferência da Matriz, tinha sido inconstante a respeito dos dois povos, pois que hora bafejava a um fazendo-o coroar os seus louros, ora bafejava o outro, fazendo-o humilhar os vencedores. Portanto já fatigados eles se encaravam e temiam-se, porque encontrando-se no campo da luta, reconheceram-se. Tinham pesado as suas forças. Reinava, pois, nos seus ânimos a ideia de paz e se bem que essa ideia não fosse divulgada e “transmitida” de um a outro povo por que, cada um desejava manter-se firme no seu posto de honra, para não se mostrar fraco e acobardado ante o seu adversário, todavia, ela, no círculo de cada um, era objeto discutido e almejado.

Assim, a separação de Freguesia de Sant'Ana com a criação de sua Matriz, sendo um motivo de júbilo para os Santanenses, não foi de descontentamento para os Acarauenses, uma vez que por esse modo chegavam os dois povos a um acordo, sem o precedente de conciliação, que um e outro se recusava cometer. Entretanto, por causa dessas evoluções patrióticas, que o “frenesi” desviara da boa ordem, ficou entre os habitantes dos dois povoados, um quer que seja de desagradável, que ainda hoje parece existir, e se manifesta, desde que se oferece ocasião de comparecer em, muito embora, atualmente, reine entre o pessoal a melhor das condições amigáveis. Deste modo, no intuito em que cada um estava de promover o engrandecimento do torrão natal, os Acarauenses foram os primeiros que se adiantavam na senda do progresso. Amigos dedicados do seu vigário que sabia corresponder-lhes, de acordo, meteram mãos à obra, sendo coroados os seus nobres e patrióticos esforços do mais feliz resultado: A Assembleia Provincial por lei N.º 475 de 31 de Julho de 1849, ainda na presidência do Dr. Fausto

Augusto de Aguiar, elevou a povoação da Barra à categoria de vila com a denominação de Vila do Acaraú compreendendo o seu município os limites da sua e da Freguesia de Sant'Ana.

Os Acarauenses exultaram de prazer. Os filhos daquele solo abençoado já tiveram seus dias de glória. Povo nobre e brioso, tinha merecimento próprio. Dirigia por si os destinos da sua terra, sempre à frente dos negócios que lhe diziam respeito. Nesse tempo, prestimosas influências partidárias sustentavam com mão segura o leme de governança; sabiam dirigir o barco. O Major João de Araujo Costa e o Capitão João Bento de Araujo Costa, de saudosa recordação, o Tenente Albano José da Silveira, Alferes Raimundo Lopes de Araujo Costa, o Tenente-coronel Francisco Joaquim da Silveira e o Capitão Antonio Teixeira Pinto, venerados patriarcas, intrépidos campeões dos interesses pátrios, se haviam colocado à testa dos públicos negócios, que geriam com aquela dedicação própria de filhos da terra. Neste momento, caros leitores, gratas e sensíveis recordações se apoderam do nosso espírito.

Natural da freguesia de Sant'Ana, porém, criado na do Acaraú, o autor, ao mesmo tempo que, se gloria de pertencer a localidade que lhe deu o berço, ufana-se de fazer menção daquela, que o viu crescer. A situação desta última, entre os seus delgados coqueiros; a sua edificação bela e luxuosa: As suas praças e o seu majestoso Templo, em cujas bases deitam os também a nossa pedra. O lago fugitivo que a contorna por três dias em cada mês, estendendo-lhe ao Norte e Oeste, uma lâmina de prata, que o sol as vezes galvaniza com os seus raios dourados, ao cair da tarde. Os seus arredores, simpáticas paisagens, grande e povoado de inúmeros habitantes. A mata baixa, porém espessa e cerrada que a circunda; os seus arenos os e aprazíveis tabuleiros, coberto em grande parte, aqui e ali, de arbustos vicejantes cujos doces e saborosos frutos, convidam as famílias a visita-los nas samenas tardes do mês de Maio. O trinado dos seus pássaros mais melodiosos do que os de outros de qualquer parte. As juritis, as zabelês e as nambus que na infância perseguimos nos exercícios venatórios. A salubridade do seu clima e o ar puro que ali se aspira, sempre refrescado por virações perenes e as brisas que o mar lhes envia. Finalmente, as nossas afeições ao povo junto ao qual crescemos. Tudo, tudo neste momento estampa-se de uma só vez

aos nossos olhos, e esse quadro de recordações fagueiras, que o tempo jamais poderá extinguir, levamos, a o tratar dessa localidade, à repartir com ela, os afetos do nosso coração.

Desculpáveis são, portanto, os nossos devaneios a seu respeito, e dadas essas razões, que desejamos sejam tomadas pelos seus atuais habitantes, como um preito da mais sincera homenagem, continuemos a nossa história. Elevado o Acaraú à categoria de vila, os dois povos “separados” pela Freguesia, foram de novo “reunidos” pela lei que criara o Município. Deste modo tinham os Acarauenses alargado as raias do seu predomínio, e os Santanenses, bem contrariados, voltados à sua “dependência”. A sede residia na vila, onde havia um Conselho de Jurados, composto dos munícipes de uma e de outra localidade. O partido Conservador do Acaraú era, como dissemos, preponderante. O elemento Liberal estava ainda em gérmen na família Ferreira, que se acercava de poucos prosélitos. As famílias Alagoas do Matto e Cruz, a dos Martins e Domingues, formavam um só corpo político, e de mãos dadas, ergueram bem alto a bandeira conservadora, fazendo-se invencíveis nas pugnas eleitorais, travadas com os Santanenses, que ali, depois de um trajeto de 14 léguas, iam pressurosos levar seus votos à urna. Nestas condições a emancipação destes se tornara difficílissima. Mas, povo corajoso e cheio de esperanças, começou a trabalhar.

Não precipitaremos os acontecimentos; deixemos sobre o espesso véu das trevas os seus projetos; mais tarde um pouco, 13 anos depois, eles chegaram ao conhecimento dos leitores.

CAPÍTULO VI

Estado Político. Morte do Administrador

Corria o ano de 1850. Eis-nos chegados a época emprazada no Capítulo II desta parte; mas antes de continuarmos, como prometemos, a história do nosso administrador, seja nos permitido descrever o estado político de então. Nesse tempo, o partido Liberal, na Freguesia de Sant'Ana, tinha por chefe o Coronel José Menescal Josino Costa, que acercava-se de um estado maior, composto dos seguintes personagens: Capitão Manoel Pinto Brandão, Tenente-coronel Joaquim de Souza Vasconcellos, Major Sabino Ferreira de Maria Costa, Capitão Antonio Ferreira Gomes, José Pedro Soares, Major Manoel Francisco da Ponte, Capitão Vicente Ferreira de Vasconcellos, Major Florencio Ferreira da Ponte, Tenente-coronel José Ignacio de Maria Vasconcellos e Tenente Ignacio Ribeiro Pessoa.

O Major José Ferreira da Costa, o Capitão Ignacio Gomes da Frota e o Capitão Francisco Ferreira Gomes, que tinham sido os instituidores do partido Liberal, formaram um conselho deliberativo das questões mais transcendentales, nas quais intervinham com a sua autoridade, desde que entre os sectários da ideia, surgia qualquer dúvida pela divergência de opiniões: Eram, para assim dizer, três colunas de aço que sustentavam o partido. Esse estado de coisas, porém, não podia ser estável. Decorreram-se os dias, multiplicaram-se os anos, e o tempo que tudo aniquila e destrói, continuou na sua marcha sempre lenta, incessante, abrindo caminho à eternidade e um espaço nas fileiras de tão ilustre campeões. Dessa nobre falange de intrépidos patriotas, cuja dedicação pelo torrão natal foi inexcedível, hoje apenas restam os dois últimos, respeitáveis pelo seu passado, encanecidos, mas ainda influentes nas lutas políticas.

O partido Conservador havia também hasteado sua bandeira, e tinha por seus venerados chefes: O Major Manoel Carneiro da Costa e o Coronel Luiz Henrique de Oliveira Magalhães. O seu estado maior compunha-se das seguintes influencias: Tenente-coronel Joaquim

Carneiro da Costa, Capitão João Henriques de Araujo, Major Joaquim Carneiro da Costa Júnior, Capitão Vicente Maurício Pereira Vianna, Capitão Antonio Carneiro de Araujo, Capitão José Carneiro de Araujo, Tenente José Joaquim da Rocha Ponte, Capitão Otaviano Rodrigues Lima, Capitão Pedro Henriques de Araujo, Capitão José Rodrigues Lima e Joaquim Ferreira da Rocha. O Capitão Ignacio Henriques de Araujo, que já uma vez apresentamos aos leitores, tinha sido o instituidor do partido. Ele havia falecido um ano antes da época a que nos referimos, mas os nobres campeões que citamos, souberam sustentar com denodo e dedicação, a bandeira por ele arvorada.

Os partidos, pois, se achavam bem regimentados, mas a política de Sant'Ana, como a do Acaraú, era a de Sobral, que, assumindo o caráter de centro diretor, se impunha à diversas localidades. Ali residiam os primeiros chefes dos partidos - Liberal e Conservador, - cuja influência eclipsara as dos chefes de paróquia, portanto, ainda que numa e noutra Freguesia houvessem, como dissemos, pessoas muito importantes na política, pelo esforço e intrepidez com que se atiravam às lutas, todavia não se constituíam influências locais independentes; e nem podiam sê-lo porque, a metrópole, que tudo avassalava, queria a centralização de tudo, até mesmo do pensamento na escolha dos candidatos para eleitores. Entretanto, apesar de reconhecida a inconveniência de semelhante dependência, esse estado de coisas durou por longos anos; mas, a proporção que as duas Freguesias se foram elevando à categoria de vila, deixando assim o jugo de Sobral, os partidos foram tomando a sua autonomia e cada um deles, teve o seu chefe local prestimoso, que se correspondia com os da capital. Mais tarde trataremos ainda deste assunto.

Continuemos agora a história prometida: Sete anos se havia decorrido depois da última prestação de contas da capela, tomadas em Sobral ao nosso administrador, em 1843. Estabelecida como praxe a notificação desta para dito fim, e nesse período não se tendo ela dado, o Major José Ferreira da Costa, que era formalista, deixou também para isso de apresentar-se ao Juiz, tendo, todavia o cuidado de organizar a sua escrituração de modo a verificar-se do livro a respectivo a receita e despesas dos anos decorridos, lançando à sua responsabilidade o alcance de cada um, por declaração assinada.

A Freguesia de Sant'Ana, como sabemos, desmembrada de Sobral, tinha por Lei Provincial de 31 de Julho de 1849, passado a fazer parte do Município do Acaraú. Isto posto, estava ela sujeita a uma nova jurisdição. Incomodados com essa dependência, os Santanenses possuídos dos mais nobres sentimentos a respeito da sua localidade, no intuito de fazê-la realçar e demonstrar as suas condições para certos fins que tinham em vista, fizeram apresentar a Assembleia Provincial, dois projetos, criando duas Irmandade: A do S. Sacramento e a da Senhora Sant'Ana, cujos compromissos foram aprovados, o da 1.^a por lei N.º 511 de 02 de Janeiro de 1850, e o da 2.^a, na mesma data, sob N.º 512. Não tinham ainda entrado em exercício os suplentes de Juiz Municipal da nova vila do Acaraú, e o Juiz Municipal de Sobral; em vistas das manifestações saudosas que lhe apresentou o respectivo escrivão, pela separação da capela, ordenou-lhe que notificasse o administrador para prestar ante ele as suas últimas contas. Dada essa ordem, rápida foi a sua execução. Foi então o administrador nomeado no dia 02 de Julho desse ano para, dentro de 48 horas, apresentar-se naquele juízo. Esse ato pareceu uma demasiada exigência e os Santanenses que já se aborreciam de quantos ambicionavam o governo da sua localidade, não podendo mais tolerar tanta dependência, em tais casos, querendo antes reconhecer a jurisdição do seu Município, rápidos também trataram de pôr em execução a lei do compromisso de Senhora Sant'Ana, e fazendo neste sentido uma reunião, elegeram a Mesa da Irmandade, perante a qual, nos termos do Art. 05 da lei que autorizava a tomada de contas aos empregados, prestou as suas, o administrador no dia 04 do mesmo mês, 48 horas depois daquela notificação. E foi isso bastante para que jamais fosse ele incomodado a tal respeito.

Continuou, pois, o Major José Ferreira da Costa, a prestar suas contas perante a Mesa da Irmandade até que a morte fê-lo baixar à campa. Nascido a 08 de Setembro de 1775, faleceu a 1.º de Maio de 1862, tendo vivido 87 anos incompletos. As suas últimas contas foram prestadas por Francisco Anastacio de Maria, a 24 de Julho de 1862, dando o resultado seguinte: - 14 vacas, 03 novilhas, 03 bois, 02 novilhos, 02 novilhotes, 06 garrotes e 07 bezerros, 10 éguas, 02 cavalos, 04 potras de dois anos, 03 ditas de ano, 01 potro de ano e 05 ditos de ferra. O

rendimento em dinheiro foi a quantia de 290\$190. Administrou ele, pois, bens da capela, 51 anos, menos 08 dias. Nesse período levantou a igreja Matriz com o corredor e sacristia do lado do nascente, três altares, entre os quais o da capela-mor, cujo teto forrara à estuque, com um trono, embora modelado ao gosto da antiga arquitetura, majestoso por sua forma e primor d'arte. Construiu o coro e sua magnífica escada, assoalhou aquele corredor, abrindo nele entrada para um púlpito. Preparou três tribunas, dividiu o corpo da igreja por duas linhas de grades. Edificou o atual cemitério com uma capelinha e diversas ordens de catacumbas. Foram relevantíssimos os serviços desse venerado patriarca. Na igreja matriz uma lousa, em que o seu nome se escreveu, perpetua a sua memória. É ali, debaixo de tão fria pedra, que descansa os restos mortais de um homem que, no calor da vida, cheio de fé, soube manter-se com toda probidade e honradez.

CAPÍTULO VII

Último Administrador. Lutas Eleitorais

Continuemos, caros leitores, a história dos bens patrimoniais da capela. É tempo de terminá-la. Começada a 06 de Outubro de 1739, de então a esta parte, ela nos tem servido de fio à nossas narrações. Como a bússola que na vastidão do oceano dirige o nauta ao porto do seu destino, ela por longos anos guiou-nos através dos tempos apontando-nos, por entre as espessas trevas do passado, o caminho que tínhamos a percorrer até o ponto desejado. Chegados, porém, a esse ponto - última época que registramos, no precedente capítulo - do centro do qual descortinamos os seus horizontes, escusado seria interrompermos por mais tempo o seu curso natural. Vamos, portanto, concluir essa história para depois voltarmos a outros pormenores e fazermos, desembaraçados a nossa entrada no Município, que já não está longe. Dada a morte do Major José Ferreira no ano de 1862, sucedera-o na administração dos bens da capela, o seu filho José Pedro Ferreira da Costa, que por sua vez prestara bons serviços durante doze anos de exercícios.

Nomeado no dia 25 de Junho desse ano, o novo administrador falecera no dia 10 de Março de 1874, sendo as suas últimas contas prestadas ante o provedor de capelas, Dr. Primitivo de Miranda Souza Gomes, por seu filho José Paulino da Costa, a 20 do mesmo. O resultado dessas contas, compreensivas deste e dos três anos anteriores, foi o seguinte: - 30 cabeças de gado vacuum e 49 de cavalari; ao todo 79 cabeças, incluindo-se numa e noutra classe poucos gados miúdos. A receita em dinheiro, nesse período, foi de 1:750\$460, e a despesa: 1:824\$213, ficando, portanto, a capela a dever ao finado administrador a quantia de 73\$753. Essas contas, em vista dos documentos exibidos, foram julgadas boas por sentença do Juiz de Direito. Prestadas estas, continuou José Paulino, como responsável por seu pai na administração dos mesmos bens até o dia 25 de Julho do dito ano, quando efetivamente foi nomeado para

substituí-lo, o Coronel Vicente Sabino Maria da Costa, neto do Major José Ferreira da Costa.

Diversas contas foram prestadas por este administrador, mas só nos referimos as que por último lhe foram tomadas pela Mesa da Irmandade, no dia 29 de Julho de 1882. Eis o seu resultado: - 04 vacas, 01 boi de dois anos, 01 novilhote de ano, 03 garrotes e 03 bezerros; 03 éguas, 01 cavalo, 02 potros de dois anos, 01 potro dito de ferra, 02 burros de quatro anos e 02 de ferra. A receita, inclusive os saldos dos anos anteriores, importou na quantia de 574\$410, e a despesa na de 77\$120, ficando, portanto, líquido em favor da capela o saldo de 497\$290. Este administrador, que atualmente se faz do seu encargo, ainda continuou. Foi ele o último na ordem sucessiva dos administradores e com ele encerraremos a história dos bens patrimoniais; mas antes de fazê-lo, permitam os leitores, que tracemos aqui um cálculo que de um golpe de vista, faça-se conhecer o valor atual desses bens. Avaliados todos eles pelos preços correntes, verse-a com o saldo existente a quantia de 1:493\$290, e juntando-se a esta parcela, o valor da meia-légua de 1.200 braças, medidas judicialmente na razão de 2\$000, cada uma, teremos então o total de 3:893\$290. Eis o que atualmente possui a capela de Sant'Ana, procedente da doação que, a 143 anos, lhe fizera o padre Antonio dos Santos Silveira, seu digno e venerável instituidor.

Agora retrocedamos. No capítulo anterior terminou a nossa narração no ano de 1862, época em que se completaram os 13 anos, que emprazamos os leitores para fazermos conhecer em que sentido eram os esforços dos Santanenses, conforme o que dissemos no final do capítulo que lhe precedeu. Vamos, portanto, satisfazer o nosso compromisso.

No decurso desse tempo, que devemos contar entre as datas dos capítulos citados - 1849, quando se criou a vila do Acaraú, e em 1862, quando faleceu o Major José Ferreira, os esforços dos Santanenses foram inauditos: a edificação progredia de modo satisfatório na povoação. Promovida pelo Coronel José Menescal e o Tenente-coronel Manoel Joaquim de Sousa Vasconcellos, diversos fazendeiros, à exemplo de tão conspícuos patriotas, que os animavam nesse nobre empenho, foram ali levantar seus prédios, e em breve a pequena povoação começou a ostentar-se garbosa no seio do seu novo arruamento. Fizeram criar as duas Irmandades de que já falamos, e sempre incansáveis, a respeito de tudo quanto pudesse demonstrar as condições favoráveis do torrão

natal, esses e outros ilustres campeões nada perdiam do que lhes parecesse vantajoso. Neste sentido, embora os incômodos de uma penosa viagem ao Acaraú, eles se faziam e aos seus contrerrôneos, contemplar nas listas dos jurados, faziam questão por isso e apresentavam-se em número suficiente para os trabalhos do júri naquela localidade. Instalada a paróquia, procederam-se as primeiras qualificações de votantes: Os partidos, extremados, tinham lutado com esforço e empenho nesse processo, resultante daí um número crescido de qualificados e foi isso ainda motivo para um novo tentame.

Falava-se na criação da Guarda Nacional e os chefes Liberais e Conservadores embora completamente rompidos pela odiosidade que nascera das lutas, deram-se às mãos no interesse local. Mostraram com as listas dos jurados e das qualificações feitas, o estado da população, fizeram seus empenhos e afinal conseguiram a criação do Batalhão de Infantaria N.º 21, por Decreto N.º 908 de 30 de Janeiro de 1852 e na mesma data a seção de Batalhão de Reserva N.º 06. Todos esses esforços tendiam à sua emancipação. Os Santanenses, cheios de patriotismo, desejavam criar o seu Município e julgando-se habilitados para dirigi-lo, neste sentido trabalhavam com afinco, quando acontecimentos imprevistos vieram de alguma forma embaraçar-los no seu caminho. No ano de 1852, nessa época em que, de acordo começavam a levantar a localidade, procedera-se a primeira eleição da paróquia: para isso não houve concordata; cada um dos partidos queria vencer. A luta foi renhida. Triunfaram os Conservadores. O pleito não foi dos mais regulares; dera lugar à intrigas e o ódio que daí resultou, afastando as duas parcialidades, foi o embaraço a que aludimos no caminhar progressivo das suas ideias patrióticas. Aproveitando a quadra, os Acarauenses que desejaram a capela de Santa Cruz, tentaram reavê-la e foram felizes: A Assembleia Provincial, por lei N.º 631 de 22 de Dezembro de 1853, alargou-lhe a freguesia até a povoação de S. Manoel do Marco, inclusive o Nicho, que lhe serviu de limite. Os partidos na localidade estavam inteiramente extremados. Os homens se tinham tornado intratáveis, politicamente falando, e esses ódios, essas paixões, conservada por longo tempo, tiveram a sua explosão na eleição seguinte, quatro anos depois, em 1856. A coisa então não esteve mais pela lei nem

pelas formalidades. Imensa multidão do povo apinhava-se no pátio da Matriz, de faca e cacete em punho, e em seguida as rejeições de votantes, umas caprichosamente e outras por motivos mais ou menos justos, desapareceu a calma; o cacete fez o seu ofício e o fogo rompendo às 04 horas da tarde, durou até as 06. Houve duas mortes e os ferimentos foram inúmeros. Seguiam-se os processos e as paixões recrudesceram.

CAPÍTULO VIII

A Paz e o Progresso

Corria o ano de 1860. Quatro anos se havia decorrido depois dos acontecimentos ultimamente narrados. Os povos divididos pela política, conservaram-se odientos e mostravam-se cada vez mais intolerantes nas suas ideias. Os jornais que nesse tempo se publicavam, faltando a fé e a verdade dos fatos, provocavam a desordem, em vez da educação, promoviam as intrigas dos povos e excitando-os, animavam as suas odiosidades, dando o exemplo no modo brusco e desabrido porque se atiravam contra os adversários e o poder público. Os chefes de partido, então, não concorriam menos para esse estado de coisas. Compreendendo o alcance desse sistema, monopolizavam a correspondência da localidade com os chefes centrais e traziam por conveniência própria, os seus adeptos na mais perfeita ignorância dos acontecimentos. Portanto, no período que aludimos, nenhuma circunstância havia concorrido para modificar a exaltação dos povos, ao contrário, os vencedores ufanos dispunha-se a não cederem o campo, que diziam seu, e os vencidos ansiosos, esperavam a oportunidade de conquistá-lo.

Nestas condições todos se preparavam para o futuro pleito, e as qualificações anuais, estabelecidas na lei, que eram a base fundamental das eleições, seguiram-se tumultuárias. Cada partido procurava incluir o maior número possível de votantes nessas qualificações e algumas delas subiram em recursos ao Supremo Tribunal da Relação, em Pernambuco. Aproximava-se a eleição de eleitores para Deputados Gerais; era a terceira que se tinha de proceder na paróquia.

Os eleitores que sabem o que se deu nas duas primeiras, conhecedores da animosidade dos nossos políticos, vendo-os agora seriamente dispostos ao pleito, de certo que, por um desses efeitos da imaginação, já ouvem o ressoar desagradável de um tiroteio. Engano manifesto. Essa desconfiança que tal ideia produziu, é filha da prevenção! Assim não aconteceu. O denso nevoeiro que obscurecia o

horizonte político, ameaçando com o terrível aspecto de uma medonha borrasca, destruir tudo quanto estivesse ao seu alcance, desfaz-se como por encanto no ato solene da reunião dos povos, em que duas alas se estendiam por um e outro lado da Igreja - silenciosos- mas exprimindo nas feições a tempestade que lhes rugia no peito. Foi uma eleição seriamente disputada. O seu processo correu no meio das mais calorosas discussões, e, todavia, depois de 15 dias de trabalhos, terminou sem o menor incidente lamentável, talvez devido a experiência do passado ou à presença do chefe de polícia, Dr. Gayoso que, depois da eleição de Sobral, viera também assisti-la. Foram os Liberais os vitoriosos; venceram por 18 votos. Novas irritações. Os Conservadores atribuíram a sua derrota ao chefe de polícia, pelo modo excessivamente bondoso porque este se portara com os seus adversários, e senhores da Mesa, deixaram de lavrar uma ata, que a lei declarava indispensável, dando isto, em resultado a nulidade da eleição.

Corria o ano de 1862. Era sobremodo lamentável a situação dos Santanenses, desse povo grande, outrora tão forte e notável pela união. Fanatizadas pelas suas crenças, davam pastos às paixões. A odiosidade conduzia-os à certos respeitos, por caminhos poucos justos. Já parecia irreconciliáveis, quando um acontecimento extraordinário, imprevisto, veio mudar a face das cousas. Um homem que trocara a toga magistral pelas vestes sacerdotais, um peregrino que, abandonando as grandezas do mundo para só cuidar de Deus, percorria diversos lugares da Província, levando porto da parte pendentes dos lábios, a consolação e a paz, chegara nessa época, à povoação de Santana, nos primeiros dias do mês de Outubro. Esse novo personagem, a quem nos referimos era o padre José Antonio de Maria Ibiapina, célebre missionário cearense.

Um dia depois de sua chegada, começaram as Missões. Ele subiu ao púlpito e falou ao povo. Os seus discursos longos, mas cheios de graças pela forma e beleza de estilo, atraentes pela excelência e primor, dos seus vivos quadros, convincentes pela lógica irresistível dos seus argumentos, nunca enfadavam. Proferidos pela manhã e a tarde, ligaram-se, a princípio, entre si esses discursos tão intimamente, e por tal maneira, que pareciam dependentes uns dos outros: eram uma cadeia de ideias coordenadas que prendiam as atenções, que arrastavam os ouvintes sempre atraídos por um novo interesse. Possuídos, pois, dos sentimentos piedosos que eles inspiravam, os Santanenses iam

insensivelmente esquecendo as suas odiosidades. Trabalhava-se na construção de um calvário à frente da Matriz e no aterro do cemitério. A ideia do missionário fora sublime: nesse trabalho os homens estariam mais em contato, poderiam familiarizar-se. E o sermão, que neste sentido pregara, fora todo religioso, patriótico. Atiraram-se, portanto, todos ao trabalho. Os chefes políticos eram os diretores, sem distinção. As obras adiantaram-se, cresciam e o patriotismo, que as lutas tinham arrefecido, parecia de novo querer rebentar ao calor daquela fraternidade ainda aparente. Era o dia 10 de Outubro. A povoação regurgitava de povo. Os que dispunham de meios ocupavam as casas e outras comodidades, os demais, as choças, as margens do rio e as moitas das várzeas. Seriam 10 horas da manhã quando um ruído medonho, pavoroso, misto de angústia e desespero, atroou os ares despertando em todos, as ideias do mais desastroso acontecimento. De todas as partes, o povo em tropel, corria para o lado do cemitério. Em breve se viu ali toda aquela população de que falamos. A cena fora horrível. O fato é por sua natureza indescritível. Tinha sido uma das paredes do cemitério que desabara pela impulsão de enorme peso de areia, amontoadada de encontro à ela, dando-se a queda sobre a multidão que se apinhava ao lado de fora, entregando e recebendo os vasos em que conduziam areia. Ali trabalhava a maior parte da população, raro era o que naquele serviço não tinha um membro da sua família, portanto, dado o grito de alarme, todos corriam para o lugar do sinistro, onde amontoavam-se, atropelando-se. Espetáculo assombroso e comovente. Debaixo das ruínas, cavando-se, ou para melhor dizer, arrastando-se com pás e enxadas as areias que cobriam a parede derrocada, tiravam-se pessoas, um as gravemente feridas, outras inteiramente desfiguradas, desconhecidas pelo estado de achatamento da pressão recebida. O povo, em desordem, aglomerava formando um estreito círculo em torno dos que procediam aquela exumação, e todos queriam ver ao mesmo tempo os cadáveres arrancados das ruínas. Não era a curiosidade que a isso os impelia, era pelo contrário, um desejo muito natural. Queriam verificar se aquelas vítimas tinham um filho, o marido ou o pai. E essa verificação, cheia de dor, veio ainda carregar as cores daquele quadro de horrores. Entretanto, coisa admirável, embora os ferimentos de muitos,

só morreram oito pessoas: 06 pais de família e 02 rapazes. Procedeu-se ao enterramento dos mortos, e pela manhã do dia seguinte, o padre Ibiapina apareceu no púlpito. Deus o havia inspirado. O seu sermão foi um portento de maravilhas. Dissipou a dor e a tristeza dos povos, congraçou os inimigos e levantou a ideia da construção de uma Casa de Caridade, em cuja obra começou no dia 22 de Novembro seguinte, trabalhando nela toda população na mais doce e fraternal harmonia.

No dia 03 desse mesmo mês de Novembro de 1862, a Assembleia Provincial por lei N.º 1012, tinha elevado a povoação de Santana, à categoria de vila, na presidência do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Fora criado o município.

FIM DA PARTE TERCEIRA

QUARTA PARTE

O Município

Entramos, caros leitores, na história especial do Município. O ano de 1863, fertilíssimo e bonançoso, foi uma época notável na vida dos Santanenses. Assinalados por dois grandiosos acontecimentos, a inauguração da Casa de Caridade no dia 02 de Fevereiro, quando se deu a cerimônia religiosa de sua bênção e a instalação da vila à 27 de Junho, pela posse da sua primeira Câmara. O ano de 1863, fez registrar com letras indeléveis, no livro da história pátria, um a página que no futuro atestava ante às novas gerações, os esforços de um povo que, no seu tempo, soube lutar pelo engrandecimento do torrão natal. Elevada a povoação de Santana à categoria de Vila pela Lei Provincial N.º 1.012, de 03 de Novembro de 1862, os Santanenses estremeceram de júbilo por verem realizados os seus mais ardentes desejos. Dois grandes motivos concorreram para o seu patricio entusiasmo: o enobrecimento da terra em que nasceram e a deposição do jugo tutelar do Acaraú. Criado pois, o Município que abrangeu todo território da Freguesia, limitado pelas leis da circunscrição desta, as quais já uma vez citamos, seguiu-se a sua primeira eleição. Nesse tempo a palavra possante do venerado missionário Ibiapina dominava ainda o espírito dos nossos homens.



Casa de Caridade de Santana do Acaraú

Havia cerca de 13 anos que os Conservadores se achavam no poder. A Guarda Nacional, montada por eles, arma então inteiramente política, subjugadora da plebe e em geral dos adversários, tinha lhes engrossado as fileiras. Além disto o eleitorado estava ao seu lado. Tinham eles pois, mais esse elemento para a formação da Mesa, entidade

soberana, de cuja decisão não era lícito interpor recurso algum. Achavam-se, portanto, os Conservadores em condições favoráveis para o pleito, sem dúvida, superiores as dos Liberais. Estes, porém, de alguma forma enfraquecidos pelas lutas anteriores, sempre improfícuas porque, ainda vencendo, eram anuladas as suas eleições pelo poder competente, como havia sucedido com as duas últimas de 1856 e 1860; além disto, desejosos de manterem a fraternidade que há pouco se erguera no seio da população, abriram mãos do pleito deixando de fazer oposição.

Correu, portanto, placidamente essa primeira eleição, sendo o seu Presidente o Coronel Luiz Henriques de Oliveira Magalhães e membros os seguintes cidadãos: Capitão Antonio Ferreira Gomes, Capitão Antonio Carneiro de Araujo, Capitão Raimundo Xavier Nogueira, Capitão Joaquim Gomes Carneiro, Tenente João Adeodato Ferreira e Tenente Vicente Casemiro Cavalcante.

Nesse tempo não havia o prédio destinado para as sessões da Câmara e nestas condições, aceitando esta o oferecimento que lhe fizera o Capitão João Carlos Carneiro de uma sua propriedade, sita na esquina da rua que segue-se a do Padre Silveira, hoje denominada de Tenente Manoel Joaquim sob o n.º 01, aí se instalara como dissemos, no dia 27 de Junho. Passaram-se 18 meses. Foi esse o tempo de duração da primeira Câmara. Eleita já muito tarde, no quadriênio que corria, devia terminar o seu exercício ao mesmo tempo que as demais Câmaras da Província. Foi essa a razão da sua curta existência.

Aproximava-se a época da nova eleição. A lei para isso havia designado o dia 07 de Setembro de 1864. Os políticos já se preparavam para o pleito. Os Conservadores contando com a fraternidade dos Liberais, tinham por certo a vitória da eleição; e estes que não descreiam absolutamente do interesse dos seus adversários na ordem estabelecida, máxima em vista do seu anterior procedimento, contavam ao menos com um a partilha?

De véspera, muito de véspera, jogava cada um dos partidos com esses dados, quando souou a notícia da queda dos Conservadores. Tudo mudou de face. Os Liberais subiram ao poder e senhores da situação, tornaram-se intransigentes. A eleição é nossa, custe o que custar! Foi o boato que correu. Os Conservadores tinham a qualificação e a Mesa, mas nem esta nem aquela lhe pareceram bastante fortes para fazê-los

vitoriosos em vista daquele boato e de outros gracejos políticos espalhados adrede na véspera da eleição. Fizeram, pois, suas reflexões e como outrora os Liberais, lembrando-se da fraternidade, deixaram de intervir no pleito, cedendo-lhes o campo. Nadou, portanto, a segunda eleição de Câmara num mar de rosas, sendo eleito seu Presidente o Coronel José Menescal Josino da Costa, e membros da mesa os seguintes cidadãos: Tenente Ignacio Ribeiro Pessoa, Capitão Galdino Gomes da Frota, José Pereira de Vasconcellos, Manoel Benicio de Maria Vasconcellos, Vicente Ferreira de Araujo de Maria e Miguel Anjo de Maria Só.

A sua instalação teve lugar no dia 07 de Janeiro de 1866, na rua hoje da Municipalidade em um prédio por ela comprado, a 18 de Maio de 1866, por 100\$000, inclusive 16 cadeiras e uma mesa para os seus trabalhos. O Partido Liberal esteve no poder até o ano de 1868.

Nesse tempo a lei reguladora de processo eleitoral era a de n.º 387 de 19 de Agosto de 1866, com as alterações dos Decretos seguintes: n.º 842 de 1.º de Setembro de 1855-, n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856 -, n.º 1012 de 18 d e Agosto de 1860-, n.º 2621 de 22 de Agosto do mesmo ano, e números 2565 e 2865 de 21 de Dezembro de 1861. A essas disposições, ali ás bem concebidas, seguiu-se depois um chuveiro de Avisos de Governo. Eles explicavam a lei, mas de alguma forma, alterando-lhe o sentido, forneceram sobejos dados para os manejos políticos com a postergação dos princípios mais salutareis da mesma. De acordo , pois com essas disposições, eram qualificados votantes todos os indivíduos que reuniam as condições de 25 anos de idade e a renda anual de 200\$000; portanto as eleições da Paróquia concorria a maior parte da população. O pleito tomava então o caráter de uma sedição. No seu estado de ignorância, supondo ser soberano nas quadras eleitorais, o povo ostentava um vandalismo sem nome. Desordeiro no Templo, desenfreado nas suas passeatas à noite, era o terror das famílias e a inquietação dos homens mais prudentes. Dependia o vencimento das eleições de eleitores da maioria de “um voto”, porque a chapa continha o número daqueles que devia dar a Paróquia, e daí o esforço com que os políticos se atiravam as lutas, descendo as vezes ao papel degradante de negarem a identidade deste e daquele indivíduo no ato da votação.

Fatos desta ordem sempre se reproduziram e eram a causa principal das maiores perturbações. A lei era da maioria. O eleitorado ou a suplência tudo ou nada. Depois sobreveio o Decreto n.º 2675, de 20 de Outubro de 1875. Foi uma lei de complacências. Quis o legislador fazer representar as minorias, estabelecendo as disposições de forma tal que o partido da oposição, embora sob pressão do poder, pudesse dispor do terço.

Essa lei que tinha por fim especial evitar a unanimidade das Câmaras, causas das dimensões dos partidos no poder, baseava-se no mesmo sistema das anteriores. Havia no entanto, alguma distinção: Ela qualificara de simples votante, o indivíduo de 25 anos de idade com a renda de 200\$000 e de votante elegível aquele que, reunindo a primeira condição, tivesse o dobro daquela renda, além disso, para garantir o direito das minorias, tinha estabelecido que a cédula do votante devia conter tantos nomes de cidadãos elegíveis, quantos correspondentes a dois terços dos eleitores que a Paróquia tivesse de dar. Foi uma lei benéfica, mas ela apodreceu logo e desapareceu no abismo que lhes cavaram as baionetas. Passaram-se seis anos. Foi o tempo da sua duração e raiou então uma nova aurora.

A lei n.º 2029 de 09 de Janeiro de 1881, observada pelo Reg. 8213, de 13 de Agosto seguinte, depois modificada em parte pelo Dec. N.º 3122 d e 07 de Outubro de 1882, surgiu a luz. Espancou o velho sistema e reconhecendo no indivíduo, debaixo de certas condições de independência, o direito do eleitor, restabelecendo a ordem social em matéria eleitoral. O seu primeiro ensaio que teve lugar na Paróquia no dia 31 de Outubro de 1881, não já no Templo como outrora, mas na casa da Câmara Municipal, como estava determinado, foi coroado do mais feliz resultado: A ordem presidiu aos trabalhos. Cada partido tirou o que podia tirar. A lei executou-se. Ela continuou e é o sistema que atualmente nos rege.

Agora caros leitores, cumpre-nos retroceder. Vejamos o que ainda sucedeu no tempo decorrido entre os anos de 1862 e 1868. Percorramos a escala. Elevado à vila a povoação de Santana, a 03 de Novembro de 1862; instalada a 27 de Junho de 1863; estabelecido o se Termo a 19 de Fevereiro de 1864 e nomeados nesta mesma data os primeiros suplentes do Juiz Municipal, a Lei Provincial n.º 1115, d e 27 de Outubro do mesmo ano, reunido o seu termo ao do Acaraú, criou nele a Comarca com a denominação deste último. Criado, pois o Termo, as suas

primeiras autoridades e funcionários públicos foram os seguintes: Delegado de Polícia, Tenente-coronel Manoel Joaquim de Sousa Vasconcellos, Juizes Municipais suplentes: 1.º Capitão Antonio Ferreira Gomes, 2.º Major Manoel Carneiro da Costa, 3.º Tenente José Adeodato Ferreira, 4.º Tenente-coronel Manoel Joaquim de Sousa Vasconcellos, 5.º Major Florencio Ferreira da Ponte, 6.º José Ferreira do Nascimento de Maria. Juizes de Paz: 1.º Polycarpo Francisco Maria de Sousa, 2.º Florencio Ferreira da Ponte, 3.º Capitão Francisco Ferreira de Vasconcellos, 4.º João Bernardino Ferreira Gomes. Foram estes os primeiros Juizes de Paz depois da criação do Município, eleitos na sua segunda eleição. Coletor Provincial: Tenente Francisco Leoncio de Andrade de Maria. Coletor Geral: Capitão Raimundo Xavier Nogueira. Professores: Joaquim Guilhermino Maria da Costa Cysne e D. Maria Antonia Ribeiro. Aquele nomeado desde 25 de Outubro de 1856 e esta no dia 23 de Maio de 1864. Tabelião: Urcesino Xavier de Castro Magalhães, nomeado por Dec. De 28 de Outubro de 1864, com serventia vitalícia dos demais officios de Justiça. Juiz de Direito: Dr. Francisco Urbano da Silva Ribeiro, removido para a comarca por Dec. de 16 de Março de 1865. Promotor Público: Dr. Francisco Jorge de Sousa.

A primeira Câmara teve por Secretário o Tenente João Pedro de Oliveira, por Fiscal Manoel Besera de Menezes e por seu Procurador o Capitão Antonio Luiz de Farias. Os empregados da segunda Câmara foram os seguintes: Secretário Miguel Theophilo de Sousa Vasconcellos, Fiscal Francisco Camillo de Abreu e Procurador Manoel Carneiro de Messias.

Passara-se o ano de 1866, fértil de acontecimentos lamentáveis. O país estremecia nesse tempo com a Guerra do Paraguai, portanto a localidade teve de suportar o choque desse terrível flagelo. O Partido Conservador que estivera 14 anos na governança, caíra no começo dessa luta cruenta e os Liberais confessando-se vítima do seu predomínio, entenderam poder gozar de algumas regalias, subindo ao poder. Recrutamento abriu-se. O município devia dar o contingente que lhe fora marcado, e o governo instava por ele, sujeitando à responsabilidade as autoridades encarregadas desse serviço, à par do qual corria a designação dos guardas nacionais. De acordo, pois, com aquele

programa, é claro de ver que os Conservadores não foram dos mais dispensados. O município estava em alvoroço. A ideia predominante do tempo era a vendeta e a opressão, e o partido decaído que se julgava com dívida para com os seus adversários, tomado de um terror pânico, vivia a maior inquietação. Era preciso dar recrutas, completar o contingente. A autoridade mostrara-se solícita no cumprimento dessa espinhosa missão, mas o espírito político, antepondo uma barreira à sua marcha, desviou-a do caminho regular. Dispensando os seus adeptos, ela criara em torno de si uma dificuldade que a privava de satisfazer as vistas do governo e daí a perseguição para poder chegar ao seu fim. Raro pois, foi o indivíduo da oposição, que nesse tempo, deixou de dormir na mata, mudando sempre de pouso, e lá mesmo, apesar de todas as cautelas o subdelegado, que tinha os seus fronteiros, dando-lhes caça, ia filhá-los, conduzindo-os amarrados, alguns deles pelas pernas sob abarriga do cavalo. Nessa época os políticos do município descansavam em dois homens que residiam na vila: Os Liberais no Tenente-coronel Manoel Joaquim de Sousa Vasconcellos e os Conservadores no Vigário Francisco Xavier Nogueira. Infelizmente esses dois homens, sob cuja confiança viviam os partidos, aborreciam-se, eram separados por ódios inveterados. No ano a que nos referimos, uma luta travada entre eles dera em resultado ser exonerados do cargo de delegado de polícia, o chefe Liberal.

O Tenente-coronel era idolatrado no seu partido, portanto esse acontecimento veio escandecer os ânimos dos seus prosélitos. Tomaram estes, partes na luta e a seu exemplo, os Conservadores intrépidos se apresentaram ao lado do seu chefe. Extremaram-se então os partidos. Reviveram o velho sistema das odiosidades em toda sua plenitude. A fraternidade, essa tábua de salvação dos foros, oferecida pelo Revmo. Dr. Ibiapina, fora arrebatada pela onda tempestuosa da intriga, que a política no seu estado de exaltação soubera urdir.

Corria o Ano de 1867

Em Fevereiro procedeu-se as duas eleições, uma no dia 03, de eleitores para Deputados Gerais e outra no dia 20, de eleitores especiais para Senadores. Era Presidente da Província o Tenente-coronel João de Sousa Mello e Alvim. Denominava-se a situação de progressista, o

partido Liberal dividira-se na Província, aliando-se os governistas aos Conservadores. Estes em Santana aceitaram o convênio, era a condição, fizeram só as eleições da localidade e votaram nos candidatos do governo. Feito o convênio, foi nomeado Delegado de Polícia do termo o Capitão João Domingues Torres, por Portaria de 18 de Janeiro e chegando em Santana a 30 do mesmo mês, prestou perante a Câmara o seu juramento no dia 1º. de Fevereiro. Teve então o Coronel Vicente Sabino Maria da Costa, que se achava-se na Delegacia, com o primeiro suplente, de ceder-lhe o exercício do cargo. Procedeu-se a primeira eleição. O seu processo foi sumário e segundo o costume dos tempos, organizada a Mesa no dia 03 de Fevereiro, com o dissemos, no dia 04 seguinte já parecendo um escândalo a persistência desta em querer continuar nos trabalhos eleitorais, uma vez que o governo a tinha abandonado, deitou-se para fora o Juiz de Paz, seus eleitores, Mesa e tudo. Já se tinha à mão o terceiro Juiz de Paz do Distrito de Tucunduba, o Capitão Leonel Dias da Fonseca, único Conservador, que se havia salvado nas últimas eleições da Comarca. O Capitão Torres, Delegado de Polícia, tinha trazido da capital, 15 praças e o Tenente-coronel Joaquim Carneiro de Araujo Costa, conseguira em Sobral um reforçinho de mais 12.

Encaixado, pois, na Mesa, o novo Juiz de Paz postou nas portas da Igreja, soldados de baionetas caladas para garantir a ordem e em torno deles o povaréu bramindo e ameaçando em honrado governo. Segui então a eleição os termos regulares, correndo o voto livremente, isto é, a Mesa que de novo se organizara, convencida de que os votantes chamados que não compareciam, se tivessem de comparecer, votariam de acordo. Fez-se interprete da vontade dos ausentes e esteve por ali assim, conversando para matar o tempo, até que afinal lavrou as atas, citando todos os capítulos da lei. Nesse dia um acontecimento extraordinário, inesperado, veio empalidecer o semblante dos nossos campeões políticos, produzindo a modificação dos ânimos. Uma nuvem que surgira no horizonte subira e estendendo-se no espaço como um lençol espumado, tomara a luz do sol, envolvendo a terra na sua cor pardacenta. Eram 10 horas da manhã. Na Igreja Matriz cercado do bélico aparato que descrevemos, soavam vozes desrespeitosas no templo,

davam-se fatos que tendiam a desorganização da ordem social. Temis que devia presidir ao ato, tinha sido repudiada, espezinhada. O Juiz de Paz, Major Florencio Ferreira da Ponte, sem meios para fazer manter a ordem, impávido e firme na sua cadeira como um rochedo, resistia ao embate da oposição, que acercando-se dele procurava arrancar-lhe o livro das atas que ele segurava com mãos de ferro. A vozeria havia aumentado de intensidade, já se ouvia o retinir das varetas socando as armas, já alguém apalpava o seu revolver, quando a nuvem de que falamos, desfazendo-se numa chuva torrencial, despedira um jato de luz tão viva que parecia ter abrasado o interior do Templo. A ele imediatamente seguiu-se a mais furiosa detonação da descarga elétrica, que reboando, parecia à seu turno, abalar as paredes do mesmo Templo, cujas portas rangeram nos seus gonzos, e tudo isto fora num fechar e abrir de olhos. Foi água na fervura. Estáticos, os políticos cruzaram os braços e enquanto uns procuravam conversar com Deus ante os altares, outros se afastavam da Mesa, chamando em seu auxílio - Santa Barbara e São Jeronimo. Terminado, porém, esse incidente, restabelecida a ordem natural das coisas, viu-se então que só o Juiz de Paz ocupava o seu lugar de honra, segurando ainda os livros e mais papeis no topo da mesa. Os ânimos haviam esfriados.

O Dr. José Julio de Albuquerque Barros, que se achava no pleito, convidou os seus amigos a retirarem-se e foi então que seguiu-se a eleição pelo modo que referimos. Uma hora depois chegava a notícia de que no Picuí, à pequena distância da Vila, tinham sido vítimas da faísca elétrica o cidadão José Firme de Arruda, sua mulher e um cunhado, os quais no dia seguinte foram sepultados no cemitério público. Portanto, vêem os leitores que a história da trovoadas não é coisa imaginária.

A liga havia começado debaixo de maus auspícios. O fatal acontecimento do dia 04 de Fevereiro, em relação às vítimas do raio, pareceu o prelúdio de um desenlace de mau agouro. No dia 05 seguinte quando o silêncio que então reinava, era apenas interrompido pela voz estrepitosa, altissonante, do Oficial de Justiça - Sabinão, que na porta da Igreja repetia a chamada dos votantes, um tropel que parecia do numeroso concurso de



peessoas, que avançavam com passo fatigante, soou de súbito à entrada da Vila, atraindo as atenções do cabo da guarnição que, no patamar, defendia os trabalhos eleitorais. O tropel aproximava-se e a soldadesca à voz do seu cabo, tomando posições fizera movimento belicoso. Um grupo de cavaleiros e pessoas a pés, dirigia-se em marche-marche, ofegantes na direção da Igreja. A sua marcha precipitada inspirou desconfianças e ouviu-se então duas ordens sucessivas; a do cabo da tropa que dizia: carregar armas! E a do chefe do grupo: desviar à esquerda, segue! O grupo tomou a direção indicada e três redes, uma após outra, conduzidas por homens à pé, acompanhadas de não pequeno número de pessoas, desfilaram pelas ruas, descrevendo um semicírculo em torno da Matriz para evitar o arreganho militar, tão medonho e assustador. Eram os três cadáveres, vítimas da faísca elétrica, que os seus parentes e amigos conduziam pressurosos à sua eterna moradia. O préstito seguiu na direção do cemitério e as vítimas privadas dos ofícios divinos, ali como já dissemos, foram sepultados. Nesse mesmo dia terminaram-se os trabalhos eleitorais. A liga venceu, porém mais tarde veremos o seu resultado. Segue-se a eleição do dia 20 de Fevereiro.

O partido ligeiro já tinha elementos para formar a Mesa. O processo fora idêntico e o voto correra da mesma forma, livremente. Como na primeira eleição tomou-se como guarda os edifícios para evitar a solenidade de uma duplicata, visto os protestos exibidos e não aceitos. O Partido Liberal tinha sido sufocado na localidade, mas ele tinha campeões infatigáveis, lutadores valentes, tão afeitos a essas vicissitudes políticas que não desanimaram ante a perspectiva da mais fatal decepção. Privados do pleito e não podendo encontrar um edifício público para fazerem a sua duplicata, tiveram a feliz lembrança de elevarem à categoria de Nicho, uma casa particular e ali fizeram a sua instalação. Daremos desse fato conhecimento aos leitores: Havia na Vila, na esquina da rua hoje denominada 07 de Setembro, uma casa em que residia e que presentemente ainda reside o Tenente-coronel José Ignacio Vasconcellos de Maria. Essa casa que termina pelo lado do sul à praça do Tenente-coronel Manoel Joaquim, situado num ponto visto, em lugar muito público, não podia por isso mesmo despertar em alguém, nem

mesmo à polícia apesar da sua vigilância, a ideia de que ali se pretendesse fazer uma eleição contra a ordem do governo. Pois bem, foi nessa casa que os Liberais, depois de esgotado todos os recursos, denominado-a Nicho de São José, proprietário, se instalaram e fizeram as suas duplicatas. Havia o receio da sua dispersão, não houve, portanto, ajuntamento popular e as duplicatas correram sem forma alguma exterior. Uma caixinha de esmola das almas sobre uma cômoda, que haviam na vila, concorrendo de um em um, tímidos depositavam os seus votos. Cada uma dessas duplicatas teve a duração de poucas horas. Procurava-se por esse meio salvar as consequências, digo, salvar as consciências para o caso de uma justificação. Desde que votaram as pessoas gradas e outras, escrupulosos, deu-se por findo os trabalhos e passou-se a escrever as atas, citando-se todos os capítulos da lei. Passaram-se as eleições. O Capitão Torres, tendo terminado a sua comissão, havia se retirado e substituíra-o na delegacia o Capitão João Henriques de Araujo, nomeado por Portaria de 16 de Fevereiro. Em Santana, pois, o Partido Conservador no começo do ano de 1868, em pleno domínio Liberal, havia se colocado no poder. Dispunha do eleitorado e da polícia, mas um fracasso terrível, tão inesperado quão descomunal viera bem depressa feri-lo, destruindo todas as suas esperanças. A imprudência de um político, na capital, sugerira desconfiança ao Presidente da Província e este ouvindo ao s seus amigos, que lhe afiançaram toda adesão, desprezou o convênio, demitiu os Conservadores e nomeou para o cargo de Delegado de Polícia o Coronel Vicente Sabino Maria da Costa.

Nomeado por Portaria de 22 de Abril de 1867, data do rompimento político, o novo delegado Liberal prestou juramento no dia 29 do mesmo mês e assumiu o exercício. A liga durou apenas três meses e 22 dias. Tudo voltou ao seu antigo estado. Os homens da situação, esquecendo o passado deram-se as mãos, ligaram-se. Eles tinham um fim e conseguiram-no: O Presidente da Província desprestigiara as eleições Conservadoras e recomendara as duplicatas Liberais. Tão inesperado acontecimento foi de péssimas consequências para a localidade. O Clero e Magistratura, inclusive os seus oficiais, giraram no torvelinho que as paixões produziram. As denúncias choveram, os processos forjaram-se e os jornais Constituição e Cearense, em linguagem desabrida, violenta, ditada pelo ódio, desceram até o

santuário da família. Foi nesse estado de coisas, em seguida a essas agitações desordenadas que o Partido Conservador subiu ao poder em Agosto de 1868.

Havia se decorrido 17 meses depois do rompimento a que nos referimos. Era o dia 07 de Setembro, designado na lei para a eleição da terceira Câmara e Juizes de Paz do Município. O Partido Conservador subindo ao poder, além de população, não tinha outro elemento para o pleito: Os eleitores e Juizes de Paz eram Liberais e a qualificação estava viciada por tal forma pela troca de nomes, que excluía do exercício do voto a maior parte dos votantes, seus adeptos. Era por demais embaraçoso a sua posição e, entretanto, devia vencer as eleições porque estava em cima. Nesse intuito, por empregando outros meios a o s eu alcance, recorreu às leis de costume. De véspera a corneta soltou nos quartéis sua voz maviosa altissonante que, reboando ao longe, fora quebrar-se na serrania despertando no seu eco, pelos contornos da vila, as ideias do tempo, atrativas de uns e repulsivas de outros.

A Guerra do Paraguai continuava, o recrutamento estava apenas suspenso. Tratava-se de uma eleição e aquela voz que vibrara no espaço, produzira neles dois efeitos inteiramente diversos. Aos ouvidos dos adeptos da situação, ela soava melodiosa, tinha os encantos de mágica atração, era o hino que parecia a vitória do pleito; a chamada dos concorrentes que arrastados por ela, surgiam de toda parte cheios de entusiasmo e valentes. Aos ouvidos, porém dos adversários, ela produzia um choque abalador do sistema nervoso e despertando ideias fantásticas aterradoras, aconselhava-os à prudente estadia no lar. Havia na vila um destacamento de 10 praças. Era seu comandante o Alferes José Martiniano Peixoto de Alencar, então recrutador da Comarca.

Aproximava-se a eleição. Antes dela algumas prisões se haviam dado. Entre outros tinham sido presos como recrutas, os cidadãos José Pereira de Sousa Carvalho e Jeronymo Ribeiro Pessoa, vítimas de seus antigos pecados. Os presos depois de detidos por alguns dias, foram remetidos com toda segurança à Capital, onde apenas chegados, obtiveram a sua liberdade. Essas prisões produziram alarme na oposição. Os recrutados além das suas isenções, filiavam-se por conjunto parentesco, às notabilidades Liberais e daí sérias agitações procederam.

Passaram-se por em alguns dias. O Alferes Alencar propunha-se amainar as inquietações. A esse pensamento fora levado por detida reflexão. Nesse tempo a povoação de Meruoca pertencia ao Município. Ali gozava-se no rigor da estação calmosa, de um clima superlativamente delicioso. Sob um céu de inextinguível beleza, no centro de gigantescos picos, cobertos de frondosas matas, a povoação de Meruoca, assentada numa planura majestosa, cortada ao meio por um regato nascente da Tacaranha, fonte perene de frigidíssimos banhos, era pela doçura e amenidade do seu ar, um ponto de recreio dos moradores do sertão, que ali procuravam, uns o descanso dos labores e fadigas da vida por alguns dias, outros a restauração das suas forças abatidas por sofrimentos físicos.

No pensamento, pois em que estava o Alferes Alencar, desejou ele visitar o jardim do Município e para ali, em companhia do Coronel Joaquim Carneiro de Araujo Costa, conduzindo um soldado por camarada, dirigiu-se poucos dias depois daquele acontecimento, na pretensão de demorar-se alguns dias. Não se compreendeu por em a sua intenção. E fosse por suspeita ou fosse por um cálculo político, imediatamente, após ele seguira um emissário com carta de aviso em que se dizia que o passeio do jovem Alferes tinha por fim a prisão de Manoel Ferreira de Pinho, uma das influências Liberais daquele distrito. Pinho era homem de ação, corajoso e resoluto. Tomara sério o aviso dado e prevenira-se. À tarde, ainda cedo, ao lado de amigos prestimosos, tinha ele em torno de si cerca de 60 homens armados. O Alferes havia chegado pela manhã e enfadado dormia àquela hora profundamente, o seu camarada fazia o mesmo e o Tenente-coronel achava-se na rua. O movimento belicoso recrescia pelo aumento de cabras à porta de Pinho. Na povoação corria o boato de que o Alferes seria deitado de serra abaixo. O fato tomara vulto e chegara ao conhecimento do nosso Tenente-coronel, que se achava em casa de um seu parente na extremidade de uma das ruas mais remotas. A Meruoca, como sabemos, é um território populoso, portanto, apenas se dera aquele movimento e se divulgara aquele boato, não tardou em formigar entre os interessados na luta, uma multidão de curiosos. Era preciso tomar providências e nesse sentido o Tenente-coronel, de volta, despertando no povo o sentimento político, agregara a si uns 30 cabras de sua confiança e expedindo portadores a diversos amigos nos

arredores, recolhera-se à casa do seu hospede, que então acordara assustadíssimo. A luta parecia inevitável. Pinho acompanhado de amigos, seguido de um a multidão que berrava, armado de clavinote, faca e cacete, dirigira-se à casa do Alferes e discutindo sobre as liberdades públicas, direitos e leis constitucionais, chegara até a calçada deste. Foi então que o Tenente-coronel Carneiro, mandou abrir uma porta, assomou à janela e falando aos chefes do motim, mostrou as suas disposições. As armas luziam de parte a parte. As ameaças eram aterradoras e a discussão ia-se tornando frenética. Já o Tenente-coronel havia dado ordem de fogo, no caso de subirem a calçada. Os cabras Nery e Joaquim Caboclinho, homens destemidos e de reconhecida valentia, na frente dos seus companheiros, haviam tomado posições. O avanço de um palmo era o sinal do tiroteio. Houve um momento de silêncio. Os inimigos encarando-se com os rostos carregados, pareciam meditar na resolução, quando um eco atroador ressoou ao longe. Um turbilhão de poeira subiu aos ares e o som monótono de um passo ligeiro, ofegante, indicava que para ali um grupo se dirigia. Eram sessenta e tantas pessoas, capitaneadas pelo Coronel Luiz Henriques e Tenente Francisco Carneiro da Ponte, que vinham em auxílio do nosso Alferes. E a carnificina seria horrível, se naquele instante o Capitão Peregrino Viriato de Medeiros e o benemérito cidadão João Francisco de Vasconcellos não se apresentassem entre os combatentes, conseguindo com inaudito esforço, não só afastar a Pinho e a sua gente, como deter à entrada da povoação o grupo de cabras de que acima falamos. No dia seguinte, compreendeu o Alferes Alencar que a sua estadia ali poderia acarretar funestas consequências, despediu-se do jardim que tão mal o havia recebido e descendo, recolhera-se aos seus quartéis.

Não termina aqui, caros leitores santanenses, a história Pinho - Alencar que descrevemos. Não suponhais isto! Propondo-nos a registrar a história do nosso município, missão de certo espinhosa, excedente das nossas forças, não temos outro móvel que não seja o restabelecimento da verdade e para chegarmos a esse desiderato, relatando um fato de certa ordem, não nos constituiremos autoridade para garanti-lo, se por ventura a seu respeito houver a menor controvérsia. Os acontecimentos mais notáveis, dados no seio de um povo relativamente à política, se

revestem sempre de circunstâncias que tendem a empalidecer a verdade, quando ela por sua natureza excedem os limites dos justos e atacam os princípios da moral e da civilização. Nestas condições os fatos, obscurecidos pela minoria de interesses inconfessáveis, não surgem no campo da discussão adornados com as cores da realidade. Ora enegrecidos pela maledicência, ora desfigurados pela cavilação. Eles, modificados ou adulterados por boatos, na maioria dos casos, atirados à rua por pessoas que julgamos criteriosas, porém de boca em boca, sob diversas formas e no perpassar dos tempos, em vez de uma, constituem duas opiniões. O homem de franqueza e lealdade tem por princípio o justiça; deseja acertar; e para que ele desenvolva os nobres sentimentos que lhes repousam na alma, precisa ouvir, conhecer e refletir. É propósito nosso, como historiador, mantermo-nos na mais perfeita neutralidade entre os partidos. Não desejamos ofender a susceptibilidade de quem quer que seja, nem tampouco combater as suas crenças. Desde que tivemos de tratar de um fato político, sempre que haja controvérsia, é nosso pensamento limitarmo-nos a sua exposição. Foi o que fizemos nas páginas anteriores deste livro, em relação aos nossos personagens - Pinho e Alencar. O que ali expusemos foi o fiel transunto da opinião pública que gira nos arraiais Conservadores.

Incabível foi, portanto, a estranheza que se levantou contra nós, por uma parte dos leitores a que nos referimos, acreditando-se que ali terminaria aquela história, sem a menção de outros fatos no domínio público, que podiam interessar ao restabelecimento da verdade. Feita, pois, estas considerações que tendem a justificar-nos, prossigamos. A história a que aludimos padece sem dúvida, modificações na opinião pública Liberal.

O Alferes Alencar vindo à Santana diz ele, tivera por fim suplantar o partido da oposição. Comandante do destacamento e recrutador da com arca absorvia as atribuições policiais, sem o menor obstáculo das autoridades respectivas. E no empenho de dar provas do seu poder discricionário, poucos dias depois da sua chegada, ordenou o cerco do estabelecimento comercial do Coronel Vicente Sabino Maria da Costa, que acabava de deixar a delegacia, à pretexto de apreender as armas que ali existissem. Prendera em seguida à diversos pais de família para recrutar, não escapando para esse fim, até um escravo do Major Sabino

Ferreira da Costa, o qual algemado de parceria com F*-(José Pereira de Sousa Carvalho), membro de uma das principais famílias da localidade, seguira recrutado até a Capital, apesar do documento que lhe fora apresentado justificativo da sua escravidão, processado no juízo competente. Incansável nos meios de perseguição, o Alferes Alencar, espalha o terror no município. Tinha ideia de afastar do pleito os Liberais e neste sentido os seus soldados, tendo carta branca, praticavam nas diligências expedidas, toda sorte de atentados, não respeitando o que havia de mais sagrado no lar da família. E foi assim que nessas correrias incessantes, fantasiando-se uma busca em casa do cidadão João Capistrano de Vasconcellos, a título de prender-se um criminoso, os soldados ali penetraram, entraram alguns na alcova da Senhora deste, em ocasião em que ela dava a luz e tentaram desloca-la da sua penosa posição para verificarem se sob os lençóis que envolviam a parturiente, se ocultava a vítima, talvez o seu marido, que procuravam.

Aproximara-se o dia da eleição e tendo o recrutador preparado o terreno no sertão, lembrara-se por sugestão de alguém de subir à Meruoca e de fato ali fora no firme propósito de prender a Manoel Ferreira de Pinho, com o fim de derramar o terror naquela região, centro de muitos votantes Liberais. Mas a sua empresa fora malograda porque o cidadão Alexandre José de Menezes, atualmente residente nesta cidade, parente da vítima, avisado por um Conservador, expedira à Pinho uma carta de aviso e este tomando as necessárias precauções, colocara-se numa atitude digna de repelir semelhante tentativa contra a sua liberdade e o Alferes amedrontado com as ameaças de um moço da família Patriolino, que bebia os ares por Pinho, deixara de mão o seu projeto e descera cabisbaixo, sem mais querer voltar ao assunto.

Dados esses acontecimentos que produziram sérias inquietações, em seguida espalhara-se o boato de que Pinho viria pleitear a eleição com gente armada e o Tenente-coronel Carneiro, que presenciara o que se havia passado na Meruoca, munido de credenciais dirigira-se à Capital e conseguira reforçar o destacamento com mais 10 praças. Raiou afinal, o dia 07 de Setembro de 1868, designado para a eleição da terceira Câmara e Juizes de Paz do Município.

Sobrevem agora, caros leitores, a oportunidade de continuarmos a narração que encetamos no começo do n.º X deste capítulo, interrompida pela indeclinável necessidade de explanarmos os sucessores que lhe precederam.

O campo político tinha sido explorado conforme as ideias do tempo. Oferecia vantagem ao partido Conservador. Os Liberais deixaram de comparecer e a sua abstenção no pleito, conquanto muito conviesse aos adversários, criara-lhe, todavia, uma dificuldade, embaraçando-os na composição da Mesa, pois que como sabemos, os eleitores e Juizes de Paz pertenciam-lhes exclusivamente. A lei, porém, tinha prevenido todos os casos. Das atas dessa eleição, consta por certidão do oficial de justiça Vicente Ferreira Guilherme, vulgo “Caído”, que no dia 07 do referido mês, pelas duas horas da tarde, os Capitães Antonio Carneiro de Araujo e Jeronymo Bezerra de Araujo, que se achavam na igreja Matriz à frente de mais de 600 cidadãos qualificados, mandaram oficialmente por ele convidar os quatro Juizes de Paz da Vila e sucessivamente os quatro do Distrito de Meruoca, a cada um de per se, para virem instalar e presidir a Mesa Paroquial. Que deixando estes de comparecerem, fora à Sobral convidar para o mesmo fim os daquela cidade e na ausência destes, convidara-se então no dia seguinte os Juizes de Paz do Distrito de Tucunduba, que se achavam na Vila, declarando que depois da renúncia do primeiro e segundo, o terceiro que era o Capitão Leonel Dias da Fonseca, aceitara o convite prometendo apresentar-se no dia 09. Nesse dia, pois, começaram os trabalhos eleitorais, sendo a Mesa composta de Conservadores. Receava-se, entretanto, a vinda de Pinho, segundo o boato de que acima falamos e para prevenir-se outras dificuldades, o destacamento de 20 praças conservara-se de prontidão nos quartéis, animado pela plebe espiritualizada que bramava de desejo de ver a desordem. Era o dia 11 de Setembro. Havia-se procedido as duas chamadas dos votantes e a terceira e última, como ordenava a lei, estava designada para o dia seguinte, finda a qual se passaria à apuração das cédulas para dar-se por terminado o processo eleitoral.

Caíra a noite. A lua percorria o hemisfério oposto e, todavia o clarão das estrelas que se esparzia no espaço, escoando-se através de uma atmosfera limpa e rarefeita, desmaiara a cor tenebrosa das trevas, deixando ver uma noite clara e serena. Seriam 08 horas e apesar de cedo

ainda ninguém transitava nas ruas. As casas se achavam quase todas fechadas, a exceção de duas à rua do Coronel Menescal, em uma das quais, recostados à janela, conservava-se o Alferes Alencar e duas Senhoras. Tratava-se de uma eleição agitada e fosse por esta circunstância ou fosse porque a maior parte dos Liberais se haviam retirado às suas fazendas, acontecesse aquele estado de retraimento dos habitantes, por outra qualquer razão que não nos cumpre esmerilhar, o que é verdade é que a essa hora a vila permanecia no mais profundo silêncio. Entretanto quem passasse à frente da Matriz veria ali dois soldados guardando a urna e no patamar pessoas do povo estendidas, como que procurando encontrar no sono o doce lenitivo dos seus membros fatigados. Tal era o aspecto da noite que descrevemos, quando de súbito surgira um cavaleiro na extremidade poente da rua Coronel Menescal e a passos lentos passara além da casa n.º 12, para voltar imediatamente a ela, parara ali, fazendo subir à calçada as patas do seu cavalo. O silêncio fora então quebrado por um grito violento e o apito que soara estrepitoso, despertara a vizinhança. A vila parecia acordar da sua monotonia. Abriram-se algumas portas e de toda parte corria gente e em breve reunira-se em torno do homem que apitara numeroso concurso de pessoas e o destacamento em peso. O cavaleiro tinha já desaparecido a trote largo, deixando após se o alarme. Entrara na Praça Tenente-coronel Manoel Joaquim, atravessara a rua da viração e dando no pátio da Boa Vista, internara-se na mata que lhe ficava perto. Sumira-se. E quem quer que ele fosse, tendo se encontrado com o Alferes Alencar na casa n.º 12, atirara-lhe um pouca d'água quente, que resvalando-se no chapéu onde caíra, despejara-se-lhe sobre as pernas, produzindo-lhe duas escoriações: Uma na coxa direita e outra no peito do pé esquerdo. Extraordinário foi então o movimento que se levantou. Calma e silenciosa no seu começo, a noite de 11 de Setembro de 1868 tornara-se tumultuária.

Na vida do povo santanense, ela assinala um fato que contrapõe-se à sua índole e de bom grado renuncia-lo, íamos deixando-o envolto nas trevas do passado, se por ventura o nosso silêncio a tal respeito não importasse uma notável omissão na ordem cronológica dos sucessos, que constituem a nossa história.

Dado, pois, aquele acontecimento, o povo que se reunira ao paciente, ouvindo-o indicar o nome do seu agressor, indicaram que fora confirmada por duas Senhoras em cuja casa se dera o fato, acreditara na existência de um horrendo atentado e sobre a impressão do momento, no interesse da justiça senão da vingança, como sói acontece em casos tais, acompanhara a soldadesca na diligência expedida, se cogitar na sua legalidade. E àquelas mesmas horas, cercaram diversas casas, foram presos diversos cidadãos dos mais notáveis do partido Liberal, efetuando-se a prisão de outros no dia seguinte. O fato de que se trata, caros leitores, é por sua natureza delicado, difícil de historiar. Tomando o caráter político, cada partido dera-lhe a sua cor, explicara-lhe a seu modo, todos acentuando-o de maneira a fazer crer que a verdade estava do seu lado. O Alferes Alencar tomara-o especialmente por uma vendeta contra si. Os Conservadores por uma dessas tentativas da oposição no sentido de suscitarem-se questões que invalidas sem a eleição e os Liberais por um pretexto, de que lançaram mãos os seus adversários para o exercício de ódios, encarando-o como uma força, um caso combinado à sombra do qual, fugindo a responsabilidade, a mão Conservadora lançara a rede de perseguição. A esse respeito os jornais da Província falaram e falaram muito. O fato fora discutido pelo Senador Pompeu e Deputado Diogo Velho, então Presidente do Ceará, sendo ao final submetido ao Poder Judiciário que lhe pôs termo. O Alferes Alencar no dia seguinte àquele acontecimento, denunciara o cidadão F*.(Joaquim Pereira Dutra) como autor do atentado, atribuindo o seu procedimento a uma desforra que dele pretendia tomar por causa da prisão efetuada em seu sobrinho. Era o dia 20 de Janeiro de 1869. A casa da Câmara Municipal se achava repleta de numeroso concurso de pessoas. O Tribunal se tinha reunido: No topo da mesa o Delegado de Polícia Dr. Antonio Borges da Fonseca Júnior, Formados da Culpa; à sua direita o Promotor Público Dr. João Paulo Gomes de Mattos, à esquerda o Escrivão Marques Tranquilino e em frente ao Juiz, a Barra de Tribunal, o Dr. José Thomé da Silva, ao lado do acusado a quem se propunha defender. Seguiu-se o processo e enquanto depõem as testemunhas, aproveitamos o ensejo para contemplarmos o acusado: Vestia-se todo de preto. Era um homem de cinquenta e muitos anos, de estatura e corpulência, mais que regulares. Cabelos ruivos, um tanto longos e pouco bastos ornavam-lhe a cabeça, deixando ver entre eles e na barba

espessa que lhe pendia ao peito, numerosos fios de prata que davam realce à sua fisionomia, expansiva e de uma certa maneira natural. À Barra do Tribunal, naquela posição embaraçada, mostrava-se calmo e prestando atenção ao depoimento das testemunhas, deixava transparecer nos seus olhos esverdeados, a tranquilidade que lhe ressumbra d'alma. A cor rósea que não lhe fugira do rosto, o seu porte airoso e as respostas que dava no interrogatório, apenas interrompidas pelo vício de pronuncia, mas acentuada na profunda convicção, contrastava à acusação que lhe era feita. Depuseram 11 testemunhas inclusive 3 informantes e no dia 09 de Fevereiro, 20 dias depois do seu começo, encerrara-se o seu processo. Vejamos o seu desfecho. Feito minucioso histórico de todo processado, o Juiz Formador da Culpa, apreciando os depoimentos, de ouvir dizer, expressara-se a seu respeito da maneira seguinte, cujo tópico transcrevemos fielmente: "No estado em que chegaram os negócios deste termo, onde o espírito público estava então dominado pela paixão política, onde os partidos se tornaram facciosos e como tais, capazes de lançarem mãos de todos os meios ignóbeis para ofender a seus adversários, um julgador imparcial, conhecedor do quanto é capaz o homem dominado pela paixão, não pode e nem deve, apreciando os fatos, dar peso ao que se diz, voz público." Foram portanto, neste sentido, destruídas 09 testemunhas e passando à apreciações das que se diziam de vista, mostrando que eram de todo ponto inverossímeis, os seus depoimentos, quer pela dificuldade de reconhecerem em noite escura, no cavaleiro que ofendera o Alferes, a pessoa do acusado; de que pela impossibilidade física, de o terem visto partir do beco que termina à rua Padre Silveira, como afirmaram, por não se r este ponto visível da casa em que estavam elas, quando se deu o fato. Mostrando por isso e por outras razões, que omitimos, que tais depoimentos, tornados defeituosos, não podiam gerar no espírito do julgador desprevenido, a convicção do crime que se imputava ao acusado, julgar a improcedente o sumario contra ele instaurado.

Continua ainda, caros leitores, o histórico do processo a que nos referimos. Publicada aquela sentença, a promotoria não se conformando com a sua decisão, interpôs recursos para o Juiz de Direito da Comarca, então o Dr. Francisco Urbano da Silva Ribeiro. O seu provimento foi

extenso. Dele exibiremos à vossa apreciação um extrato copiando apenas os tópicos narrativos de outras circunstâncias, que devem chegar ao vosso conhecimento. Feita a exposição o juiz adquem, reproduziu sinteticamente a matéria dos autos, deduzido pelo juiz, a qual analisou a prova testemunhal e demonstrando a sua insuficiência no sentido da sentença recorrida, acrescentou o seguinte para fazer notar o estado de excitação, que precedera à denúncia e o erro da justiça na escolha do acusado, para o objeto do seu procedimento. Nessa noite, diz ele, apenas se deu o fato , foram logo cercadas e varejadas as casas de muitos dos principais cidadãos desta vila, em número de 09. Uns foram logo arrastados às cadeias nessa fatal noite, outros no dia seguinte, sendo logo alguns algemados para maior segurança e remetidos para maior segurança, digo, e remetidos escoltados por 40 praças para a cadeia de Sobral, ao passo que, nem uma diligencia se expedira contra o recorrido; não cercava-se a sua casa que distava 400 braças desta Vila, entretanto que eram cercadas as casas do cidadão Vicente Sabino, arrombadas algumas portas; prendera-se ao Tenente-coronel Manoel Joaquim, ao Capitão Francisco Raymundo, ao advogado Ignacio Ribeiro Pessoa, ao agente do correio e outros; ficando em plena paz o recorrido até o dia 14, quando fora preso em Sobral, como vítima, escolhido para expiar alheias faltas. Em seguida demonstrando não haver cúmplice no atentado, como bem reconheceu a promotoria e que nestas condições a perseguição de homens que não tomaram parte no delito, deixando-se em paz aquele que se dizia criminoso era a prova inconcussa e evidente da inocência de todos. Demonstrando que no sumário não existiam indícios que formassem no ânimo do julgador experimentado a convicção que a lei exige para a pronuncia e neste caso, que o recorrido, cidadão honesto, pacífico e laborioso, chefe de numerosa família, devia encontrar nos sacerdotes da lei a égide protetora de seus direitos de segurança e liberdade, lamentou que a promotoria não tivesse empenhado os seus esforços em prol de melhor causa e sustentou em todas as suas partes a sentença recorrida.

Terminou assim, caro leitor, o célebre processo d'água quente. O fato que lhe deu origem, todo excepcional no seu gênero, hoje que o tempo abriu espaço às mais sérias e detidas reflexões, padece sem dúvida, modificações bem notáveis. Não foi o efeito de uma combinação política. Não foi o estratagema de nem um dos partidos. Foi o ato

irrefletido de um homem, fosse ele Conservador ou Liberal, concorresse para isso perversidade de um , ou a vingança e o ódio de outro. Conhecedor do caráter e índole dos nossos homens, estudando bem os fatos, não lhes podemos atribuir um conchavo tão ignominioso. O fato deu-se e quem quer que o praticou, fê-lo nas trevas, soube oculta-lo no regaço do mais inviolável segredo, onde ainda hoje jaz abafado sem nada transpirar, apesar do passado contínuo de 15 anos.

Voltemos agora, caros leitores, aos trabalhos eleitorais, interrompidos pela narrativa que tivemos de fazer. No dia 12 de Setembro, feita a terceira chamada dos votantes, como estava anunciada, a Mesa Paroquial dera-os por findos. A qualificação compunha-se de 1.053 votantes, dos quais segundo consta na ata especial daquele dia, concorreram à urna 615, deixando de comparecer 408, cujos nomes nela se acham inscritos na forma da lei.

Nesse tempo a Paróquia dava apenas 20 eleitores e número igual de suplentes, e não tendo nenhum destes comparecidos à eleição, a Mesa que se organizava para puni-los de suas faltas, multara-os cada um em 100\$000, Juiz de Paz pela mesma razão, na quantia de 300\$000 e ao Presidente da Câmara, por não ter remetido o livro competente, na de 200\$000. Que tempos formosos!? Cercava-se a igreja de gente armada para repelir o eleitor da oposição e depois impunha-se-lhe multa por não ter comparecido. A eleição, porém, tornara-se defeituosa. Procedida no curso daqueles excessos, em virtude dos quais os chefes políticos tinham decaído na opinião e desagrado da presidência, não pode prevalecer. Por uma simples reclamação o Presidente da Província anulou-a e a velha Câmara Liberal reassumiu o exercício, no qual esteve até o dia 06 de Junho de 1870, quando a nova Câmara Conservadora, eleita a 28 de Abril do mesmo ano, tomou posse da administração municipal. Foi então que realizou-se a eleição da terceira Câmara e Juizes de Paz do Município, cuja lista transcrevemos: 1.º Presidente Major Joaquim Carneiro da Costa Junior; 2.º Coronel Luis Henriques de Oliveira Magalhães; 3.º Capitão Jeronymo Bezerra de Araujo; 4.º Capitão José Bernardino Ferreira Gomes; 5.º Tenente Reginaldo Carneiro da Costa; 6.º Tenente Severiano Henriques de Araujo; 7.º Antonio Carneiro de Mesquita. Juizes de Paz - 1.º Capitão Antonio Carneiro de Araujo; 2.º

Capitão Francisco Rodrigues Lima Junior; 3.º Tenente Luiz José de Farias Junior; 4.º Alferes Antonio Carlos Carneiro.

Nesta ultima eleição os Liberais não compareceram. Os Conservadores tinham em seu favor o eleitorado e os trabalhos correram regularmente, sem protesto algum. Dezesete dias antes dessa última eleição, a 11 de Abril de 1870, havia-se terminado o quadriênio dos Juizes Municipais suplentes. Era o 2.º depois da criação da Vila. Seguiram-se pois, novas nomeações e segundo a legislação então em vigor, foram ainda nomeados 06 suplentes para o 3.º quadriênio, dos quais apenas 04 prestaram juramento e serviram em diversos feitos. Eis a lista dos cidadãos que exerceram aquele cargo: 1.º Coronel Luis Henriques de Oliveira Magalhães; 2.º Major Manoel Carneiro da Costa; 3.º Tenente Luiz José de Farias Junior; 4.º Tenente-coronel Joaquim Carneiro de Araujo Costa. Esse quadriênio porém, dois anos depois, em virtude da lei de Reforma Judiciária, n.º 2033, de 20 de Setembro de 1871, Art. 09, § 5 terminou para abrir espaço a outras nomeações, cujo número foram reduzidos a três. Assim, a 21 de Março de 1872, quatro meses depois da lei de Reforma, cuja publicação teve lugar a 21 de Novembro do ano anterior, começou o 4.º triênio desses Juizes suplentes, cabendo a cada um o exercício do cargo por Distritos - denominados Municipais - que lhes foram designados pela presidência em virtude da divisão feita pela Câmara Municipal. Deram-se, pois, novas nomeações, recaindo estas nos três primeiros cidadãos constantes da lista exibida.

Depois, a 14 de Maio do mesmo ano, dividira-se o Município em três Distritos - 1.º Santana, 2.º Meruoca, 3.º Marco; nos quais tiveram exercício aqueles Juizes na ordem em que se acham colocados. A sua divisão foi a seguinte: O primeiro ocupando todo o território do Sul da Freguesia, teve por limite ao Norte a linha que partia da Fazenda Bois, segue pela estrada que vai até o Olho d'água denominado do Antonico e ai direto à foz do riacho Buzillis no rio Acaraú, continuando além deste, da foz da foz do riacho Sapó pelas suas nascentes até a fazenda Porcos de Antonio Barroso Valente e daí à fazenda Mulungú, que foi do finado José Carneiro da Costa, exclusive essas duas fazendas.

Ao nascente o rio Mirim, desde o sítio Preto até o referido lugar Mulungú, e ou poente os limites anteriormente traçados para o Distrito, do Juiz de Paz da Meruoca por uma linha, ao Sul, desde a fazenda

Rodeador de José Joaquim de Araujo, seguindo pelo Massapé e Canto exclusive ume outro destes últimos sítios até a fazenda Bois.

O segundo limitando-se ao nascente com o primeiro com a linha que descrevemos, estende-se por toda a região ocidental do Município. Este Distrito perdeu a sua sede - a povoação de Meruoca -pela Lei Provincial n.º 2 814, de 22 de Janeiro de 1879 e recebeu em compensação pela mesma lei o Distrito de Paz de Tucunduba, com todo o território que se prolonga ao Norte até à margem direita do rio Tiaya, na confrontação do morro deste nome. Entretanto a linha que o deve limitar ao Nascente com o terceiro Distrito, da fazenda Bois em diante, ainda não foi traçada.

O terceiro limita-se ao Sul com o primeiro pela linha que descrevemos da fazenda Bois ao Mulungú inclusive estes dois pontos. Ao Norte com as extremas da fazenda. Ao Nascente com o rio Mirim desde o sítio Mulungú até a fazenda S. Francisco, e ao Poente com o segundo. Nesta parte como dissemos, ainda não houve discriminação de limites. Decorreram quatro anos, chegou a vez de novas nomeações dos suplentes dos Juizes Municipais para o 5.º quadriênio, que findou em 1880 e para esses lugares foram nomeados em 1875: 1.º Capitão Antonio Carneiro de Araujo, 2.º Alferes Guilherme Beserra de Araujo, 3.º Coronel Luis Henriques de Oliveira Magalhães.

O partido Liberal havia subido ao poder a 05 de Janeiro de 1878 e então as nomeações de suplentes dos Juizes Municipais do quadriênio que atualmente corre, a contar de Maio de 18 80, recaiam nos seguintes cidadãos: 1.º Coronel Vicente Sabino Maria de Costa; 2.º Major Polycarpo Francisco de Maria Sousa; 3.º Major José Thomé da Frota.

É tempo de retrocedermos, caros leitores. Volvamos ao ano d e 1870, época da realização da terceira Câmara do Município. A necessidade de concluirmos o quadro que acima exibimos, levou-nos para chegarmos a este resultado, a deixar de parte outros fatos dados no correr daquela época, cuja omissão de certo seria bem sensível.

Findo o ano de 1868, passada aquela onda tempestuosa de exaltações políticas que tantos danos causou na Freguesia, quando já decorridos dois anos, o tempo parecia influir nos ânimos dos nossos homens, serenando as paixões que lhe referviam n'alma, quando apenas

dentre pequeno número de indivíduos, dos que se diziam mais ofendidos, se ouviu o rugir do ódio, mas já um pouco amortecido, limitado a simples protesto de vinditas futuras, quando finalmente, apesar desse desaforo tudo parecia conspirar para a ordem e começava a palpitar nos corações beneméritos, o amor patriótico no interesse do bem estar do Município, uma nuvem negra se ergueu no horizonte e veio por um dique a essas intenções grandiosas.

Não tardou o Município a experimentar os efeitos calamitosos da borrasca que ao longe rugia, ameaçando acometê-lo de modo assustador. Dois grandes flagelos: Um físico e outro moral. Partindo de pontos diametralmente opostos, como por um a combinação, pareciam procurar-se para aliados se fortificarem no seu plano de destruição. Um tinha por divisa a dor e a morte, o outro a postergação da lei, a corrupção e o desapego da ordem social. Eram o prenuncio de uma calamidade ainda maior, que mais tarde sobreveio, da qual oportunamente trata remos. Descrevamos o primeiro. Na estação invernosa de 1870, uma epidemia então desconhecida no sertão, que a passos lentos parecia avançar do lado ocidental da Província, abarrancou-se nas margens do rio Acaraú-Mirim, estendendo dali um raio ao Sul, até a fazenda Morro, onde fazendo vítimas, perdurou por todo o resto do ano. Fatal no seu desenvolvimento, essa epidemia parecia , entretanto , deter o passo, medindo preguiçosamente a distância que tinha a percorrer na direção da vila. Perto desta, ela que antes avançara muito para alcançar o Município, agora caprichosa, apenas se arrastava, levando um ano para bater-lhes às portas. Parecia a guardar uma oportunidade, esperar uma quadra, um acontecimento desastroso que concorresse em auxílio do seu sistema destruidor. E de fato, quando em Julho de 1871, ela nos fez a sua primeira visita, havia se manifestado os primeiros sintomas de um rompimento político no seio do partido Conservador. A discórdia, soprada na Capital transmitira-se ao Município e esta começava a estremecer. A epidemia, pois, e a discórdia, quais dois anjos maus, conduzidos nas horas de ventos opostos, encontraram-se e remanchando, cavaram um abismo no seio da população, contra a qual cada um lançou açoite a seu modo. A princípio, branda e moderada, a primeira parecia inspirar poucos receios. Mas ah! Ela tinha a fereza do tigre. Não fez mais do que adoçar os ânimos, dando lugar à esperanças de um mal passageiro. Assim quando em 1872 os

sustos, de que se apoderaram a população, começavam a desaparecer no regaço da esperança extremista, ela feroz como o tigre, acometeu de novo e ostentando-se desapiadada, prostrou no leito da dor um sem número de vítimas. Esse cruel flagelo, que denominou-se de sezões , febre intermitente, tinha na maioria dos casos o caráter tífico e bilioso. Tão grave enfermidade, que nas quadras invernosas, desde aquele ano até 1876, aumentava de intensidade, parecendo beber a seiva nutritiva nas alagações dos campos e várzeas, imersas por longos meses nas inundações do rio Acaraú, fez nas margens deste o seu pouso, tornou-se endêmica no Município, onde ainda hoje aparecem casos, embora no rigor da estação calmosa. Os invernos demasiados e a epidemia prolongada, que nos anos de 1872 a 1874 cobriu de luto o Município, abateram a população, produziram a escassez dos gêneros alimentícios, arruinaram alguns fazendeiros, resultando daí o enfraquecimento do comercio que este vê paralisado.

Entretanto a par desses acontecimentos corria outro não menos grave na sua espécie: O estremecimento político de que falamos, tomara vulto e recrescendo, abrira tremenda luta no seio dos Conservadores e no Município ela pronunciara-se odiosa como sói acontecer entre irmãos desavindos. Dividido o partido em duas, o vigário da Freguesia tomou a direção de uma e o Major Manoel Carneiro da Costa a direção de outra. Aquela governista, chamou-se graúda e esta oposicionista, denominou-se miúda. A sua primeira luta teve lugar no fatídico mês de Agosto de 1872 na eleição de eleitores. Duas eleições depois, seguida de fatos desagradáveis, se fizeram então: a dos miúdos com o 1.º Juiz de Paz e a maioria dos eleitores na Igreja Matriz e a dos graúdos com o 2.º Juiz de Paz na casa do respectivo chefe. Prevaleceu porem, a eleição destes. Nova luta estava reservada para o mês seguinte. Aproximava-se a época de eleger-se a quarta Câmara do Município. Era o dia 07 de Setembro de 1872. Os graúdos s e haviam prevenido: Pela manhã a Igreja se enchera logo de sua gente, tendo ao lado um destacamento reforçado por uma cabraria ébria, armado de faca e cacete. Tornou-se então impossível o ingresso do Juiz de Paz, a quem competia a presidência da mesa e neste caso deu-se o inverso da primeira eleição. Os miúdos deixando os graúdos na Igreja foram fazer a sua eleição em casa do seu chefe. Foi um

trabalho perdido. Todo o processado, como o primeiro, não chegou às mãos do poder competente. Havia na Secretaria do Governo um abismo em que se lançava para dormir eternamente quanto papel podia interessar a oposição. Nesse tempo as eleições se faziam ainda sobre a pressão das baionetas e do ameaço do votante de pé no chão. Convinha o partido pequeno. O Governo nas Províncias era o centro do movimento político, arvorava nas diferentes localidades os necessários cabos, dava-lhes o pomposo título de chefe e rodeando-os de certo prestígio, fazia depender deles o vencimento dos pleitos em que mais interessava. Era por isso que a cada evolução política surgiam importâncias improvisadas sempre fatais ao interesse geral dos partidos, dando lugar à discórdia, fruto nefando desse sistema centralizador. Entretanto, como o domínio de uma situação as vezes es era duradouro, esses cabos ou esses chefes, fieis intérprete do pensamento do governo, que com ele entretinha relações por intermédio do seu lugar-tenente (uma ou outra entidade que o rodeava em Palácio, sempre pronta a fazer-lhe os seus desejos), foram se fazendo notáveis nas localidades, tornando-se no correr dos tempos, o que se dizia – influência política-.

Assim em 1872, quando se deu o rompimento do partido Conservador, o Major Manoel Carneiro da Costa, então o seu venerado chefe na localidade, cheio de prestígio pelos serviços de 38 anos, não quis cruzar os braços ante a onda tempestuosa da novidade que se levantava e reagiu contra o poder, cercado da sua numerosa família, crescido número de amigos e da maioria da população. Deram-se então aqueles pleitos de que falamos. Triunfou , pois, a fração graúda, cuja Câmara, a quarta do Município bem como os respectivos Juizes de Paz se ver na lista seguinte: 1.º Presidente -Capitão Francisco Rodrigues Lima Junior; 2.º Tenente Domingos Henriques de Araujo; 3.º Capitão José Florencio Nogueira; 4.º Tenente José Florencio Henriques de Araujo; 5.º Alferes Vicente Ferreira de Oliveira; 6.º João Zeferino de Araujo; 7.º Otaviano Rodrigues Lima. Juizes de Paz - 1.ºCapitão José Florencio Nogueira; 2.º Tenente Briolangido Bezerra de Menezes; 3.º Tenente Domingos Henrique de Araujo; 4.º Miguel Ferreira da Rocha. Seguiu-se então a reação.

Com o sistema adotado, bastavam aos chefes 40 adeptos, escolhidos ou não: 20 para eleitores, quantos davam a Paróquia e 20 para suplentes. Convinha o partido - pequeno - e quem dispunha do

eleitorado tinha o poder na mão. Não se tratava, pois, de engrandecer o partido, angariar afeições pela amenidade do trato e considerações aos serviços prestados. Ao contrário, espezinhavam os que tinham algum valimento, arrastando-se os da seita ao jugo ferrenho de um poder despótico. E os homens, à exceção de poucos, acostumados a essas coisas, não se a percebendo do seu papel, deixavam-se arrastar por esse sistema, supondo que assim era a política, que nisso estava o interesse dos partidos. Foram, pois, sem a menor contemplação, apeados dos seus cargos os comandantes da Guarda Nacional, denunciados uns e suspensos outros, demitidos os empregados da Câmara e o Agente do Correio, então o Capitão Antonio Luiz de Farias, político prestimoso e de valiosos serviços. Dividiu-se o Cartório o do Tabelião Urcesino Xavier de Castro Magalhães, sendo o projeto dessa divisão: - de que se ocupam a Assembleia seguinte depois da lei do subsídio. Auxiliou-se a questão de escravos contra os senhores quando nesse tempo, tão degradante direito não padecia contestação e tentou-se inutilizar as patentes de certos oficiais, pretextando-se motivos fúteis.

Esses fatos escandeceram os ânimos dos oprimidos. O Jornal Pedro II, tomando a defesa destes, bradou cheio de amargas queixas e à representações repetidas, sem, todavia, conseguir a menor providência. E como poderia obtê-la se o programa do partido era ser pequeno, se não lhe importava o número, moeda então sem cunho ante arreganhos de força e o disfarça das duplicatas? Bem profundas raízes lançou a discórdia no seio da família Conservadora. E a facção decaída, oprimida por todos os lados, lutando sempre, jurou vingar-se dez vezes da mão que a ferira.

Como o rato da fábula que se propondo a passar os restos dos seus dias dentro de um queijo, negara-se a subscrever uma quota para o aniquilamento do gato que devorava os seus camaradas, a fração governante no seu enlevo, sem cogitar do futuro, negando a seus irmãos um talher na mesa da comunhão, fazia à sós a festa saboreando o bolo do governo, no apertado círculo a que se limitara. Não lembrara do valor da sentença: - o mundo marcha - e um dia com espanto seu, como o rato que tanto roeu a sua casa queijo até que se viu ao lado de fora e o gato pilhou-o, ela sentiu dilatar-se lhe aos pés o círculo que a encarava,

para forçosamente dar entrada às suas vítimas, a mercês das quais, então se viram colocada. Surgira a lei n.º 2029 de 09 de Janeiro de 1881, de que já demos notícia no n.º IV deste capítulo. O eleitorado já não dependia de um só homem na localidade. A plebe inconsciente, nada mais tinha que ver com as eleições e a lei rigorosa para os seus infratores, impôs um obstáculo aos velhos hábitos da força. Sobreveio então um pleito. Ensaiaava-se a lei com a eleição de Deputados Gerais. Dois candidatos - Dr. Paulino Nogueira e Engenheiro José Pompeu - um Conservador e o outro Liberal, se apresentaram à ela. E se os leitores já aborrecidos desta fastidiosa descrição, desejam ver o seu termo em breves palavras, permitam-nos a sua conclusão com o alegórico que encetamos: - O primeiro candidato de quem os políticos novamente entrados na arena tinham justos ressentimentos, sem o apoio destes, teve a sorte do rato da nossa fábula. Se houve um erro político nesse proceder, não deixa ele, todavia, de ser justificável. Os homens de boa fé e a própria vítima, que reflitam, pesando os fatos e tendo em vista que, nem um mediano se propusera ao restabelecimento da paz.

Arrastado pela conexão de ideias no rigoroso dever de ligar os fatos entre si, de mostrar as suas relações e efeitos, o historiador como o poeta, tem o seu tanto de liberdade no modo de historiar. Em regra, partimos da antiguidade, ele no seu lento caminhar, percorrer a escala do tempo e de época em época rompendo as espessas trevas do passado, dirige-se ao presente colecionando os fatos, que por ordem cronológica apresentava a seus contemporâneos e lega-os às gerações futuras. Mas nem sempre ele pode observar esse preceito, percorrer assim essa escala. No perpassar dos tempos os fatos que surgem, tendo em diversos casos, a sua origem na existência de outros anteriormente dados, levam-no a combinações e o historiador, que se incumbe de sua demonstração, de exibir as relações existentes entre uns e outros, abre uma exceção e avançando nesse intuito, atravessa em rápido voo o espaço que medeia entre ambos, transporta-se do passado ao presente donde, pela ordem que o dirige, volta imediatamente ao seu ponto de partida. Foi, pois o que nos sucedeu com relação ao último fato que exibimos: Tratando na nossa política, das ocorrências dadas neste sentido no ano 1872, de um salto nos transportamos ao ano de 1881, deixando de permeio o longo espaço de nove anos. Cumpre-nos, portanto, voltar àquela época e fazendo ver aos leitores as razões do nosso proceder, temos a honra de

convidá-los a dar conosco essa volta, prometendo-lhes daquele ponto em diante a narração de nossos acontecimentos.

Fim da parte quarta.

QUINTA PARTE

Capítulo I

A Cidade

Dadas aquelas ocorrências no ano de 1872, continuando a facção miúda na presidência da sua oposição, à força de muito lutar foi afinal conquistando o terreno usurpado e fazendo valer os seus direitos políticos, sem descer da sua dignidade. Corria o ano de 1876. Era o Presidente da Província o Desembargador Francisco de Farias Lemos. O Município tomara fôlego. Administrador benéfico e honrado, já conhecedor da Província onde anteriormente exercera o cargo de chefe de polícia, com aplauso de todos os partidos, o Desembargador Farias Lemos não quis vestir a pele de lobo para devorar os seus correligionários. Revelou-se tal qual era caráter probo, independente e justiceiro. Tratava-se de executar a lei da Reforma eleitoral que permitia a representação das minorias pelo terço, segundo o Dec. n.º 2675 de 20 de Outubro de 1875, e enérgico, cheio de força moral, fez sentir aos mandões da aldeia que não pactuaria com os excessos políticos, demonstrando de modo claro e preciso, qual o seu pensamento na execução da lei. Havia-se terminado o exercício da quarta Câmara do Município e a sua eleição coincidia com a de Juizes de Paz e eleitores. O Presidente da Província não mandara força nem compartilhava com as bandalheiras. Fácil foi, portanto, aos partidos chegarem a um acordo, temendo cada um, empenharam-se no pleito. O seu resultado foi o seguinte: -Eleitores: 12 miúdos, 12 graúdos e 09 liberais. Câmara: 1.º Presidente-Capitão Vicente Carneiro de Araujo, miúdo; 2.º Capitão José Florencio Nogueira, graúdo; 3.º Tenente Porphirio Carneiro da Costa, miúdo; 4.º João Zeferino de Araujo, graúdo; 5.º Alferes Antonio Candido Cavalcante, miúdo; 6.º Antonio Francisco Pinto, graúdo; 7.º Manoel Benicio de Vasconcellos, liberal. Juizes de Paz: 1.º Capitão Francisco Xavier Nogueira Sobrinho, graúdo; 2.º Alferes José Ayres Carneiro de Araujo, miúdo; 3.º João Bernardino Ferreira Gomes, liberal; 4.º Capitão Francisco Rodrigues Lima Junior, graúdo.

Cessara a epidemia e a luta política amainara-se. Nesse mesmo ano, caros leitores, a vila de Santana apesar do abismo que lhe cavaram no seio aqueles dois flagelos, erguera-se graciosa entre as suas irmãs da Província, tomando o pomposo nome de cidade. A Lei Provincial n.º 1740 de 30 de Agosto de 1876, elevou-a a essa nobre categoria. Mas ah! A nuvem negra que desde 1871 pairava no seu horizonte, quando já desfazia-se em fumo, deixando transparecer os raios dourados de uma nova aurora, de repente condensou-se e tomando corpo, arrojou-lhe o seu terrível raio. Deplorável foram os efeitos dessa nova catástrofe e porque a sua narração depende de maior e especial desenvolvimento, seja-nos permitido abrir um novo capítulo.

CAPÍTULO II

A Seca

Abundantíssimo inverno havia caídos nos anos de 1872 a 1879. Chuvas torrenciais, como já tivemos ocasião de mencionar, escavando o solo do Município o inundaram por longos meses, unindo a face lisa e majestosa do rio Acaraú às ilhas, várzeas e lagoas que demoravam nas suas imediações, ora mais ora menos afastadas. Neste período apenas fora escasso o ano de 1877 e apesar disto na estação calmosa, já muito adiantado do ano seguinte, via-se aqui e ali, à raiz de algum monte, em lugares onde jamais existiam fontes, um fio d'água a borbulhar do tronco carcomido de certas árvores, cujas raízes penetrando às profundezas do solo como tubos precedentes de uma canalização interna, pareciam os condutores. Via-se ainda em diversos pontos às margens do rio, de algum riacho e lagoa, o frescor desses tempos bonançosos, ostentando-se no plantio da cana, batata se outros frutos silvestres, cuja verdura e magnificência de seiva, proporcionavam ao camponês uma certa compensação da perda de outros cereais apodrecidos na estação invernos. Esses grandes invernos foram de uma abundância aparente e de prejuízos reais. A lavoura pouco dera e conquanto os campos se cobrissem de férteis pastagens, todavia uma circunstância, de efeito contrário a essas produções vegetais, vinha sempre nulificar as vantagens, a fruir-se nas estações calmosas. Chuvas inesperadas, as vezes torrenciais e duradouras, de novo alagavam os campos e suspendendo-se por longos dias e meses, faziam apodrecer aquelas produções amadurecidas, resultando daí o enfraquecimento dos gados, uma das fontes principais de riqueza do Município. Cedo, pois, em cada um daqueles anos começavam os gados a emagrecer, dando-se por essa causa a morte destes, na nova estação, que sempre se repetia sob o aspecto borrascoso de chuvas diluviais. A salubridade pública, como já vimos, padecia graves alterações. Assim, homens, cultura e criações em luta com os elementos, cada um a seu modo, sofreram os terríveis efeitos da anomalia desses tempos. A Natureza parecia desviar-se da linha que lhe fora traçada e fora dos seus eixos, conspirava contra a existência de tudo, Esse estado de coisas, caros leitores, era como em

outra parte vos dissemos, o prenuncio de uma calamidade ainda maior, de que a gora na forma prometida, trataremos.

Surgira o Ano de 1877

O sol ardente da estação anterior, no dardejar dos seus raios abrasadores, havia esgotado as fontes – aparecidas - dessecando o sol o, abrindo-lhe profundas rachas. As árvores despidas das folhagens que lhes recurvavam os ramos, perdendo uma parte dos órgãos respiratórios, adelgaçavam-se erguendo à maior altura os seus galhos nus e revezados, e os ventos que sopravam rijos, varrendo os campos, descobriram-lhe a face es calvada e ressequida. Tal era o aspecto do território do Município ao surgir do novo ano. O mês de Janeiro terminara-se sem modificações alguma daquele estado rigoroso e o sol, despedindo seus raios através de um a atmosfera limpa e rarefeita, abrasava a terra. Entretanto no mês de Fevereiro, densas nuvens que percorriam o espaço, rolando volumosas, ora de cor chumbado, ora de brancura da neve, afagavam a esperança de um inverno tardio e enquanto umas, ligeiras desapareciam no horizonte, como que fugindo à sua contemplação, outras morosas na sua passagem, revivendo aquela ideia, desfaziam-se as vezes, em pequenas chuvas, produzindo aqui e ali uma vegetação acanhada e de pouca duração. Os campos continuavam esterilizados. Os gados começavam a cair e os criadores ainda persistentes no pensamento de futuras chuvas, para sustentá-los, recorreram a rama de uma rizeira, do juazeiro e ao palmito do cardeiro e carnaúba. Assim passaram-se os três primeiros meses. Surgira o mês de Abril e com ele o desengano da esperança alimentada. Foi então que os criadores acabrunhados, tristes e pesarosos, reunindo os seus gados, fizeram retiradas. A seca pronunciara-se terrível, e medonha entrara a estação calmosa. Nem uma colheita se fizera no sertão e o povo, destituído de meios para subsistir, recorrera a alimentação que a princípio destinara-se aos gados. Ele gemia de fome e o Presidente da Província em vista de reclamações repetidas, já um pouco tarde, enviou socorro que, embora minguido, deram esperanças de vida. A estação avançava e as necessidades recresciam porque os povos atraídos pela

notícia da remessa dos gêneros, afluindo de toda parte do Município, começavam aglomerar-se na cidade. No fim do ano, já enorme massa de povo pedia pão. A remessa dos gêneros se havia duplicado, triplicado, e porque, todavia, o que cada um toca em ração era diminuto, insignificante. A população faminta entregava-se à comida de batatas bravias e ao uso da massa da carnaúba e pau de mocó, resultando daí



Francisco Xavier Nogueira

padecimentos cruéis, que o lançavam no leito da prostração. Era nesse tempo comissário, o vigário da Freguesia, Francisco Xavier Nogueira, que teve a benevolência de distribuir os gêneros em sua própria casa, onde os recolhia. Sobreveio o ano de 1878. Em Fevereiro e Março algumas chuvas haviam caído, porém tão distanciadas umas das outras, em tão pequena quantidade e, além disto, tão esparsas, ora derramando aqui, ora ali, ora acolá, sempre finas e rara vezes,

repetindo-se sobre os lugares já umedecidos, que não prestaram o menor auxílio à cultura, apesar de ensaiada com as sementes que o governo remetera. Entretanto aos efeitos dessa quadra climatérica, embora com uma modificação bem notável, tanto neste como no ano anterior, escapara ao lado da serra da Meruoca pertencente ao Município, nicho de frescura, como que destinado pela Providência, esse pão de ouro que majestosamente se ergue às alturas, atraindo as emanções vaporosas que se derramavam no espaço, cobria-se nas manhãs de um lençol nevoso no que ao desfazer-se, ensopava-lhe o seio de tenuíssimas gotas e as vezes, os nevoeiros densos que ali passavam, tangidos por ventos de regiões opostas, como que deitadas pela atração do solo, aglomerando-se, modificavam o curso e condensando-se, despendiam chuvas. Fértil pois, a serra da Meruoca por uma exceção, ostentava-se verdejante naquele tempo e conquanto escassa de outros cereais, abundava em farinha de mandioca, a cuja compra concorriam os habitantes deste e dos Municípios vizinhos. E seria um seleiro inesgotável se os gados ali soltos e os - comunistas - que aumentavam de número, não lhe sugassem a seiva. No sertão porem, nem uma espécie de cereal produziu, entretanto nos lugares mais baixos brotou o capim milho e por toda parte, campos e várzeas verdejavam as beldroegas, cuja natureza aquosa lhe davam duração pela frescura que encerrava nos

seus vasos. Algumas reses haviam escapado do Município à diversos donos, após um tratamento de imenso labor. Outras depois foram reconduzidas do lugar das retiradas, onde a maior parte encontrou a morte na falta de pastagem, nos atoleiros das praias, nas mãos dos necessitados, que então por toda parte proclamavam o - comunismo. A milhã, pois, e as beldroegas, ervanços frágeis à primeira vista, eram, todavia, pastagens de muito efeito nutritivo, admiráveis. Os gados, cabras e ovelhas engordaram com excesso, produziram por duplicata e davam imenso leite ainda mesmo no fim do ano. Entretanto, como dessa abundância só poucos podiam participar, a fome em nada diminuía. Ela recrescia com o seu terrível cortejo de misérias. A 05 de Janeiro desse ano, o partido Liberal havia subido ao poder. O Conselheiro Sinimbu, Presidente do Conselho de Ministros, havia se demorado em apeiar do Governo os Conservadores da Província. Em Março porem, fora nomeado o 1.º Vice-Presidente desta, o Dr. Accioly, que então se achava na direção do partido Liberal e de posse do cargo, imediatamente, reformou as comissões, chamando para esse serviço auxiliares de sua confiança. E a 27 deste mesmo mês, a nova Comissão de Socorros, constituindo-se em sessão, elegeu para seu presidente, o Delegado de Polícia, Coronel Vicente Sabino Maria da Costa, alugou uma casa com suficiente comodidade para o recolhimento e distribuições dos gêneros. Abriu e rubricou um livro em que diariamente se lançava a distribuição feita e outro em que semanalmente, em sessão, se lavrava uma ata circunstanciada dos gêneros recebidos, seu peso e qualidade, mencionando-se a quantidade distribuída e o número de pessoas socorridas, aliás, constantes de uma lista especial. Os gêneros constituíam em farinha, carne do sul, bacalhau, milho, feijão e arroz. Eram conduzidos por carro, puxados por homens desde o porto do Acaraú, a 14 léguas desta cidade. A par dessa calamidade corria a epidemia. A febre amarela e outra perniciosas, câmara de sangue, diarreias e ulcerações cancerosas, desenvolveram-se na localidade, fazendo inúmeras vítimas. Esse terrível flagelo apesar de começar brando em Setembro de 1877, aumentou de intensidade no ano seguinte, quando um outro mal, de efeitos não menos cruéis, veio engrossar-lhes as fileiras: Pronunciara-se então o beribéri. Era desolador o quadro que

se ostentava aos olhos da humanidade. A população quase nua, suja e desgrenhada, de olhos encovados e rostos macilentos, parte ardendo em febre, parte horivelmente disforme pela inchação que padecia. As mães com seus filhos ao colo, desfigurados pela magreza, outros já moribundos. Os homens – cabras e caboclos - outrora musculosos, agora à exceção dos que reservavam-se ao serviço de bois, definhados, aspecto hediondo e ameaçador, mas incapazes de qualquer tentativa de valentia; uns e outros, todos sob o aguilhão da fome, da dor e do frio, expostos ao relento deitando-se nas moutas às margens do rio, onde pernoitavam diariamente, amontoavam-se nas praças da cidade, à sombra das árvores e das ruas, ávidos por receberem em cada dia a ração que lhes era destinada. Fizera-se então um pequeno hospital e o Governo enviara roupa e ambulância, mas apesar das providências dadas, a epidemia grassava e a morte colhia no seu regaço o número de cinco a oito vítimas por dia.

Nesse tempo a Câmara dos Deputados tinha sido dissolvida, antes da sua reunião. Era Presidente do Ceará o Dr. José Julio de Albuquerque Barros, à cuja mão benéfica, deve em parte o Município a sua vida. Havia-se aumentado a remessa dos gêneros. Em Julho a casa da Comissão estava repleta de cereais. Entrara o mês de Agosto. A eleição de eleitores para Deputados Gerais estava marcada para o dia 05. A cidade regurgitava de povo, cujo número se aumentava, as vezes com as imensas e repetidas caravanas de retirantes que, de passagem, nela se demoravam muitos dias e meses, não podendo continuar a sua jornada, com destino ao Acaraú. Chegara o dia da eleição e os Conservadores que tinham a maioria dos eleitores e o Juiz de Paz, apresentaram-se para a organização da Mesa. Mas o semblante carregado dos senhores da situação, a cara feia dos votantes, cujas vestes sujas e esfarrapadas lhes davam um aspecto medonho, e o destacamento, que amanhecera aquartelado ao fundo da Matriz, inspiraram sérios receios, e neste caso, o Juiz de Paz, fazendo observar aos seus amigos a inconveniência do pleito, abandonou a sua cadeira, seguindo-se a debandada da oposição. Fora negado o terço. Procedeu-se, pois, nesse dia a referida eleição e das atas respectivas consta terem nela votado 567 cidadãos qualificados.

A seca continuava, entretanto porque os gêneros do Governo abasteciam a cidade, os povos começavam nessa época a tomar alento. A epidemia modificara-se um pouco; a migração cessara, e a esperança

parecia renascer no ânimo da população. Então os comissários empreenderam alguns serviços e o povo entregue ao trabalho, bem depressa viu que a inação que lhe enervava os membros, concorrera em parte para o seu estado mórbido. Assim adotando o trabalho, dividira-se a população em turmas, dando-se a cada uma um diretor com a faculdade de nomear agentes, que o auxiliassem na sua administração. Tratou-se, pois, em primeiro lugar, do fabrico da cal, do tijolo, da condução da pedra, de madeira, do barro e areia, sendo empregado nestes dois últimos serviços, as mulheres, à frente das quais se achava como diretor o cidadão Alexandre José de Menezes, à sombra de cuja probidade e criteriosos princípios, descansou a honra das famílias, suas tuteladas. A par desses trabalhos, já no fim do ano, corria o de roçados com o auxílio da Comissão. A diversas turmas de homens foram designados certos terrenos para esse fim, coadjuvados outros nos lugares das suas residências para onde foram reenviados. As obras compreendidas foram: A cadeia; a Casa da Câmara; um espaçoso quarto no mercado público; uma ponte de notável solidez unindo os dois bairros da cidade; a reconstrução, em parte da Igreja de S. João; de um lado da Matriz e da muralha da Casa de Caridade; grandes aterros nas escavações e baixas das ruas e no recinto da feira; bem como, no novo cemitério, única obra que apesar de muito adiantada, não se pode concluir. Surgira o ano de 1879. O horizonte mostrara-se risonho nos lábios rosados da sua primeira aurora. Os ventos modificaram a sua corrente, as nuvens giravam vagarosamente e algumas chuvas borrifaram a terra, no mês de Janeiro. O tempo parecia predisposto para a estação invernos. Outras chuvas depois, embora um pouco tardias, repetiram-se refrescando os mesmos lugares e em Fevereiro um manto de verdura cobria a face do solo, deixando ver, todavia, aqui e ali, terrenos escalvados, sem a menor vegetação. Esperava-se a decida do rio Acaraú. Os fenômenos atmosféricos, observados no alto sertão, davam esperanças de em breve vê-lo correr. Era numa manhã do mês de Março, cedo ainda, a população parecia agitada dirigindo-se em grupos para o lado do rio e não tardou a rezer a notícia de aproximar-se da cidade a sua corrente. Um quadro então aprazível à vista, mas contristador no fundo se ostentou ali. Homens, mulheres e crianças, o povo em massa,

se havia aglomerado às margens do rio, estendendo-se por um e outro lado em linhas paralelas, ansiosos todos de presenciar o grandioso espetáculo da natureza. O sol se havia levantado, refulgia um pouco acima da linha horizontal. Os seus raios prateados difundiam-se no espaço e embebendo-se nas frondosas copas da umarizeira, ingazeira e outras árvores que orlavam a margem direita do rio, faziam projetar no leito deste, aqui e ali, de distância em distância, uma sombra espessa que atingia a margem oposta. A cabeça d'água num rolo fremente de espumas, branquejou ao longe. À sua frente uma multidão de meninos, expelindo gritos de alegria, corria praticando perigosas travessuras. E ela na sua manhã recebendo a sombra e a luz que listravam-na de variegadas cores, ora contraindo-se como para formar um bojo, ora arremessando-se para precipitar-se além, ao deslizar-se no seu macio leito de areias caracoladas por longas voltas, assemelhava-se a uma serpente monstro de linda pele que, rajando-se espumante, parecia raivosa querer tragar os imprudentes que lhe corriam adiante. Dentro em pouco avolumaram as águas e bem depressa enchendo os poços e aplainando os montes de areia, passaram rápidas circulando a cidade num gemido de recordações saudosas. O rio descera e fora visitar o Atlântico que o atraía às suas profundezas. Apesar, porém, de tudo isso, a estação invernosa foi precária. Quando mais necessária se fazia, sumira-se e a lavoura e murchecera. A sua lisonjeira perspectiva havia influído no ânimo da Presidência para encurtar a remessa dos gêneros. Houve, portanto, uma escassez nesse tempo, mas em compensação, o rio que logo baixara, cortando a sua corrente, dera lugar a múltiplas vazantes que, florindo cedo cobriram-se de substanciosos frutos. Além disto, ao entrar da estação calmosa, quando parte da população que se tinham retirado aos seus lares desenganada dos recursos da cultura, voltava de novo à cidade. Deus, como no sertão ao tempo de Moyses, deitando-lhe um olhar compassivo, fizera-lhe cair o seu - maná- na emigração das rolas e outras aves; no aparecimento dos mocós e preás, que surgiram por toda a parte, em bandos prodigiosos. O peixe estremeceu nos diferentes poços. O mel de abelha era abundante em certos sítios e os gados vacum e lanígeros gordos a preceitos, fartos de pastagens, davam imenso leite. A caça, pois, o peixe, o mel e o leite constituíram um ramo de comércio de que o povo lançou mão, eram então a moeda corrente pela qual ele obtinha, ora por venda, ora por

troca, os gêneros - farinha e arroz - indispensáveis à sua regular alimentação.

Por esse tempo a população desvalida, que se aglomerava na cidade a mercê da Comissão, além das caravanas de retirantes que nelas e demoravam por algum tempo, oscilava entre quatro mil e tantas a cinco mil pessoas, e como dissemos, minguido a remessa dos gêneros, ela que não recebia a necessária quantidade de farinha para o seu consumo, não podendo afinal continuar aquele seu comércio, porque os particulares, receosos dos tempos, poupavam a sua dispensa, não tardou a cair em penoso sofrimento pelo uso de comidas em massa. As câmaras de sangue, diarreias e o estado de inchação, de que já falamos, desenvolveram-se de novo, atacando a muitos com furor. A farinha havia subido de preço. Uma quarta, que em 1876 comprava-se por duas patacas, no ano seguinte de Agosto por diante, custava 3\$000. O seu preço continuou a subir. Em 1878 variou de 05 a 10 mil reis, e no em que estamos - de 1879- comprava-se um litro por 500 reis. O arroz também subira de preço, era escasso e o povo dava-se mal com a sua alimentação. Reclamou-se então ao governo e desde que este aumentou o pão em remessas crescidas de farinha de milho e mandioca, a epidemia foi cedendo, de sorte que, no final do ano o povo se havia restabelecido, concorrendo para a custa desse último flagelo, entre outras aplicações, o uso do leite de gado tomado por um certo tempo.

Passemos agora, caros leitores, ao ano de 1880: A manhã do dia primeiro de Janeiro surgia esplêndida, envolta no seu manto de lindo púrpura e o sol que se erguia como que pairando no horizonte para suspender-se, banhando-a de luz, franjara-lhe a vívida roupagem com os seus raios dourados. O dia vinha rompendo e as vestes purpurinas da aurora começavam a desmaiar-se, deixando ver sobre a linha horizontal uma faixa escura que se estendia de Sul a Norte. Depois a face lisa dessa faixa fora esguiando-se de proveniências que se erguiam em majestosos torrões e enquanto uns desprendendo-se da base, tombavam no espaço rachando-se e dividindo-se em partículas escamosas que recamavam o céu, outros não podendo sustentar-se firmes, recusavam as sumidades e ligando-se entre si, formavam arcados que se enfileiravam numa vasta galeria por um e outro lado de suas soberbas colunas que, sobressaindo

no centro, sustentavam nas alturas uma nuvem densa de forro escarlata, orlada de frisos dourados. O quadro que esboçamos, exibia a perspectiva de um berço, do centro do qual, dentre aquelas colunas, debaixo daquele docel, a manhã, no sol que despontava, parecia levantar-se formosa como uma fada, risonha como a virgem nos seus sonhos perfumados de inocência. A terra despira-se do seu manto e banhando-se num lago de luz, exalava suaves perfumes que embalsamavam o ambiente, e o canto dos pássaros e o frescor da brisa a ciciar por entre as graciosas palmas do carnaubeiral, fora o hino de saudação que a natureza entoou à dileta filha do novo ano.

Tão maravilhoso espetáculo parecia de bom presságio. Por tal o povo tomara-o e de fato o inverno cedo e a estação foram regular. O rio desceu com bastante água e a cultura, embora em pequena escala, prometia viçosos frutos. O povo estava sadio e protegido ainda pela Comissão, trabalhava nas obras públicas, e o fizer a até o dia 31 de Maio, quando suspenderam-se os socorros, dando-se a seca por finda. Era o tempo da colheita. Começou então o povo a retirar-se da cidade, parte buscando trabalho na Estrada de Ferro de Sobral e parte às suas ocupações no próprio lar. A Providência havia-lhe preparado um celeiro: Os campos cobriam-se de preás e rolas, e uma nuvem prodigiosa destas que baixara nas matas do Chora, servira-lhe por muitos dias um substancioso manjar de ovos, em tanta abundância que se apanhavam em cargas. A população, pois, entregara-se por algum tempo a esse meio de vida. Tomada de apreensões, ainda vacilante e como que descrente dos recursos da terra entendia poder viver da caça, e dia e noite vagava nos campos. Mas Deus que não consente no abuso da sua graça e tendo meios de reagir para conduzir a humanidade a seus fins, fez surgir nesses mesmos campos uma multidão de cobras, entre as quais a cascavel, medonha pelo seu veneno mortífero, parecia o instrumento de reação. O perigo era iminente e o povo aterrorizado, recuando diante dele, começou a estabelecer-se e não tardou a reentrar na ordem regular da sua existência. Então às margens do rio, riachos e outros lugares frescos, desapareceram sob a verdura vicejante da cana, da macaxeira, e diversas batatas, derramando abundância no seio da população. A natureza nesse tempo, caros leitores, abriu sorrindo o cofre dos seus tesouros e espantando as tétricas sombras do passado, raiou pródiga no horizonte do Município. A seca terminara e a salvação dos

povos durante os três anos do seu açoute, custou ao governo a quantia de 150.000\$000.

CAPÍTULO III

Últimas eleições

Corria mês de Julho de 1880. No dia primeiro começou a eleição da sexta Câmara e Juizes de Paz do Município. O partido Conservador continuava dividido e não havia acordo entre os chefes das duas facções. Os Liberais não querendo considerar mais a um do que a outro, deixaram de dar o terço prometido. Semelhante estado de cousas não devia continuar e o Coronel Manoel Carneiro da Costa desejando-lhe termo, expediu carta a todos os Conservadores restantes da localidade, convidando-os para no dia 12 do mesmo mês elegerem um grêmio, sob cuja direção corressem os negócios políticos. Assim procedendo, o venerado chefe teve em vista a reconciliação do partido, e apoiado nessa ideia pela facção que dirigia, não duvidou quebrar os protestos de vingança anteriormente feitos ante a violência dos seus correligionários, na situação passada. Em sua casa, pois, nesta cidade, no dia aprazado reuniu-se cresci do n úmero de políticos militantes. A facção graúda foi representada pelo Tenente João Pedro de Oliveira, um dos seus prestimosos membros, no impedimento do respectivo chefe que deixou de comparecer alegando por escrito, incômodos de saúde. Elegeu-se então o grêmio Conservador e criados os estatutos para a sua direção, lavrou-se de tudo uma ata circunstanciada que todos assinaram. Ficou ele assim composto: 1.º Cel. Manoel Carneiro da Costa, Presidente; 2.º Cap. Antonio Carneiro de Araujo, Vice-Presidente; 3.º Tenente Luis José de Farias Junior; 4.º Urcesino Xavier de Castro Magalhães, 1.º Secretário; 5.º Tenente João Pedro de Oliveira, 2.º Secretário; 6.º Capitão José Bernardino Ferreira Gomes; 7.º Tenente-coronel Joaquim Carneiro de Araujo Costa; 8.º Cap. João Henriques de Araujo; 9.º Tenente José Joaquim da Rocha Ponte.

Predominou aos trabalhos a ideia de contemporização e neste sentido fora eleito membro do grêmio, apesar do seu não comparecimento, o chefe da facção graúda, mas convidado para tomar assento, tendo ele declarado oficialmente não convir com o pensamento da reunião e que não aceitava o seu lugar, foi então substituído e na forma dos estatutos, confeccionada a lista supra. Assim continuado o

grêmio o seu primeiro passo foi ordenar que se tratasse da nulidade da eleição, sendo para isso nomeada uma comissão composta dos cidadãos: Urcesino Xavier, João P. de Oliveira e Alferes Antonio Fanico Alberto de Araujo, os quais aceitando a incumbência, recorreram da eleição e conseguiram a desejada nulidade.

O partido Conservador tomou então uma atitude mais respeitosa, O governo havia marcado o dia 21 de Novembro seguinte para a nova eleição e com felicidade tirou o terço inclusive um Juiz de Paz. O resultado dessa eleição foi o seguinte: Vereadores - 1.º Tenente-coronel José Ignacio Vasconcellos de Maria, Presidente; 2.º Tenente Ignacio Ribeiro Pessoa, Vice-Presidente; 3.º José Paulo da Costa; 4.º José Ferreira do Nascimento de Maria; 5.º Aureliano Sabino de Andrade; 6.º João Pedro de Araujo; 7.º Francisco das Chagas de Maria; 8.º Tenente-coronel Joaquim Carneiro de Araujo Costa; 9.º Francisco Philomeno Ferreira Gomes. Juizes de Paz - 1.º Manoel Carneiro de Messias de Maria; 2.º José Ferreira de Vasconcellos; 3.º Capitão Antonio Sabino da Costa.

Nesse mesmo ano a 12 de Dezembro teve lugar a eleição de eleitores especiais para Senadores, na qual os Conservadores tiveram ainda o terço. Era o ano de 1881. Sobreveio o Dec. n.º 8213, de 13 de Agosto, dando regulamento a lei n.º 3029 de 09 de Janeiro, que reformou a legislação eleitoral. Nesse ano houveram as seguintes eleições: No dia 31 de Outubro, a de Deputados Gerais, da qual já demos notícia e no dia 04 de Novembro, a de Deputados Provinciais, ambas pelo novo sistema. O Município havia apresentado o seu candidato e jubiloso vira-o triunfar no primeiro escrutínio. Esse candidato foi o Dr. José Mendes Pereira de Vasconcellos, santanense prestimoso, cuja dedicação pelo torrão natal, entre outras provas inequívocas, manifesta-se na lei que dotou o Município com 20 Contos de Reis, para a construção de um açude no Acaraú-Mirim; na que decretou 06 Contos para a prolongação do fio elétrico da estação de Massapê a essa cidade; na que criou uma cadeira de ensino primário na povoação daquele nome; mas que criaram nessa e na povoação de Pitombeiras, distritos policiais. O ilustre representante é Liberal e continua ainda no seu mandato. Nessas duas eleições o processo correu regularmente: A nova lei fora respeitada e executada fielmente. O novo sistema tinha sido inaugurado sob os

melhores auspícios, mas o partido Conservador que não pode conciliar-se, não soube aproveitar-se das suas forças. A briga dos chefes na Capital havia lançado a desordem por toda parte e a disciplina desaparecera nos arraiais Conservadores.

Na eleição Provincial como na Geral, forçoso fora recorrer-se a segundo escrutínio e tendo desistido da sua candidatura o Tabelião Urcesino Xavier, o pleito versava sobre três candidatos, todos de Sobral: Major João Mendes de Rocha, Conservador; Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Liberal Paulo; Vigário Vicente Jorge de Souza, Libera Accyoli. Nessa luta renhida e caprichosa os graúdos abandonaram o candidato Conservador - uns não comparecendo e outros votando de acordo com o seu chefe, no - candidato Accyoli. Fizeram os graúdos nessa eleição o que os miúdos haviam feito na de Deputados Gerais. Seguiu-se a eleição da Câmara e Juizes de Paz, a sétima do Município e primeira pelo novo sistema. Teve ela lugar no dia primeiro de Julho de 1882. Os miúdos elegeram dois vereadores no 1.º e 2.º escrutínios, mas sendo anulado em parte o 1.º, no que perderam um vereador, no 3.º conseguiram apenas a suplência, porque os graúdos, ligados aos Liberais Accyoli, auxiliaram a candidatura de um membro destes. Eis o resultado do pleito: Vereadores - 1.º Tenente-coronel Joaquim Guilhermino Maria da Costa Cysne, Presidente; 2.º Major Manoel Lucio Carneiro da Frota; 3.º Diogo de Sousa Brandão - Accyoli; 4.º Francisco Carneiro de Araujo Costa; 5.º José Pedro Soares; 6.º Capitão Francisco Ferreira da Ponte Silva; 7.º Antonio Telles de Menezes; 8.º Manoel Benicio de Maria Vasconcellos; 9.º Francisco Alves dos Santos. Juizes de Paz - 1.º Distrito - 1.º Tenente-coronel José Ignacio Vasconcellos de Maria; 2.º Major José Paulino da Costa; 3.º Francisco Philomeno Ferreira Gomes; 4.º Major Aureliano Sabino de Andrade. 2.º Distrito - 1.º Anastacio da Silva Barros; 2.º José Lopes de Maria Aguiar; 3.º Antonio Soares Carneiro; 4.º Silvestre da Cunha Freire. 3.º Distrito - 1.º José Ferreira Rios; 2.º Ricardo de Souza Neves; 3.º Joaquim Pereira de Vasconcellos; 4.º Antonio Ferreira de Souza. Entre as Comarcas da Imperatriz a Leste, de Sobral ao Sul, da Granja a Oeste, sobre um terreno de 18 léguas desde a barra do Riacho Caioca até a costa, estende-se de Sul a Norte, a Comarca outrora do Acaracú, depois Acaraú, hoje denominada de Santana pela Lei Provincial n.º 1980 de 09 de Agosto de 1882. Por uma disposição anterior, contida na lei n.º 1814 de 22 de

Janeiro de 1879, o rio Acaracú passou a chamar-se Acaraú, perdendo assim pela traça de uma letra da sua desinência, a denominação de rio das Garças que em linguagem própria lhe deram os índios Areriús, seus primitivos habitantes.

Essa Comarca compõe-se de dois Termos reunidos Santana e Acaraú e a lei citada de 1882, que estabeleceu no primeiro a sua sede, elevou à vila - do segundo - a categoria de cidade. O seu território segundo os limites que os circunscrevem, apresenta a configuração de um sino: Estendendo-se de sul a norte sobre uma largura variável de 12 a 14 léguas, alarga-se da povoação do Marco por diante, no Termo do Acaraú que em seu comprimento prolonga-se de Leste a Oeste sobre um terreno de cerca de 20 léguas. Incorporado à Freguesia de Sobral desde 1757 até 1838 quando por lei dessa data passou à Freguesia unida a da Barra do Acaraú, esse território foi afinal em 1848, dividido em duas Freguesias, atualmente existentes. Depois de 1849 elevada à vila a povoação do Barra, passou ele a constituir um só Município, um só Termo, reunido ao de Sobral, a cuja jurisdição continua a pertencer. Mas elevada a povoação de Santana à categoria de vila em 1862, dividido os dois atuais Municípios, passou então à dignidade de Comarca pela Lei Provincial n.º 1115 de 27 de Outubro de 1864, ficando assim, independente daquela jurisdição. Os seus Termos dividem-se atualmente pela linha que parte da fazenda S. Francisco, no rio Mirim e vai até a margem direita do rio Tiaia, confronte ao monte do mesmo nome, passando pela fazenda Santa Rosa, Distrito de S. Manoel do Marco na extrema Norte e fazendas Salinas, lagoa do Retiro e Lagoa Comprida. Lei n.º 1963 de 15 de Setembro de 1881. Demonstrada a situação de Comarca, conhecida a divisão dos seus Termos, passemos ao objeto da nossa incumbência: O Município de Santana, cuja Freguesia ocupa o mesmo território, limita-se com o de Imperatriz pelas águas do rio Aracaty Mirim, desde a fazenda Preto ao Sul, à fazenda S. Francisco ao Norte. Com o da Granja desde a margem direita do rio Tiaia, confronte ao morro do mesmo nome, por uma linha que segue na direção do Sul, tocando nos lugares Pitombeiras de João Climaco, Arisco, na Linha Férrea, Salão e Acauã, ao pé da serra da Meruoca, na foz do rio Coreau. Como de Sobral pela linha que parte da fazenda

Preto, passa sobre o rio Caioca desde a sua nascente onde faz confluência com o rio Acaraú, lei n.º 139 de 10 de Setembro de 1838 e outra que a confirmam; e daí, respeitando a extrema Norte da povoação dos Remédios, segue ao Boqueirão da Cancela, continuando pela raiz da serra da Meruoca até o sítio Acauã- lei citada n.º1963 de 15 de Setembro de 1881. O seu território geralmente desigual, em parte erichado de outeiros, serrotes pedregosos e algumas serras de pequena extensão; em partes cobertos de matas cerradas e abertos em diversos campos e várzeas de férteis pastagens, é produtivo de toda sorte de cultura e especial para criação de gados.

O rio Acaraú, que nele recebe o riacho da Rola, engrossado pelo Cacimbas, o Passagem, que se era denominado Acaraú-Mirim, se formando por inúmeros outros, que nascem da Meruoca e suas adjacências, os riachos São Francisco, Pacheco e Busilles; divide-o ao meio por um curso de dez léguas. As suas serras principais são: Mucuripe e Tucunduba por sua vertentes, frescura e madeira para marcenaria e construção, tais como o cedro, pau d'arco, rabugem, etc., que tão bem se encontram em diferentes partes do sertão. As serras do Madeira e do Chora², aquele notável por sua extensão e esta pela fertilidade dos olhos d'água, e pela cordilheira que, projetando-se dele, desce ao Norte e termina na praia, no lugar - Cauaçu - Fazenda do Tenente Pedro Luiz de Oliveira. O do Dois Irmãos pela frescura das suas matas. O do Sapó pela sua saliência na referida cordilheira. O Gadelhudo pela sua forma de pão de açúcar e majestade da sua altura; e o dos Picos o mais elevado de todos. Cumpre-nos aqui fazer notar que da serra do Madeira ao poente da cidade, outra cordilheira projeta-se ao norte, em linha paralela a do serrote da Rola, pondo-se em comunicação com a serra do Mucuripe e serrote Gadelhudo, e entre essas duas cordilheiras, que se levantam como muralhas de um lado e do outro, que passa o rio Acaraú da maneira por que acima descrevemos. O terreno, pois, que se estende entre essas duas maravilhas, formando uma vasta planície, ora baixa e alagada na estação chuvosa, abrindo-se aqui e ali em várzeas cobertas de carnaubeiras; ora um pouco elevada e, de distância em distância, erichada de pequenos montes despidos de mata,

² Serra do Chora, hoje localizada em Morrinhos, distante aproximadamente 21 km a Nordeste da cidade de Santana do Acaraú.

mas produtivos de férteis pastagens, constitui o que no Município chamamos - Vale do Acaraú. O rio como dissemos, corre no centro. Diversas lagoas deitam nele e dele recebem água e grande quantidade de peixes. Destas as mais notáveis são as seguintes: Lagoa do Meio, Tapera, Bahia, a do Cassaco na cidade, do João Pires e Lopes, nas suas imediações. Existem outras mais afastadas, porém não menos importantes, tais são a do Acaraú-Mirim, no vale do riacho deste nome, que demora entre as serras do Madeira e uma ramificação da cordilheira que dela se destaca na extremidade Norte, numa planície vasta e profunda onde se trata da construção de um açude. A dos Patos, Tambuatá e Curimataú, a do Retiro e lagoa comprida no extremo norte da Freguesia. Parte das bacias secam em Novembro, outra em Dezembro, quando se fazem grandes pescarias, entretanto que algumas delas conservam suas águas de uma e outra estação. O rio que regularmente corta a sua corrente no mês de Agosto, deixa no seu leito diversos poços, todos bastantes piscosos, entre os quais sobressaem o de Goiana, Vedóia, Capivara, de Santana e Arara. Os peixes que se encontram nessas bacias em prodigiosa quantidade são: Curimatã, piau, cangati, salema, traíra, carapeba, piranha, jundiá, camurim, pema, boca mole, cará, cari, camarão e piabas. Há no Município diversas espécies de abelhas que produzem mel, tais como: Jandaíra, moça branca, cuieira, tubiba, tataíra, canudo; outra menos férteis em suas produções como: cabuçu, ouruçu, inchu, arapuá e sanharão.

Férteis são a produção do seu solo na parte mineralógica, nota-se uma prodigiosa mina de antimônio no sítio Arraial, célebre na nossa história pela questão que já desenvolvemos; diversas de pedra calcária-branco e pardo, e um salitre bem notável no serrote da Rola. Entre as plantas, muitas medicinais como a quina, ipecacuanha, cardo santo, cebola brava, língua de vaca, contra-erva, manjerioba, cabacinha, pinhão, angico e jucá. Diversas de tinturas, marcenaria e de construção, tais como: anil, urucu, açafraão, ameixeira, ceronha, aroeira, violeta, pau-d'arco, cedro, rabugem, gonçalo-alves, angico, pau-branco, imburana-de-cheiro, jurema-branca e carnaúba. Algumas resinosas como jatobá e maniçoba. As suas maiores e frondosas árvores são a oiticica, canafístula, umarizeira, juazeiro, que ocupam as margens e lugares

frescos nas imediações dos rios e riachos e bem assim o angico, aroeira e pau-d'arco, disseminados por toda parte. Entre as frutíferas nota-se o cajueiro plantado em quinta das quais a mais notável se vê no sítio Chora de João Pereira Dutra, onde anualmente se apanha cerca de 60 alqueires de castanhas. Quanto aos animais, se encontram de todas as espécies da Província. Os mais notáveis são: Veado guarapus e capoeira, caititu e queixada, paca, cotia, mocó e preá, tamanduá bandeira e mirim, preguiça, quati, furões, maracajá- açu e mirim, gato vermelho, onça suçuarana e pintada sendo esta a mais feroz, guariba, macacos e saguis, tatu-bola e peba verdadeiro.

Nas lagoas, as aves seguintes: pato, marreca, asa-branca e cabocla, paturis de diversas qualidades, pecapara e patarronas em prodigiosa quantidade, carão, garças, jaçanã-vermelha e anilada, sericoras e gaviões em abundância. Nas matas campos e várzeas a ema e a seriema, esta menor, quase do tamanho de uma perua. Jacus pema e açu, perdizes, zabelê e nambu, espécie de capote das quais a primeira é maior, quase do tamanho da ave a que se assemelha, e a ultima de duas qualidades- uma roxa- que habita nas serras e terrenos arenosos, a outra cor de folha seca, pintada de preto por toda parte. A zabelê, assim chamada pelo que se ouve do seu canto, é de todas a sperdizes a mais bravía. Os caçadores a encontram na mata, porém a sua caça dá-se pelo inverno, quando começam a cantar, especialmente de espera, atraída à um ponto pela imitação do seu canto. Nos mesmos lugares se encontram em abundância, rolas de 08 qualidades, da maior para a menor na escala seguinte: a asa branca, a galega ou cabocla, de cinzento mais escuro e conformação menos esbelta; a juriti, a de bando, a cascavel, (rola propriamente dita), a cinzenta anilado de peito branco com um traço preto desde os encontros até a extremidade das asas, a sangue de boi, de asas esmaltadas como borboleta, e uma semelhante a cascavel, porém mais escura, a menor de todas, quase sem cauda que vive em bandos entre os ervanços, onde fabrica o seu ninho. As trepadeiras seguintes: papagaio verdadeiro e urubu, arara-mirim, conhecida por maracanã-açu e verde claro, jandaia, periquitos de 05 qualidades: verde simples; verde com estrela amarela na cabeça; verde escuro, conhecido por periquito sujo; verde desmaiado com ondulações aniladas na cabeça e sobre a sasas, peito acinzentado, de encontro e ovários encarnados; finalmente o tapacu, menor de todos, do tamanho de um canário. Esses dois últimos

habitam as serras. O pica-pau preto, de peito pardo emitra encarnada; o amarelo pedrês, de poupa elevada, e um vermelho de longo bico, menor que a rola. As carnívoras e rapinais, tais como o urubutinga e camiranga e o carcará. Grandes gaviões: o pardo escuro, maior de todos que se nutre de pequenos peixes, uruás e répteis à beira d'água; o vermelho e o cinzento, entre os quais duas espécies menores com a denominação de campinas, uma maior que a outra, ambas de capa preta e peito branco, tão ligeiros no vôo como a seta. A acauã; a coruja; o mocho, conhecido por caburé, e os bacurau-açu e mirim que apanham no ar os insetos de que se nutrem, pertencentes a classe das duas últimas. Inúmeros pássaros povoam as matas e campos do Município. Dividem-se em diversas classes distintas pelas formas, tamanho e cores da sua linda plumagem. Descrevê-los seria por demais enfadonha, portanto, nos limitaremos a menção dos canoros. Entre estes nota-se: o encontro; a graúna; o canário; o galo-de-campina, espécie de cardeal; a patativa; o gola; sanhaçu; bicudo; bom-é; rouxinol e joão-de-barro. Este último, pouco menor que o sabiá, de vestes cor de telha, esbranquiçadas no peito, é um pássaro mimoso e delicado. Não se recomenda pelo nome nem tampouco pela cor; a aspereza de um e o pouco poético da outra, que talvez fosse a causa do seu desprezo, não tem razão de ser diante do seu aspecto garboso e das melodias do seu canto. Inquieto como o canário, para cantar ergue-se á prumo e eriçando as plumas do seu topete, desprende suaves notas que, elevando-se das mais ternas às mais agudas, descem depois gradualmente, com a inclinação do corpo, em melodiosos trinados que terminam em brandas modulações, seguidas rapidamente de uma espécie de gargalhada estridente e prolongada, que fá-lo de novo erguer o colo e abrir as asas, estremecendo-as como por efeito de um choque elétrico. É um dos principais cantores do nosso vale e de todos o que tem mais força. Vive de par, gosta das moitas e lugares frescos. O seu ninho é de barro, abobadado à semelhança de forno, tem um palmo de diâmetro e meio de altura; uma porta de entrada ao lado de uma parede que divide o interior em dois compartimentos, - um maior e outro menor-, que se comunicam no fundo por uma outra porta. Tem, pois, esse ninho uma alcova e uma saleta; a primeira destinada a incubação dos ovos e a segunda à pousada do macho, que ali pernoita

de sentinela à porta interior. É construído nas árvores sobre dois ou mais galhos, se um só não comporta o seu fundo plano e nivelado. Tem consistência que resiste as chuvas e aos ventos e a entrada principal sempre voltada para o Norte.

Entre os répteis venenosos se nota: a cascavel; a jararaca-açu e mirim; a salamandra; a de coral e goipeba, sem veneno; a de veado, que facilmente engole uma raposa; a caninana; a preta; a papa-ovos; a verde; a cinzenta, conhecida por cobra-de-cipó, e uma infinidade de tabuleiro, dediversos tamanhos e cores. Os lagartos conhecidos são: tejuacu, camaleão e tejubina que são os maiores. Há outros chamados lagartixas: a preta que vive nos muros, a branca nas locas e penedias das serras, e a verde nos campos. Da família dos sapos há de todas as espécies conhecidas no Brasil. De diferentes qualidades são os insetos que abundam no Município, especialmente pelo inverno, tais são os gafanhotos de palmeira, grandes de três a quatro pole gadas e dos mais de menor tamanho, um mole que se achata e distende-se como a borracha, estes e aquele verdes, o outro seco como um galho de árvore de cor escura; destes só o primeiro com asas. Há ainda diversas qualidades de gafanhotos pequenos que voam e um espécie preta com pintas encarnadas de estojo, sem asas, que as vezes em multidão, cobrem os campos e destroem até a raiz, pastagens e culturas. As lagartas são também inúmeras, causam grandes prejuízos à lavoura; nas capoeiras - roçados velhos - quase que arrasam tudo que se planta. Existem diversas marcas de ferrão, entre os quais a meruanha e o borrachudo que perseguem os gados no campo e a varejeira que os molesta pondo-lhes ovos nas feridas. Diversas formigas, sendo porém a mais prejudicial a de roça, que devora tudo quanto é plantação. De todas as espécies é a que edifica maiores palácios subterrâneos, comunicáveis no interior por vastas e tortuosas galerias, cujo teto as vezes abate-se ao peso de algum animal - vacuum ou cavalar - que ali encontra a morte, não podendo safar-se do profundo abismo que o traga. Tem a cor vermelha de tijolo e por única arma uma tenaz cortante na volumosa cabeça. Existe ainda uma outra espécie, pouco menor, de forma achatada, preta e fétida, armada da mesma tenaz e de um ferrão na extremidade da cauda, que se abre numa cor pardacenta. As duas são inimigas irreconciliáveis. Esta vive na raiz de troncos carcomidos, sob os quais, a pequena profundidade tem o seu estabelecimento. Vagueia pelas

circunvizinhanças do seu pouso, introduzindo-se por entre as cascas das árvores seca se ataca os cupins e outros insetos que encontra: pouco usa das ervas, preferindo as velosiáceas bravias, cujas folhas conduz para aquecer e forrar a sua ninhada. Sucede porém, que tendo o seu palácio apenas duas portas abertas em pequenas arcadas, uma que dá para a saída e outra para a entrada. Essas formigas multiplicadas por tal forma, não pode habitar conjuntamente o mesmo domicílio e nestas condições, ao contrário das de roça, que aumentando de número, constróem nova casaria, edificam cidades, elas como as abelhas, tratam de separar-se, aglomeram-se então em tornado tronco sob que se acha a sua habitação e tendo este por centro, desfilam uma após outra, de quatro em quatro, descrevendo círculo sobre círculo, do menor para o maior, como os que se vêem nos cabelos dos relógios ou nas voltas do caramujo, até que, regimentadas todas, as primeiras andando sempre, partem na direção de um formigueiro vizinho, de antemão explorado, desfazendo-se aquela manobra, como a mola de aço que desanda, numa linha reta que se estende entre os dois pontos indicados. As primeiras que chegam invadem a cidade inimiga por todos os seus portões e dado o alarma no interior, os seus habitantes surpreendidos, surgem à praça para repelir os assaltantes. Tomada a cidade, repartem os despojos, que consistem em crescido número das - fecundantes - espécie de formiga mestra, conhecidas por tanajuras, e numa infinidade de filhos ainda em casulos, depois dividem-se: parte regressa ao antigo domicílio conduzindo a sua presa, e parte ali se instala, obstruindo as diversas entradas, das quais só conservam duas pouco notáveis e sempre ocultas. Um formigueiro que parece instinto, é quase sempre habitado por essas formigas, espécie de zangão, que vivem do trabalho da família a que pertencem. As suas excursões são a noite e pela madrugada, rara vezes à tarde pelo inverno. Na mata, em caçadas, temos visto a sua luta as 07 horas da manhã.

CAPÍTULO IV

O Território e Condições do Município

Agora, caros leitores, passamos a outros fatos de o rdem mais elevadas. Vejamos as condições atuais do nosso Município. Nele existem, além da cidade, 06 povoados que se denominam: Massapê, Pitombeiras, Tucunduba, Marco, Morrinhos e Mutambeiras, em cada um dos quais, à exceção dos dois primeiros, há uma capela onde se celebram festas às respectivas invocações, em tempos determinados. Divide-se em três Distritos Municipais, cinco policiais, sendo destes - três de paz. A sua população em 1875, segundo o relatório apresentado à Assembleia Provincial à 02 de Julho pelo Dr. Esmerino Gomes Parente, então na administração da Província, era de 13.374 habitantes, dos quais 12.346 eram livres e 1028 escravos. Entretanto a população escrava até 30 de Setembro de 1873, quando se encerrou a matrícula nos termos da lei de 28 de Setembro de 1871, eram realmente de 1.113, sendo 515 mulheres e 598 de homens. Hoje, porém, a população livre, apesar da emigração durante a seca passada, a 11.000 almas e a escrava, bastante reduzida á a penas 310, compreendido nesse número 20 escravos ultimamente classificados, que em breve serão alforriados pelo Fundo de Emancipação. Existem criadas 05 cadeiras de ensino primário, duas destas, porém, ainda não providas. Na cidade há quatro, de ambos os sexos, duas públicas e duas particulares, todas com crescidos números de alunos e bem freqüentadas. A força pública consiste em um destacamento de 06 a 10 praças do corpo da polícia para a guarnição da cadeia e diligências policiais, bem como na Guarda Nacional que se compõe de um Batalhão de Infantaria n.º 21, criado por decreto n.º 908 de 30 de Janeiro de 1852, do qual é comandante o Tenente-coronel Joaquim Carneiro da Costa; de uma Seção de Reserva, n.º 06 criado por decreto da mesma data, de quem é comandante o Major Manoel Carneiro da Costa, e de um Corpo de Cavalaria n.º 08 criado por decreto n.º 1270 de 12 de Agosto de 1870, do qual é comandante o Tenente-coronel Joaquim Carneiro de Araújo Costa.

O Município constitui um só Termo, uma só Freguesia, cuja administração é a seguinte: A da Justiça é exercida por um Juiz de

Direito, atualmente o Dr. Antonio Sabino do Monte, magistrado talentoso, ilustrado e íntegro a todos os respeitos; pelos Juizes Municipais, suplentes, delegado e subdelegados dos diversos Distritos; Juizes de Paz, Câmara Municipal no que lhe é relativo e por um Promotor Público, cargo de que ora se acha investido o Dr. Antonio Plutarcho Rodrigues Lima, em cujo exercício tem dado sobejas provas de circunspeção, independência e probidade; finalmente pelo Júri, cuja qualificação atual compõe-se de 267 juizes de fato.

A administração eclesiástica, porém, depende de uma só autoridade. É exercitada exclusivamente pelo Vigário da Freguesia, o padre Francisco Xavier Nogueira. Não há coadjutor, e vasta e populosa como é a Freguesia, fácil é de ver o estado da sua administração. Assim, os povos para evitarem as dificuldades do pasto espiritual, associam-se aqui e ali e fazem porções para conservarem entre si um padre, embora maiores despesas, como tem acontecido com os habitantes de Massapé, da Tucunduba e por ultimo do Marco, onde atualmente se acha contratado o padre Francisco Theotimo de Maria Vasconcellos.

A Religião

A religião é sem mescla de outra qualquer; predomina o catolicismo. A índole do povo é essencialmente religiosa. Nos seus esforços se devem as três irmandades seguintes: - A do Santíssimo Sacramento, criada por lei n.º 502 de 02 de Janeiro de 1850; a da Senhora Sant'Ana, por lei n.º 503 da mesma data, e a das Almas, por lei n.º 1214 de 17 de Agosto de 1867. Dedicado a religião esse nobre povo jamais deixou de concorrer com o seu óbolo para a veneração e majestade dos templos, coadjuvando ao vigário da Freguesia que por sua vez, no empenho de concluir a obra da Matriz e outras capelas, não tem poupado a pesada missão de promover-lhes os necessários melhoramentos.

Agricultura - A sua lavoura consiste na cultura da mandioca, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e algodão. Cultiva-se também o caju, laranja-lima, ata, banana, goiaba, araçá, ananás, melão, melancia, jerimum e outras frutas hortenses.

Criação - A grande criação consiste nos gados vacum, cavalar, lanígeros, cabrum e suíno; a pequena, porém, limita-se as aves domésticas: pato, peru, galinha e capote.

Indústria fabril - Consiste em açúcar, rapadura, aguardente, farinha de mandioca, obras de olaria tais como: Louça de barro, telhas e tijolos para construções de casas; velas de carnaúba, queijo, sabão, chapéu e esteira de palha de carnaúba. Há também diferente, mas pequenas fábricas de tecido de algodão.

Comércio - A exportação é consistente em sola, couros salgados, farinha de mandioca, legumes, cera e vela de carnaúba, gado vacum, cavalar, algodão e couros miúdos. A importação limita-se a ferragem, vidros, louças, fazendas diversas e outra qualidades de fábrica estrangeiras. O seu comércio faz-se diretamente com as praças de Fortaleza e S. Luiz do Maranhão, pela Via Férrea de Sobral, na estação de Massapê e porto do Camocim.

Em geral a população é laboriosa, inteligente e empreendedora. Do seu Termo temos vizinhosna Capital da Província e fora desta, crescido número de Santanenses tem sabido elevar-se à honrosas posições sociais, pelo comércio, letras e dedicação à causa pública. Sobejas provas de patriotismo tem eles dado no curso de sua existência. Pelo lado material o atestam o comércio, sempre em atividade progressista, os melhoramentos do Município e o estado atual da cidade, de que mais tarde nos ocuparemos. Pelo lado moral, porém, falam bem alto a delicadeza do trato, os seus honrosos costumes na convivência social e o interesse que tem demonstrado à causa da civilização: Diversas personagens ilustres, saídas do seu seio, tem enobrecido as classes científicas da Província e para prová-lo exibiremos aos leitores, a lista infra, compreensiva de outros funcionários de segunda ordem.

Padres - Miguel Francisco de Vasconcellos; Miguel Francisco da Frota; Herculano Bernardino Ferreira Gomes; Manoel Francisco da Frota; José Silvino de Vasconcellos; Francisco Theotimo de Vasconcellos, Secretário do Bispado; Philomeno do Monte Coelho; Raimundo Telles de Souza; Dr. José Leorne Menescal; Dr. João Augusto da Frota, formados em cânones.

Bacharéis - Livino Pinto Brandão; José Mendes Pereira de Vasconcellos; João Gualberto Pereira de Vasconcellos; Manoel Pinto Brandão de Vasconcellos;

Médicos - Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota; Dr. Joaquim Anselmo Nogueira;

Engenheiro Civil - Dr. Epaminondas da Frota;

Engenheiro Militar - Dr. Manoel Nogueira Borges;

Farmacêutico - Dr. João Nogueira Borges.

Advogado provisional - Ignacio Ribeiro Pessoa.

Estudante na Escola Militar- José Florencio deSouza Carvalho.

Escrivão de Órfãos e Tabeliães - Urcesino Xavier de Castro Magalhães; Domingos Marques Franquelino; José Ayres de Souza Pinto; Miguel Theophilo de Souza Vasconcellos.

Professores - Joaquim Guilhermino Maria da Costa Cysne, aposentado; Gil Thomaz Lourenço; Josias Ferreira de Menezes; Bernardino Ferreira Gomes; Miguel Mendes de Souza e D. Anna Satyra de Araujo.

Notabilidades - José Mariano de Albuquerque Cavalcante (natural do sítio Imburanas a duas léguas ao sul desta cidade), Presidente da Província em 1831 e Deputado Geral nas legislaturas de 1833, 1836 e 1841; João Cordeiro - Presidente da Junta Comercial do Ceará e chefe central das Associações Libertadoras da Província.

Atualmente estudam, preparatórios no Seminário e em colégios da Capital - 05 moços- cujos nomes mais tarde irão ocupar nas páginas da nossa história o lugar de honra, que lhes está reservado.

O Território e Condições do Município

Antes de prosseguirmos seja-nos permitidos salvar aqui uma falta, praticar um ato de justiça, reparando-a. Em número passado, em quadro que exibimos relativamente aos professores, deixou por uma omissão tipográfica, de fazer parte dele um nome de muita honra a essa importante classe. Cumpre-nos pois, registra-lo e o fazemos com prazer - D. Maria Maximina de Menezes, professora pública em Baturité. Assim feita essa reparação, continuemos.

Eleitorado - Há no Município um corpo eleitoral que se compõe de 300 eleitores.

Guarda Nacional - Segundo o alistamento que se acaba de proceder, acham-se qualificados para o serviço da Guarda Nacional, 1849 indivíduos, inclusive a oficialidade, sendo para o de reserva 428, e para o de ativo 1421.

Curiosidades - No serrote da Rola, ao Sul e a três quartos de légua da cidade, existe uma que prende as atenções do pensador. As águas fluviais que se despenham da sumidade desse serrote, caindo antes numa planície arenosa que dele se projeta, em certa altura aí se a glomeram e obedecendo a força da inclinação do terreno, correm, precipitam sobre a extremidade de uma laje que, a dois metros adiante, se lhe antepõe destacando-se da penedia, atravessam-na por um rombo perfeitamente redondo e lançam-se em baixo, a três metros daquela passagem, na cavidade de uma pedra que se interna profundamente no solo. De forma circular, estrita na entrada, espaçosa no bojo e afunilando-se para a extremidade central, essa cavidade apresenta a configuração de uma jarra de largas proporções e ostenta na regularidade de sua estrutura e polidez das suas paredes, o poder dos tempos e a sábia disposição da natureza. Suas águas são permanentes pelo estio e é nesse tempo, quando a corrente superior tem desaparecido, que elas prestam a sua utilidade. Duas outras curiosidades se vê ainda nas imediações do serrote dos Picos, a Oeste e a cinco léguas da cidade. A primeira consiste em um olho d'água, denominado dos Picos, cujo trabalho denota inteligência, gosto e conhecimento de quem o empreendeu. No seio de um vasto círculo de serranias, em um terreno cultivável, esse olho d'água guarnecido de paredes de pedra lavrada, que lhe formam em torno no interior da terra, uma caixa de ângulos retos, ali referve sem parar, ora baixando, ora avolumando, as águas que nunca transbordam, pela disposição interna do seu caixão, que lhe permite o esgoto por um cano que as conduz à um tanque, onde extravasam-se depois de enchê-lo. Ignora-se a data da sua origem e bem assim quem fosse o seu primitivo construtor, entretanto, em seguida faremos a esse respeito algumas reflexões. A segunda curiosidade consiste nas soberbas ruínas de uma casa de pedra, a 50 braças daquele olho d'água, célebre pelas suas proporções e pelo que se diz a seu respeito. Dessas ruínas se vê que mão poderosa e vontade enérgica, quis edificar naquela solidão, uma casa que zombasse da ação do tempo e opusesse resistência ao acometimento de qualquer

inimigo. Monstruosas pedras, que 06 homens não puderam erguer, se acham ainda sobrepostas à outras em não pequena altura, indicando pelo trabalho que nelas se nota, pela ordem de sua colocação e segurança que o seu autor tinha - ideias grandes - desejos de ali estabelecer-se e foi talvez devido a grandeza e magnitude dessa obra, trabalho extraordinário e inconcebível naqueles tempos entre povos rústicos, que surgiram diversos boatos, vulgarizando-se por último a crença de que um velho, que ninguém vira, mas que habitava as locas de um serrote próximo, fora o construtor desta casa, na qual só trabalhava à noite, com auxílio do demônio, que lhe aparecia na figura de uma negra. Ainda hoje existe alguém que acredita nesse conto. Entretanto, quem atentamente examinar esta e aquelas curiosidades, embora a origem de uma e outra perca-se na noite dos tempos, se, na ausência de outros dados, desprezando aquela notícia, descer pelo pensamento às profundezas da antigüidade, de certo poderá encontrar, senão a solução do mistério, ao menos uma explicação plausível que se aproxime da verdade.

Volvamos, pois, ao passado. No começo da nossa história, na parte que oferecemos aos leitores por introdução, fizemos notar e consta nos números 3 e 4, que a Holanda, no intuito de hostilizar a Espanha e promover-lhe o seu enfraquecimento, havia criado em 1621, uma companhia mercantil, de caráter belicoso, com direito inclusive de negociar por 24 anos em diversos países; que posto em prática esse plano, os Holandeses se aproximaram da América, invadiram com suas forças quase todo o Norte do Brasil, e por último o Ceará, dispostos a conquista-lo, o que de fato fizeram em 1637, depois de cruentas pelejas; submetendo-o no seu domínio, concentraram as suas forças nos três fortes então existentes: Amparo, Jeriquaquara e Camocim e deles estiveram de posse até o ano de 1644; que nessa data em consequência da vitória que, em combate renhido; obtiveram os Maranhenses contra os invasores, os índios do Ceará, animados por esse sucesso, concentraram entre si um plano de batalha, em cuja execução surpreenderam e degolaram as guarnições daqueles três fortes, fazendo assim desaparecer de uma vez, o poder holandês que - sete anos - se tinha estabelecido no nosso litoral.

Se pois, não se nega aos holandeses o seu gênio empreendedor, e como diz a história, eles estiveram estabelecidos sete anos no Camocim e Jeriquaquara, embora nada conste a respeito de outras tentativas ao interior do sertão, é todavia, fácil de crer ou pelo menos provável, que eles, no intuito de explorarem as cercanias dos lugares ocupados, em pequenas excursões tivessem chegado ao sítio das curiosidades em questão; e reconhecendo a utilidade do terreno, sua uberdade e vantagem para um estabelecimento, ali empreendessem aquelas duas obras que não puderam concluir em vistado inesperado e fatal acometimento dos índios.

A grandeza e o alcance das curiosidades aludidas, revelando a inteligência adiantada do seu autor, excluem a ideia de iniciativa indígena e deixam ver - no abandono - uma causa poderosa. É por isto, e considerando que os portugueses não tinham razão de abandoná-las, que as atribuímos aos holandeses que, de feito, em outras Capitânias, onde o seu predomínio durou mais tempo, deram sobeja prova de sua índole industriosa e interesse pelas terras conquistadas. Ainda em abono da nossa opinião, exporémos aos leitores o se guinte fato: Um pouco arredado daquele olho d'água e nas proximidades daquela casa de pedra, entre dois serrotes, separados pela interrupção da cordilheira a que pertencem, existe um aterro artificial que os põe em comunicação. Esse aterro, composto de barro e areia, corre entre duas paredes de pedra de cantaria, à semelhança de uma ponte, tal como a que atualmente existe na Fazenda Soledade. É a porta que fecha a passagem das águas que jorram das serranias naquelas imediações, formando ali uma bacia imensa, destinada a refrescar a vasta planície que se estende além. Hoje porém, esse aterro se acha em parte abatido e dá livre passagem as águas, mas oferece à vista o e spetáculo grandioso dos seus paredões, em grande parte, rijos como os penedos a que aderem. E tudo isto, e os sinais simbólicos que se observam em certas pedras, denotam que, em remotíssimo tempo o estrangeiro visitou aqueles lugares e aquelas obras são devidas ao seu trabalho.

Feitas estas reflexões, deixemos, caros leitores, o passado, a espessura das suas trevas asfixia-nos; vamos aspirar um ar mais livre passeando nas praças e ruas da nossa cidade.

CAPÍTULO V

O Território e Condições do Município

À margem direita do rio Acaraú sobre um terreno elevado, a 14 léguas do litoral, ergue-se pitoresca a bela e interessante cidade de Santana. Garçamimosa do vale, posa no seio de vasto círculo de serranias e rodeado de carnaubeiras, cujos troncos delgados elevam às alturas as suas copas verdejantes de lindas palmas, deixa ver ao longe, por entre estas e a ramagem de outras árvores, a nívea cor da açucena. As suas ruas e praças cortadas de arvoredos que, em diversas direções, se estendem em linhas retas, onde um sem número de pássaros, pela manhã e à tarde, lhe entoam hinos de saudação, dão-lhe o aspecto agradável de uma paisagem, e ela mirando-se na esplendidez da sua cor, no asseio que lhe adorna, na fachada dos seus edifícios públicos e boa ordem de construção da sua casaria, ostenta-se garbosa aos olhos do viandante que se aproxima, indicando-lhe ao primeiro golpe de vista que nela reside um povo que aspira seu engrandecimento.

Divide-se em dois bairros - de Sant'Ana e São João - os quais se acham ligados por uma ponte de sólida construção que mede 106 metros de comprimento sobre 03 de largura, aberta no centro em 03 arcadas, que proporcionam espaçoso e livre trânsito.

Eis-nos chegando, caros leitores, às portas da cidade. Começemos nosso passeio pelo bairro de Sant'Ana. A primeira rua que vemos, denomina-se de Humaytá; a sua linha curva segue outra de arvoredo e ali naquela casa de aparência risonha, defronte daquela frondosa canafístula, está o santuário de Guttemberg. Vejamos o que diz a sua inscrição: "Foi no dia 10 de Fevereiro do ano de 1882 que o Município de Sant'Anna soltou o seu primeiro eco." É a casa de tipografia, onde 04 vezes por mês se imprimia o nosso jornal - Município de Sant'Anna -, tão modesto quão despretensioso na sua existência. O seu fim é lemurar ao povo os seus deveres, propugnar pela defesa de seus direitos, apresentar as medidas ao seu alcance, tendente à prosperidade no Município, sob o tríplice ponto de vista- econômico, social e industrial -

evitando as escandecestas questões políticas e pessoais, verberando o vício e aplaudindo a virtude, onde quer que se achem. Foi este o grandioso programa que lhe imprimiu o seu ilustre instituidor - o Dr. José Mendes Pereira de Vasconcellos -, na primeira página do seu primeiro número.

Aproximemo-nos um pouco: Eis a rua 28 de Setembro, que remarca a data das mais sublimes das nossas leis. Aqui começa a iluminação da cidade; os seus combustores de um lado e de outro o indicam; entremos nela. No lugar desta casa, que pertence a José Sabino da Costa, existiu segundo a tradição, o curral da primeira fazenda de gado que se estabeleceu nesta terra; e ali na esquina, no lugar em que se ergue aquele vistoso sobrado, construído pelo Coronel Manoel da Frota de Maria, morava no ano de 1735, em uma casinha de taipa, o segundo possuidor dessa fazenda, - o padre Antonio dos Santos da Silveira, - venerado fundador da Capela de Sant'Ana, hoje transformada naquela que é a nossa Matriz, e aqui nesta outra esquina cuja denominação de - Travessa dos martírios,- alude ao maior dos atentados que em seus dias esta cidade podia presenciar, foi onde se celebrou a primeira festa popular do Município, a 10 de Agosto de 1739, por ocasião do benzimento da capela, a que nos referimos. Aquela inscrição refere-se ao drama trágico que aqui se deu: esta saleta foi teatro das prisões de 1868; nela diversos cidadãos atacados de surpresa, passaram horas de amargura. Antonio José da Costa Cysne foi um deles. Depois de dois dias de prisão, tendo provado ser casado e ter filhos, quando conseguiu a sua liberdade e voava ao seio da família para desfazer-lhe os sustos, caiu nos braços fatais da desconsolação. Sua mulher aterrorizada com o retinir das baionetas e o tropel da soldadesca que lhe invadira a casa, cheia de inquietações pelo repentino desaparecimento do esposo, não pode aparar os golpes da morte no seu estado débil e de prostração em que se achava. Na cama, onde poucos dias antes havia dado à luz, não pode sobreviver aquele acontecimento. Este fato, caros leitores, não destroi os elogios que tecemos ao nosso povo; aqui seguindo o programa do nosso jornal, não nos é permitido maiores explanações; quando porém, reduzirmos a folhetos o nosso trabalho, vereis então um quadro vivo das coisas. Continuemos o nosso passeio.

Deste ponto observa-se quase toda a praça da Matriz. Esta rua que segue à direita, é dedicada ao Major José Ferreira da Costa e a que se lhe

atravessa na extremidade, descrevendo uma linha curva, paralela a do rio, e termina ali, naquela casa de parapeito pertencente a D. Maria da Graça, foi destinada a eternizar o nome do padre Silveira, como um tributo de veneração as suas cinzas.

Sigamos agora por esta rua tributada ao Coronel Menescal e vamos apreciando as frondosas árvores que povoam a nossa praça. Aquele beco, que tem os em frente, vai dar ao rio, e aqui onde chegamos, entre este estabelecimento do negociante Coronel Vicente Sabino Maria da Corta e a sua casa demorada do lado oposto, começa a praça do Tenente-coronel Manoel Joaquim. De forma triangular, arborizada, combustores para a iluminação, esta praça é o coração da cidade: visitemo-la.

Do centro podemos bem observá-la, frondosos tamarindos e lindas carnaubeiras, arborizam-na. Três ruas a encerram. Ao Sul alarga-se bastante em relação a sua extremidade Norte e abre-se em quatro vias de comunicação com o resto da cidade. Esta ponte deita para o bairro de São João, e aquele beco ao poente, para o rio; ali começa a rua 07 de Setembro que se estende até a cadeia, que lá está alvejada na extremidade e aqui a leste, a rua da Viração. Entremos nela, vamos aspirar o seu frescor.

Bem espaçosa e extensa é esta rua, ela corre dos fundos da do Coronel Menescal; este beco é da travessa dos Martírios, ela segue, lá está o seu termo; mas daqui sigamos pela rua do Oriente, que se estende ao Sul na direção deste beco. Nesta rua, cuja frente deita para o poente, só há um quarteirão; aqui termina ela.

Continuemos ao poente pela rua da Boa Vista. O terreno desocupado que vemos nesta linha já está reservado para edificações. Esta rua pouco extensa, só tem duas casas; esta de parapeito, de João Ribeiro Pessoa Montenegro, e esse sobrado da esquina do Padre Francisco Theotimo de Maria Vasconcellos, ela dá nos fundos para a rua da Viração, e esse grande pátio que nos fica a esquerda, arborizado no seguimento desta e da rua 07 de Setembro, que se estende ao Sul, com o seu carnaubeiral que tanta graça lhe dá, está destinado para uma praça com a denominação de - Boa Vista -. O seu nome liga-se ao quadro pitoresco da natureza que daqui se descortina.

Atravessemos por esse espaçoso beco à rua em frente. Eis o mercado público. O seu pátio interior, quadrilátero, encerra-se por 04 ruas de 08 quartos cada uma; faltam-lhe apenas 04 quartos do lado do Norte. Lá está a ponte que ainda agora vimos, começa daquela casa, a última da Praça do Tenente-coronel Manoel Joaquim. Ali mora o nosso digno Juiz de Direito Antonio Sabino do Monte.

Subamos os seus degraus. Como se vê, ela descreve um ângulo obtuso de linhas desiguais, esta menor que aquela, e do vértice deste ângulo, no ponto em que nos achamos, descobre-se todo o bairro de São João, e para trás toda aquela praça e a rua do Padre Silveira. Desde que a edificação se estender até aqui, servindo-lhe esta parte de calçada, teremos a ponte em linha reta. Sigamos; lá vão as linhas de combustores da iluminação a par de outras de arvoredos que segue ao longo das ruas por um e outro lado desta praça. Aqui sob os nossos pés estão três arcadas, as águas do rio, nas grandes enchentes passam por elas, formam deste lado, a esquerda, uma vasta bacia, onde à tarde, em canoas, por entre aquelas carnaubeiras, as famílias divertem-se em agradáveis passeios. Essas duas ruas que avançam, com aquela que se lhe atravessa ao sul e esta que corre nos fundos da rua 07 de Setembro, na maior parte aformoseada de frentes, constituem a praça da Municipalidade.

Aqui onde começa ao nível das calçadas, termina a ponte; vamos pelo meio da praça. Aquele beco vai até o rio e o sobrado da esquina pertence a D. Theodora Geracina de Andrade, viuva do Tenente Francisco Leoncio de Andrade. Esse prestimoso cidadão foi o primeiro negociante do seu tempo; o seu movimento comercial elevou-se a 80 e muitos contos de reis. Havia 12 anos que falecera e o seu nome honrado por sua viuva respeitado por seus dignos filhos, soa ainda em muitos corações, gratos a seus favores e benefícios. Animou o comércio e concorreu muito para o desenvolvimento dessa praça.

Esse majestoso calvário foi obra do Frei Guilherme, missionário italiano, em 1871, quando aqui pregou com outros companheiros e aquele prédio, que sobressai aos outros do seu quarteirão, é a Casa da Câmara, reconstruída pela Comissão de Socorros da seca passada. Sua frente elevada, guarnecida de azulejos, apresenta entre as molduras do seu parapeito aimagem da Justiça. O seu interior divide-se em 05 salas - para os trabalhos do Júri, das audiências, da Câmara, das conferências

do Conselho de Jurados e recolhimento das testemunhas. Aquele portão dá para um corredor que se comunica por três soberbas arcadas com cada uma das três primeiras salas, as quais se fazem visíveis entre si por duas outras arcadas idênticas no interior, separadas por grades de madeira envernizadas. Tem um arquivo encravado na parede fingindo uma porta correspondendo a outra no fundo da sala da Câmara, e quintal murado com outras acomodações.

Agora vejamos o lado oposto. Eis ali a Igreja de São João e a Casa de Caridade: São dois edifícios importantíssimos. A Igreja foi obra da dedicação do padre João Francisco Dias Nogueira; a construção custou-lhe cerca de 06 contos de reis. O frontispício que ali vemos, conquanto elegante, não excede em beleza ao que por ele fora modelado. Despedaçado o primeiro por um raio em 1880, a Comissão de Socorros fez levantar-lhe aquele; o seu interior de forma agradável, tem o asseio necessário e a decência indispensável. Do corpo da Igreja, onde por uma grade se separa a capela mor, destinada para o altar, seguem por um e outro lado, dois corredores que vão ter a uma saleta no fundo, que serve de sacristia, e por cima desta, além do coro principal no lugar competente, corre um coreto que dá passagem para quatro tribunas da dita capela. Essa Igreja eternizará o nome do seu finado instituidor, cujas recordações serão sempre saudosas no seio da população que com ele conviveu.

Aproximemo-nos daquelas árvores para mais de perto contemplarmos a Casa de Caridade. Que suntuoso edifício! A sua fachada, de altura regular, aformoseada de parapeito, contém 12 janelas e 03 portões colocados em simétrica disposição. Ligada à Igreja de São João, representa um só edifício e todavia, se acham inteiramente discriminados. Começando dali, estende-se na direção do Sul e mede 47 metros até aquela esquina onde termina, mas é preciso advertir que a casa propriamente dita, não ocupa toda essa extensão. Sua frente tem apenas 29 metros, compreendidos entre estes dois cunhais que a distinguem. Só o portão do centro com aquelas 08 janelas - 04 de cada lado, - a casa; os dois laterais, cada um com duas janelas fingidas, deitam para o jardim, e aquela que vemos à esquerda do primeiro portão, que compreendemos no número das fingidas, tem ao interior um aparelho e

é destinada á recepção dos expostos. Branca, pois, como a neve, essa fachada que realça pela cor verde dos seus portões e gelosias envidraçadas, ostenta uma perspectiva agradável e ao mesmo tempo respeitosa pelo dístico - Casa de Caridade - que se lê entre aqueles seis canos sobre o portão principal. De forma quadrangular, deste lado ela só nos apresenta um a face, as outras três, aliás idênticas, estão do lado oposto. O seu compartimento, as suas disposições internas, mão de obra e asseio, prendem as atenções dos visitantes; mas antes de entrarmos nos seus detalhes, subamos a calçada e continuemos por ela o nosso passeio em torno da vasta muralha que a circunda. Este muro, fingindo frente com um portão entre dezoito janelas, mede desta àquela esquina, 55 metros de extensão. Encaminhem- nos para lá. Aqui a calçada é bastante elevada pelo declive do terreno, e este muro que se estende ao leste tendo no centro entre 16 janelas fingidas, um portão de madeira que abre para o jardim, corresponde as dimensões da fachada do nosso edifício. Daqueles degraus, defronte daquele portão, quando a 30 de Agosto de 1870, demarcava-se a terra do patrimônio da Nossa Padroeira, se mediu para o Sul até a fazenda Pedrinhas - 600 braças - fincando-se ali um marco. E agora que nos voltamos para aquele lado, que lindo painel se nos oferece a vista. Ali se ergue majestosamente o serrote da Rola, teatro onde se deu a primeira cena religiosa da nossa terra. Dele segue ao Norte a cordilheira, de que mais uma vez temos falado. Aquelas casas, uma salvacentas, o utras cujo teto apenas se descobre por entre a ramagem das árvores, parecendo edificadas à raiz do serrote, pertencem a diversos proprietários. São pequenos sítios de lavoura com as acomodações necessárias para a criação de gados. O primeiro denomina-se Palmeira, o segundo Botânica, o terceiro Boa Esperança, o quarto Paraíso, o quinto Buriti, o sexto Juriti, e todos eles e aquelas pequenas casas de telhas e choças, que constituem os subúrbios da cidade, naquela parte dão um certo realce ao painel que observamos. Além destes, nas imediações da cordilheira que lá vai, existem outros sítios à pequena distância, dos quais um pela posição baixa do terreno, outros por serem do lado oposto àquela rua que se atravessa, não podemos observa-los, e tais são: Cajazeiras , Jerico, Azulão, onde há de vê-se daquela mesma rua, um pequeno povoado. Oriente e Goiabeiras, pouco aquém da pedra denominada Jacurutu, cuja extremidade sobressai daquela linha. Beleza e Belém, este último é uma formosa

vivenda, ao poente da qual, já nas proximidades do rio, existe um arraial de mal ordenadas cabanas, com a denominação de Parnaíba. Do centro desse arraial a 160 braças ao Norte, no lugar conhecido por Cochila, mas antigamente denomi nado - Alto do cego Luis -começou por um marco a demarcação a que já nos referimos, e veio dar neste portão, medindo-se - 600 braças - , as quais, com as que daqui seguiram-se, perfizeram a meia légua da terra doada à Senhora Sant'Ana, em 06 de Outubro de 1739, pelo venerado padre Antonio dos Santos da Silveira. Assim voltando de novo a este ponto continuemos a nossa tarefa.

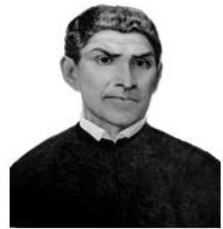
Dessa esquina segue o muro ao poente, e liga-se ao fundo da Igreja de São João, cujo lado completa o resto da muralha, e é por esta razão que só vemos desta parte o fingimento de 13 janelas e um portão. Agora subamos os degraus que nos conduzem à calçada da mesm a Igreja. A tarde fresca e deliciosa, convida-nos a descansar, demoremó-nos, pois, um pouco neste lugar e aproveitemos a oportunidade para lançarmos um último olhar na direção do leste. Lá estão o velho e novo cemitério, o curral do açougue, a cadeia e os quartéis. Estas duas últimas obras são também importantes; representam um só edifício, mas não tem absolutamente de uma para outra comunicação alguma. A primeira voltada para leste, ostenta na sua fachada uma perspectiva elegante: Na parte mais elevada qu e fica no centro, uma sacada descansa sobre os capiteis de duas volumosas colunas que se erguem de um lado e de outro do portão principal, acima do qual, em um semicírculo, lê-se a inscrição - José Julio de Albuquerque Barros - aludindo à presidência deste, a cujo benefício bafejo se deve a sua construção. Um largo corredor com dois portões de ferro, diametralmente opostos, divide-a em duas partes iguais: O lado direito contém três prisões distintas e o lado esquerdo uma só, destinada à prisões comuns, e todas elas com portões de ferro que abrem para o corredor e janelas gradeadas que deitam para um pátio encerrado por alta muralha, oferecendo a precisa segurança e comodidade do infeliz de tento.

A segunda como se vê, corre nos fundos da primeira e serve-lhe de muralha nessa parte; tem a frente Oeste e divide-se em 05 compartimentos com as necessárias acomodações ao seu fim. Uma só

calçada rodeia os dois edifícios ao longo da muralha que os une, alargando-se em forma de patamar à frente da cadeia.

É já noite, caros leitores, não podemos, portanto observar outra minudências que completariam a descrição que vimos de fazer; e a esta hora não nos é concedido penetrar no recinto sagrado da Casa de Caridade. Mas, como a lua suspensa no horizonte começa a estender o seu manto prateado sobre a terra, o céu está límpido e puro, a brisa afaga-nos com o seu frescor, e a noite está lindíssima, vamos concluir a volta que projetamos. Esta calçada que se liga ao patamar da Igreja guiar-nos-á os passos; sigamos por ela. Eis-nos ao ponto donde partimos, e aqui sob estas árvores, ligeiramente, vos faremos conhecer a história desta casa.

Corria o ano de 1862; era o mês de Novembro. O Reverendo Dr. José Antonio de Maria Ibyapina missionava entre nós, e da sua possante palavra, fecundada por suas virtudes, brotou o edifício que temos em frente. Nesse tempo não existia aquele cruzeiro; o patamar da Igreja de São João era por metade da sua extensão e no lugar deste e difício, havia apenas os alicerces de uma casa com algumas paredes arruinadas, pertencentes a uma cega de nome Justina. Como sabemos, a causa que deu origem a edificação deste pio estabelecimento foi a catástrofe ocasionada pelo desabamento de uma das paredes do cemitério. Pois bem, as suas primeiras bases foram lançadas neste lugar poucos dias depois daquele acontecimento, a 22 do referido mês de Novembro; e decorridos 72 dias, a obra se achava concluída. A sua inauguração teve lugar a 02 de Fevereiro de 1863. Esta data memorável fixou um marco histórico na vida do povo Santanense. Festa tão solene e grandiosa; espetáculo tão imponente e majestoso, jamais será repetido. O nome do sábio missionário havia corrido de boca em boca pelos municípios vizinhos; e a notícia da ereção da casa ressoou ao longe. Assim, no dia da sua inauguração, a cidade, então vila, regurgitava de povo. Uma multidão, sem dúvida superior a 05 mil almas, apinhou-se nesta praça e ruas adjacentes. A cerimonia foi soleníssima. Hinos piedosos ao som da música despertavam ao povo os mais puros sentimentos de fraternidade. Reinava um entusiasmo santo nos corações, e a festa que começou em boa ordem, terminou sem o menor



Padre Ibiapina

incidente desagradável. Há vinte anos que se deu esse auspicioso acontecimento e desde então a esta parte jamais se deixou de solenizar o seu aniversário, sempre com ruidoso aparato.

O dia 1.º de Fevereiro amanhece sempre festivo e a noite grande reunião se faz aqui. A fachada do edifício resplandece de luz. Diante daquele portão se oferece aos oradores uma tribuna, em frente a qual, dispostos em semicírculos, se acham diversas ordem de cadeiras, proporcionando a comodidade das famílias e um certo número de concorrentes; em torno dos quais muitos de pé, e a população que se apinha, aumentando o quadro, e dão a reunião um aspecto solene e respeitoso. Cavalheiros e senhoras tomam a palavra e dali pronunciam discursos análogos à instituição da casa e à sua inauguração, tocando a música e subindo aos ares um certo número de foguetes ao terminar de cada um. Esses festejos que começam regularmente as 06 e meia horas da tarde, duram ora mais ora menos tempo, conforme o número de oradores. No dia seguinte há missa cantada, com assistência de três padres, pregando um deles; finda a qual em presença de todos, o Regente expõe o estado e condições da casa; presta as suas contas num bem desenvolvido relatório, que se afixa em uma das paredes da sala de entrada, para que todos leiam. Portões e janelas nesse dia passam abertos; a casa oferece entrada franca a todos, e as duas horas começa um leilão de muitos e importantes objetos, terminado a festa, antes da lei n.º 2040 de 28 de Setembro de 1871, como era costume, com a liberação de uma escravazinha, e depois dela, com a doação de 200\$000 (Duzentos Mil Reis) a uma órfã externa, das mais desvalidas, indicada pela turma de 24 irmãos denominados - Zeladores. Não tem sido infrutífera a instituição deste pio estabelecimento. Nos primeiros 05 anos da sua existência, o seu pessoal era de 10 a 30 órfãos internos aos cuidados de 06 a 07 senhoras, que de boa vontade se sujeitaram a esse penoso trabalho. Depois este número foi modificando: O das órfãs reduziu-se a 12 e o das senhoras a três.

Vinte anos se passaram depois de sua inauguração e nesse período - 58 órfãos - têm encontrado à sombra desta casa, a necessária proteção, sendo destas, 07 recebidas pela Roda dos Expostos. Criadas com esmero, educadas nos diversos ramos de serviço doméstico, tendo morrido 07,

casaram 38; e presentemente no recinto sagrado deste edifício existem 13, porque ultimamente, há quatro meses pouco mais ou menos, mais uma desditosa lhe foi entregue pela Roda dos Expostos. A sua direção está a cargo de um Diretório, composto de três cidadãos; como Regente - Coronel Manoel da Frota de Maria, com o Secretário - Tenente-Coronel Joaquim Guilhermino de Maria da Costa Cysne e como Tesoureiro - Major Francisco Anastácio de Maria. Estes se incubem nos negócios internos; os externos, porém, se acham aos cuidados de um Conselho que se compõe de 24 cidadãos, escolhidos dentre as principais famílias, com a denominação de - Irmãos Zeladores. A sua receita provem: das esmolas que o povo oferece, de um a subvenção provincial e do produto dos gados que possui, sendo certo que deste procede o seu maior rendimento. Antes da seca passada, a 02 de Fevereiro de 1877, a casa possuía em caixa a quantia de 2:083\$802 reis, e nos campos, cerca de 80 bois criados, gado que escapou por metade. Presentemente, porém, existe em dinheiro na caixa 763\$291 reis, e solto nos campos 100 bois de três para quatro anos. Depois de inaugurada, esta casa passou ainda por uma transformação e, portanto, avultaram as suas despesas. Dos balancetes, anualmente exibidos, consta ter ela despendido com o seu aformoseamento, compras de ornamentos ricos, edificação da muralha, sustentação e vestuário das órfãs, sua dotação por casamento, etc., durante os 20 anos decorridos, a quantia de 68:640\$190 reis.

É já tarde, caros leitores, por hoje terminemos aqui esta narrativa. Amanhã, quando visitarmos a casa, percorrendo-a, prosseguiremos nela. Corre o mês de Dezembro de 1883; estamos no dia 15. Depois de amanhã terá lugar a segunda eleição de Deputados Provinciais, nos termos da nova lei da reforma de 1881. O partido Conservador e Liberal, ainda faccionados, divididos em quatro, empenham-se no pleito. O 3.º Distrito tem de dar 04 deputados, entretanto 06 candidatos se apresentam em campo, - 03 Conservadores e 03 Liberais, sendo 02 da facção Paula, 01 da facção Aquiraz, outro da facção Accyoli e 02 Ibiapabas. Os candidatos Conservadores são: Capitão Diogo Gomes Parente, Vigário Francisco Xavier Nogueira, Capitão José Candido Cavalcante. Liberais: Padre Francisco Theotimo de Maria Vasconcellos, vigário Diogo José de Souza Lima e Tenente José de Paula Ribeiro Pessoa. Os primeiros de cada uma das duas turmas estão designados para o 1.º escrutínio, os 04 últimos para o segundo. Eles que lutem e

enquanto os chefes políticos fazem as suas corridas no Termo e fora dele, na catequese dos eleitores, ora atraídos a uns com a fagos e promessas que jamais satisfarão, ora afastados a outros com calúnias e injúrias contra os seus adversários, vamos continuar a nossa tarefa, concluir o nosso passeio, visitando a Casa de Caridade. Munidos de competente autorização, podemos entrar nela. Esta saleta ladrilhada de pedra, tendo por paredes, à direita e à esquerda esses gradis de madeira que a separam dos dois salões laterais, é destinada à espera dos visitantes. Eis o cordão da sineta que nos deve anunciar, mas antes de faze-la soar examinemos o que há aqui de curioso: Defronte de nós de um lado e doutro dessa porta que dá entrada para o interior da casa, essa saliência de madeira envernizada que vemos, contém em compartimentos quatro vasos para o recebimento das esmolas de cereais- milho, feijão, arroz e farinha. Cada vaso no lado superior, sob um vidro, tem a indicação do cereal que lhe convêm, e aquela caixinha, ali pregada com segurança, indica pela sua fenda, a natureza do óbolo que tem de receber. Forrada esta saleta do lado de cima por toda sua extensão, há um coro, onde a família da casa se reúne para assistir aos atos divinos, que se celebram no salão da esquerda, no fundo do qual, além daquela pesada cortina adamascada, está o altar, que em primeiro lugar devemos visitar.

Puxemos, pois, pelo cordão da sineta. Lá soam passos. Aqui há restrita pontualidade no cumprimento dos deveres; é a Superiora que nos vem ouvir.

Senhora de inestimáveis virtudes, D. Maria Joaquina da Rocha Frota, viúva há já alguns anos, deixou os seus cômodos e as agradáveis distrações da sociedade em que convivia, para tomar aos seus ombros o pesado encargo da administração desta casa. Ela dispunha de meios para passar a vida na abundância e decência compatíveis com a sua posição. Tinha um só filho, moço talentoso e de reconhecido critério, o Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota, que no Rio de Janeiro exercia a profissão de médico com boa nomeada; contava, pois, com mais esse elemento, e, todavia, dedicada amiga do seu mano, o atual Regente, vendo-o empenhado no tentâmen de levar avante a proteção da orfandade desvalida, ela que nutria os mesmos sentimentos, ofereceu na

sua pessoa, o mais importante dos contingentes. É penoso o seu trabalho, mas em retribuição aos seus serviços; comportamento irrepreensível e maneiras obsequiosas no tratar, a população inteira tributa-lhe o mais profundo respeito, veneração e estima.

A entrada do nosso bilhete de autorização fá-la-á franquear-nos as portas, e já assim sucede, começemos a nossa visita pela capela, enquanto pelo interior se dispõem as cousas para receber-nos. O seu pavimento e teto são forrados de tábuas. A capela começa desta grade. Corramos o cortinado para descobrimos o altar. Ei-lo. Colocado em posição elevada ele realça pela brancura da sua cor, e ostenta-se majestoso nas molduras com labores em relevo e frisos dourados que o adornam. É em si bem regular em tamanho esta capela, mas ela toma maiores proporções nos dias festivos: Aquelas duas grades são amovíveis; nesses dias desprendem-se elas das molas e a capela estende-se então até o findo daquela outra sala. Poucas Igrejas na Província oferecem neste caso, tanto espaço à população. Aqui deste lado, a saleta que vemos, com um coreto especial para a música, serve de sacristia; atravessemo-la; vamos ver a antiga e primitiva capela da casa. Ei-la; foi nesta sala, ante aqueles dois singelos altares, que se celebraram os primeiros atos da religião neste pio estabelecimento. A saleta que se segue em frente nada tem de curioso, é um quarto para acomodações, e que servia de sacristia à velha capela. Agora por esta porta, entre estes dois altares, passemos ao interior da casa.

Eis um pátio interessante, um famoso saguão. Ali no centro, rodeada dessa elegante alpendrada, aberta em arcadas que tem por base 12 colunas, deixando ver entre elas e as paredes laterais que encerram o edifício, aquele passeio, espécie de corredor que contorna todo este recinto, está uma cisterna bastante profunda, destinada a recolher as águas pluviais, que correm de todos os lados do teto, na parte interior da casa. Aproximemo-nos dela: Bojuda como uma jarra, porém pouco afunilada, com estas bordas salientes que nos chegam à cintura, ela, como dissemos, recebe as águas por essas 06 aberturas que correspondem a outras tantas daquelas colunas, por cada uma das quais desce do teto, encoberto por esse elevado parapeito, um cano que, tocando ao solo, nele se interna e vai terminar ali - na cisterna. Nos anos invernosos esta cisterna enche-se e transbordaria se aquela larga fenda, quase na extremidade das bordas, não proporcionasse franco esgoto às

águas excedentes que, chegando a ela, descem por esse cano especial e vão ter a um poço profundíssimo, de 20 palmos mais ou menos de diâmetro, no fundo do jardim. Debaixo dessa alpendrada existem 06 cubículos, outrora, segundo a intenção do instituidor, destinados ao abrigo de mulheres convertidas, mas que hoje se prestam a outras comodidades da família da casa em vista da nova ordem do estabelecida no Regulamento respectivo, que aboliu a recepção daquelas. Daqui se vê perfeitamente que este edifício é de forma quadrangular. As linhas da frente, fundo e lados, são paralelas entre si, e o pátio em que nos achamos, que conserva a mesma forma, representa a quarta parte de todo o edifício. Esta cisterna está no ponto central; daqui se vê em linha reta, a Leste, através daquela sala, o portão do fundo da muralha; a Oeste, o portão da frente, e de Sul a Norte, por entre aquelas 06 portas abertas, os lados do jardim que, se estende até a muralha da frente. Sigamos a Leste; mas antes de visitarmos a sala indicada, pouco adiante desse curto corredor, idêntico ao que se segue à saleta de espera onde estivemos, vejamos o que há neste cubículo da esquerda. Eis uma escada. Talvez nos seja mais cômodo desviarmos por enquanto da direção em que vínhamos: Subamos por ela. Aqui começa o soalho do pavimento superior, grande sótão que ocupa quase dois lados da casa. Essas janelas deitam para o salão do trabalho das órfãs e é daqui, debruçadas sobre esse avarandado, que sobressai no espaço, que elas na festa do dia 02 de Fevereiro, aniversário da instalação, observam o movimento do povo e o leilão que em seus benefícios, ali se faz. Por toda a extensão da sala interior acompanhando essas janelas na direção do Norte, segue este longo corredor. Demos por vista essa parte e voltemos ao ponto da nossa entrada aqui. Esse outro corredor prolonga-se na direção do Oeste e termina naquela parede que nos separa da capela, mas ele continua a esquerda; vejamos onde vai dar. Nesta parte ele se torna mais espaçoso e aquela porta que vemos, vai ter ao coreto, onde a família da casa assiste aos atos divinos. Lá está a capela e o salão que lhe fica ao lado oposto. Eis a sineta ao toque da qual nos fizemos anunciar à Superiora. Este sino, de tamanho regular, foi um presente que o Tenente Francisco Leoncio de Andrade fez à casa. Agora retrocedamos: À direita, adiante de nos, está outra escada, desçamos. Esta sala é contígua a que

vimos do coreto. Aqui a Superiora recebe as suas visitas; é fresca e deita porta e janela para o jardim. Continuemos. A sala que se segue é destinada para o refeitório, e aquelas duas partes dão para dois compartimentos - a cozinha e a dispensa. Esta é do lado Sul da casa; estamos diante da cisterna. Voltemos ao saguão e pela alpendrada, ao ponto donde nos desviamos para subir ao sótão. Eis o corredor que já vimos e a sala de que falamos. Nestes dois salões laterais termina o edifício: o da esquerda, que observamos daquele avarandado, é destinado ao trabalho de costura, rendas, bordados e leitura; o da direita ao de tecidos; e um e outro, rodeados de janelas que deitam para o jardim, só comunicam com este pelo portão em que estamos. Larga calçada circunda o edifício: Ela nesta parte é um pouco elevada; e aqueles degraus, entre esses dois peitoris de engenhosa construção favorecem a descida. Descansemos, pois ao jardim e seguindo por esse passeio que o divide em duas partes iguais, vamos até ao portão da muralha para de lá fazermos outras apreciações. Desde ao portão donde partimos há a distância de 26 metros, e daqui voltando-nos, podemos de um só golpe de vista contemplar todo o jardim.

O sol já se aproxima do seu ocaso e a fachada do edifício, que lhe intercepta a luz, enche de sombra todo este recinto. A hora é magnífica. Os ventos já não sopram rijos, e a viração que começa a cair balançando os ramos das árvores, banha-nos de suave e delicioso frescor: São assim, quase geralmente no sertão, as tardes e as manhãs da estação calmosa. Hoje termina o ano de 1883. O seu inverno foi curto; teve apenas a duração de 90 dias, com diversas interrupções e desapareceu no último de Abril. A estação, pois, que finda foi seca e abrasadora, excepcional nos meses de Setembro e Outubro. Nesse período um fenômeno surgiu no horizonte fazendo mudar a face do céu. Uma tênue capa azulada parecia envolvê-lo, e o sol perdendo diante dela seus fulgores, ostentava-se no espaço das 06 às 08 horas e meia da manhã, sem raio algum. Era um globo de límpida prata que se podia encarar sem a menor perturbação da vista. Depois ele retomava o seu caráter brilhante e ardente para tornar a perdê-lo das quatro horas em diante, quando de novo, exibia a mesma figura. Ao levantar-se precedia uma aurora rubicunda, as vezes com uns longe anilados que tingia das mesmas cores os corpos ao seu alcance; ao deitar-se, porém, deixava após si um crepúsculo róseo luminoso, ao desmaiar do qual, não raras vezes,

sucedida derramar-se no espaço, depois das 06 horas, uma luz amarelenta e brilhante com a duração de 15 a 20 minutos. Pela manhã e à tarde, via-se nele, à olhos nus e com o auxílio de um binóculo, três manchas negras do tamanho de uma estrela. Esse fenômeno incutiu no ânimo da população sérios receios. Houve quem dele tirasse bom e mau agouro. Uns viram nele os indícios de um inverno bonançoso, outros os de uma próxima calamidade. A maior parte, porém, inclinava-se à última opinião; e seja como for, tendo ou não fundamento o juízo da população, o que é verdade é que até hoje nada de chuvas.

A natureza prepara-se, mas parece impotente. No horizonte levantam-se densos e volumosos nevoeiros que os ventos fazem rolar no espaço, tangendo-os ao ocidente, donde bem de longe, formando uma cinta pardacenta, nos enviam uma fraca esperança na luz amortecida de alguns relâmpagos. O estado atual das cousas inspira receios e convidamos a precauções. Os campos ressequidos estalam sob os raios ardentes do sol, e as pastagens rasas, já sem força nutritiva, em grande parte devoradas pelo fogo, deixam ver no Município um solo enegrecido, de aspecto assustador. Em diversas partes os gados, em crescido número, se acham no tratamento de rama; começam a cair e vão morrendo de uma enfermidade conhecida pelo nome de - mal do trem. Entretanto o que vemos? Enquanto o quadro desolador que descrevemos, derrama no Município o susto e o desânimo, fazendo conturbar o espírito dos povos, como por um contraste, risonho e encantador é o sítio em que nos achamos.

A elevada muralha que circunda este recinto, tira-nos a vista do horizonte e oculta, por conseguinte, o estado desanimador da natureza que se lhe estende em redor. Assim se lá por ora tudo é triste e melancólico, aqui dentro tudo é belo e pitoresco. Em tudo isto se vê a inteligência, o gosto e atividade do ilustre Regente desta casa, e a mão cuidadosa da sua incansável Superiora. Tudo aqui está em ordem e boa disposição. O quadro que se nos apresenta, é como dissemos, belo e pitoresco.

De um lado e doutro deste passeio, larga calçada que corta o jardim ao meio, duas fileiras de rosas e outras flores de variegadas cores, em linhas paralelas, adornam-lhes as bordas. Esse laranjal, cujos pomos

dourados brilham por entre o verde escuro da sua folhagem; essas limeiras, aqueles araçazeiros, goiabeiras e graviroleiras, carregadas de lindos frutos, esse parreiral cujas latadas verdejantes, convida-nos a sua apreciação; aquela dupla fileira de diversas e lindas flores que, contorneando o grupo de árvores indicadas, seguem em ruas por um e outro lado do edifício, impregnando o ambiente dos seus balsâmicos perfumes. Tudo isto, caros leitores, forma um conjunto de coisas tão agradáveis que deleitam os sentidos, e povoam-nos a imaginação de pensamentos que nos conduzem ao seio do infinito.

Fim da quinta e última parte.